

# **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA**

## **ÍNDICE DO PROTOCOLO GERAL Nº 358/99**

**REQUERIMENTO Nº 237/99 – de Marcus Vinícius Valle Júnior, com assinaturas de apoio – instauração de COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO para averiguação de fato relacionado à compra e distribuição de vale-transporte pela administração pública municipal.**

### **VOLUME XLI**

<b>ASSUNTOS</b>	<b>PÁGINA</b>
- Cópia do relatório final da CEI.....	<b>5819/5905</b>
- Certidão da Diretoria do Departamento Legislativo da Câmara Municipal sobre conferência de numeração de folhas dos autos.....	<b>5906</b>

**OBSERVAÇÃO:** A via original do Relatório Final da CEI consta como parte integrante do Projeto de Resolução 24/99.



## RELATÓRIO FINAL

### PARTE I - RESUMO DO PROCESSADO

**1** Esta Comissão Especial de Inquérito, doravante chamada CEI, teve origem no Requerimento nº 237/99, do vereador Marcus Vinicius Valle Júnior, aprovado por unanimidade pelo Plenário da Câmara Municipal em 13 de abril de 1999. Nos termos do requerimento, esta CEI foi criada para apuração de fato relacionado à compra e à distribuição de vale-transporte pela administração pública municipal, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1995 a 30 de junho de 1998. O requerimento contém, anexa, cópia do ofício CM-117/99, encaminhando cópia do Processo Administrativo nº 6.679/98, da Prefeitura deste Município, referente à sindicância realizada por ela em relação aos vales-transporte, em resposta do Poder Executivo ao Pedido de Informações nº 46/99, do mesmo vereador. (Fls. 02/ 95).

**2** Aprovado o requerimento pelo Plenário, a presidência da Câmara Municipal adotou os procedimentos regimentais necessários à indicação de membros para comporem a CEI. Foram indicados pelas lideranças partidárias e designados pelo Ato da Presidência nº 17, de 22 de abril de 1999, os vereadores João Afonso Sólis (Jango), Serginho Conti, Marçal Alves de Oliveira, Marcus Vinicius Valle Júnior e Paulo Miguel Zenorini. (Fls. 96/100).

**3** A instalação da CEI foi feita em sua 1ª reunião, no dia 27 de abril de 1999. Na mesma reunião foi escolhido o vereador Marcus Vinicius Valle Júnior para ser seu presidente e foi escolhido para relator o vereador Paulo Miguel Zenorini. Foi recebido na primeira reunião o ofício nº 351/99, do Promotor de Justiça Sr. Ludgero Francisco Sabella, sugerindo reunião entre os componentes da CEI, aquela Promotoria e o Delegado de Polícia que preside inquérito policial relativo à questão sob exame desta CEI, visando à racionalização de procedimentos de investigação. A esse respeito, a comissão concordou com que fosse realizada tal reunião, na Câmara Municipal, e que fossem convidados os senhores Promotor de Justiça e Delegado de Polícia para comparecerem às reuniões da comissão, ficando estas abertas à participação de Suas Excelências. Ficou decidido, ainda, que todos os vereadores integrantes da CEI dispusessem de cópia do requerimento de origem da CEI e seus anexos (fls. 02 a 95) para estudos preliminares e que fosse solicitado ao departamento competente da Câmara Municipal, para os autos, cópia da legislação federal, estadual e municipal referente à concessão de vales-transporte aos servidores públicos municipais. (Fls. 103/109).

**3.1** A cópia da legislação solicitada pela CEI foi juntada (fls. 132/190), contendo:

**a)** da esfera federal: Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985, institui o vale-transporte e dá outras providências; Decreto 95.247, de 17 de novembro de 1985, que regulamenta a Lei 7.418/85.

**b)** da esfera estadual: Decreto 33.064, de 13 de março de 1991, dispõe sobre o pagamento do vale-transporte aos servidores estaduais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**c)** da esfera municipal: Lei 2.377, de 02 de dezembro de 1988, dispõe sobre concessão de vale-transporte aos funcionários e servidores municipais e dá outras providências; Decreto 6.699, de 16 de janeiro de 1989, regulamenta a Lei 2.377/88; Lei 2.797, de 27 de maio de 1994, altera a Lei 2.377, de 02 de dezembro de 1988, que dispõe sobre concessão de vale-transporte aos funcionários e servidores municipais.





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 05
a) m

4 Em sua 2ª reunião, também em 27 de abril de 1999, conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal, no artigo 96, § 4º, a CEI cuidou de ouvir o autor do requerimento que deu origem a ela. As manifestações foram: **Paulo Miguel Zenorini**, relator e Presidente em exercício da CEI, perguntou quais os elementos que levaram o autor do requerimento a pedir a criação da Comissão Especial de Inquérito. **Serginho Conti**, indagou se o autor poderia citar o nome do informante e se este poderia ser ouvido pela CEI. **João Afonso Sólis (Jango)**, indagou se a denúncia partiu de servidor ou ex-servidor da Prefeitura. Em resposta às perguntas formuladas, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** esclareceu o seguinte: "Eu recebi uma denúncia não-oficial - apenas oficiosa - me pedindo segredo de fonte, a respeito de possível disparidade no número de vales-transporte, mês a mês. Em função disso, eu fiz um pedido de informações - porque era algo muito vago. Como havia um pedido de não divulgação de fonte, eu achei que era prematuro tomar qualquer atitude - pedir uma CEI, por exemplo - sem ter absolutamente nada de concreto. Em função disso, nós fizemos um pedido de informações à Prefeitura sobre número de vales-transporte, etc. e tal, se não me engano no dia primeiro de dezembro, numa sessão de dezembro - tem a data e nós pedimos até para juntar. A Prefeitura nos respondeu que iria investigar, que realmente havia uma dificuldade de levantamento, que a empresa demorou para entregar a relação, mas que já havia alguns indícios nesse sentido e que já estava tomando as providências. E, em seguida - se não me engano, três ou quatro dias depois - abriram a sindicância. Aí mandaram a nós, a mim especificamente, o resultado da sindicância, que é esse que está anexado ao processo. Como na resposta da sindicância havia uma colocação de que setecentos e quarenta mil reais, aproximadamente, em vales-transporte haviam sido desviados, possivelmente desviados - havia uma diferença - no prazo de três anos e que não havia dados referentes aos anos anteriores por falta de planilha, nós achamos que era um fato gravíssimo e que ensejaria, evidentemente, uma comissão especial de inquérito. Por que uma comissão especial de inquérito? Porque nós entendemos que a coisa poderia extrapolar, ainda, o que foi constatado nessa sindicância preliminar. Nós achamos que, devido ao vulto, ao tamanho, ao volume, que não batia, de setecentos e quarenta mil reais, referente a três anos ou a dois anos e meio, nós teríamos que fazer uma investigação mais minuciosa e, inclusive, uma investigação que rastreasse os vales-transporte entregues, para que a gente chegasse a uma verdadeira posição do que houve, quem são os eventuais culpados, sem que se fizesse um pré-julgamento. Então, precisaria fazer uma investigação mais adequada e achamos que a CEI teria condições para isso. Por isso nós fizemos o pedido da CEI. Tendo o vereador **Serginho Conti**, diante do fato de o denunciante ter pedido sigilo de fonte, indagado sobre a possibilidade de a CEI ouvir a pessoa também de forma sigilosa, o Presidente em exercício, **Paulo Miguel Zenorini**, encaminhou a questão para que, primeiramente, o autor do requerimento consultasse a pessoa sobre a sua concordância ou não em expor o assunto à comissão. Ao lado disso, com relação à disparidade no número de vales-transporte fornecidos, indagou se existe algum dado comparativo entre este e o número de servidores que recebiam os vales-transporte, até para comprovar se houve ou não aumento do número de servidores municipais no período, ou do número de servidores requerentes. - Em resposta, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** argumentou: "Não. Eu não tenho esses dados; eu não tenho nenhum desses dados. O dado que eu tenho é que eu fiz o pedido de informações e na resposta me veio o número de vales-transporte fornecidos pela Prefeitura mês a mês. E havia uma disparidade mês a mês e ano a ano, que à primeira vista, para quem não está inteirado das minúcias, era injustificável - à primeira vista - porque me parece que o número de servidores da Prefeitura não teve uma variação tão grande a ponto de justificar essa disparidade. É verdade que, me parece, que alguns meses de férias da parte de educação talvez justificasse a disparidade. Mas nos outros meses não. Agora, eu acredito que não recebessem vales durante as férias. Mas nos outros meses não se explica o porquê

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5820
a) R



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 1022/99  
Fls. 06  
a) m.

da disparidade. Então, na resposta ao pedido de informações a gente observava uma variação muito grande de mês a mês. Como o número de servidores não variou tanto, deve ter uma razão. Então, a gente queria saber se houve uma mudança de critério, se alguém que recebia deixou de receber. Mas não veio essa resposta. Veio a resposta de que fariam a sindicância, fizeram e apuraram essa diferença. E nos parece que isso era um motivo suficiente para abrir a CEI." Continuando, **Paulo Miguel Zenorini** indagou, também, se havia alguma informação sobre o número de vales-transporte fornecido e o pago. Respondendo negativamente, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** acrescentou: "Parece-me, repito, que a simples disparidade e a sindicância dizendo que houve uma diferença de setecentos e quarenta mil reais já seriam motivos suficientes para essa investigação - até porque, me parece, a Prefeitura divulgando isso, apurou através de uma sindicância e pelo menos nós temos indícios veementes. Agora, as minúcias, exatamente por não tê-las, eu acho que precisaria da CEI para apurar." Prosseguindo, **Paulo Miguel Zenorini** perguntou se nessa questão de vales-transporte foram incluídos dados sobre o passe escolar, ou se os números se referem apenas aos vales-transporte. Em resposta, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** afirmou: "A informação que eu tenho é que são só do vale-transporte - a informação que eu tenho. Poderá ser constatado, também, pela CEI." Respondendo à pergunta do vereador **Serginho Conti**, se o denunciante havia informado sobre o controle por parte da Prefeitura e da empresa fornecedora dos vales-transporte, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** esclareceu o seguinte: "Não, não. Apenas falou que havia uma diferença de vales-transporte e que eu poderia tentar constatar que havia problema com vales-transporte. Foi bastante genérico na colocação. O informante foi genérico nesse sentido de que havia uma grande diferença e que ali poderia ter sérios problemas. Como era uma coisa muito vaga, eu fiz o pedido de informações antes de qualquer denúncia, antes de qualquer afirmação, até porque era uma coisa vaga, era uma denúncia 'in off' - como a gente chama - e que eu não poderia pedir uma CEI sem ter nada de concreto. O concreto veio, repito, primeiro com a resposta ao pedido de informações e, depois, muito mais ainda com o resultado da sindicância. O que eu tive foi só uma colocação genérica." Sobre se o denunciante havia informado a respeito da disparidade nos números, conforme pergunta do vereador **Serginho Conti**, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** respondeu: "Falou por alto em disparidade nos números, que isso poderia constatar; que eu recebendo a informação dos números, eu veria que realmente havia coisa errada. Fui cauteloso o suficiente para não fazer qualquer tipo de afirmação antes de fazer o pedido de informações e antes de ter uma resposta da Prefeitura, através da sindicância. Eu cheguei a cobrar no plenário a sindicância. Eu entendia que ela demorava um pouco, mas tão logo ela foi concluída ela chegou às nossas mãos e daí nos divulgamos em plenário, porque me pareceu até que ela foi bastante, se não concluída com minúcias, ela afirmou de forma clara que havia um desvio constatado de setecentos e quarenta mil reais, equivalente a setecentos e quarenta mil reais." Tendo o vereador **Serginho Conti** insistido na possibilidade de a CEI ouvir a pessoa - que o vereador chamou de denunciante - de quem o autor do requerimento disse ter recebido as informações, extra-oficialmente, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** disse que poderia falar com a pessoa a respeito, mas voltou a deixar claro que ela havia pedido sigilo de fonte. Sobre o sigilo, **Marçal Alves de Oliveira** reconheceu como sendo um direito da pessoa, mas pediu para que houvesse insistência por parte do vereador Marcus Vinícius Valle Júnior, por considerar que a mesma teria informações importantes a passar para a CEI. Dizendo não ver a presença da pessoa como fundamental nesse trabalho, **Paulo Miguel Zenorini** emitiu a opinião de que fundamentais serão as informações, para checagem de dados relativos a número de vales-transporte. Tendo o vereador **Serginho Conti** concordado com a proposta do vereador Marçal Alves de Oliveira, até para que a comissão pudesse ter acesso a maior número de informações e que dificilmente poderia apurar sozinha, **Paulo Miguel Zenorini** acrescentou que não só essa pessoa, como também outras - como os próprios dois apurados Pela Prefeitura - também

Valle  
Conti  
M  
3

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5821  
R





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 07
a) m

serão ouvidas. No entanto, entendia que isso deveria ocorrer em momento posterior, pois, primeiro, a CEI precisaria de mais informações concretas. Alertando os vereadores membros da CEI quanto ao uso do termo denunciante para a pessoa de quem recebeu informações, **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR** esclareceu: "Para mim, denunciante é quem faz a denúncia, assina a denúncia e oficializa a denúncia. Então, eu diria que não havia, oficialmente, um denunciante. O que havia era uma informação, que foi prestada 'in off' - não é uma denúncia. Tanto é que eu tive todo o cuidado de não fazer nenhuma afirmação antes de fazer o pedido de informações. Não houve uma denúncia, porque, se houvesse a denúncia, evidentemente, a pessoa que denunciou teria a obrigação. A pessoa me deu uma informação 'in off' - como os vereadores recebem, costumeiramente, aqui - pedindo sigilo de fonte, sem entrar em maiores detalhes e eu fiz o pedido de informações, para ver se era um boato, se era alguma coisa realmente procedente. E, pelo visto, havia pelo menos vestígios e indícios - tanto que a resposta está aí. Eu poderia muito bem chegar aqui e falar que recebi um telefonema anônimo - como se faz em processos normais, para não se colocar a fonte. Eu recebi uma informação; o denunciante sou eu. Só que eu não denunciei imediatamente, baseado numa mera informação. Eu, ainda, baseado na informação, fiz o pedido de informações. Agora, eu posso até conversar com a pessoa." (Fls. 110 a 118)

**4.1** Também na 2ª reunião foi deliberado pela CEI: o envio de Pedido de informações ao Executivo Municipal, para solicitar: - com referência ao período compreendido de 1989 até a data presente: listagem nominal de todos os usuários de vales-transporte do Poder Executivo local, com especificação e comprovação da quantidade de vales-transporte requisitada e da recebida por cada um desses usuários, mês a mês; fornecimento dos comprovantes de todos os pagamentos feitos pela Prefeitura à empresa fornecedora; - do período de 1º de janeiro de 1995 a 30 de junho de 1998: quem era o responsável pela elaboração e pelo encaminhamento do pedido à empresa fornecedora e qual o sistema de controle utilizado para isso (com fornecimento de documentos comprobatórios); quem era o responsável pela retirada na empresa ou pelo recebimento na Prefeitura dos vales-transporte fornecidos pela empresa e qual o sistema de controle utilizado para isso (com fornecimento de documentos comprobatórios); quem era o responsável pela entrega dos vales-transporte aos usuários e qual o sistema de controle utilizado para isso (com fornecimento de documentos comprobatórios); e se servidores afastados a qualquer título do exercício do cargo ou emprego recebiam ou recebem vales-transporte do Município no período de afastamento. Na mesma reunião, o Presidente Marcus Vinícius Valle Júnior solicitou que fosse anexada ao processo da CEI cópia das matérias publicadas pela imprensa referentes ao assunto (fls. 116/118). O Pedido de Informações encaminhado foi o de nº 95/99 (fls. 119/121). Publicações feitas pela imprensa foram juntadas às fls. 122/131; 191/193; 202; 2245; 2371; 2409/2410 e 4530.

**4.2** Com o ofício CM-196/99, recebido pela Câmara Municipal em 13 de maio de 1999, a Prefeitura forneceu parte de resposta ao Pedido de Informações 95/99 (fls. 235 a 2244). Em 11 de junho de 1999, a CEI recebeu da Prefeitura o ofício CM-283/99, complementando a resposta (fls. 2827 a 3566 e fls. 3587/4311). **A CEI destaca:**

**a) ao quesito do Pedido de Informações 95/98 que pediu a listagem nominal de todos os usuários de vales-transporte do Poder Executivo local, com especificação e comprovação da quantidade de vales-transporte requisitada e da recebida por cada um desses usuários, mês a mês, a partir de 1989 - a Prefeitura Municipal encaminhou listagens de recebimento de vales-transporte e autorização de desconto, observando: "deixamos de enviar a dos períodos anteriores, pois nada foi encontrado, provavelmente porque a forma de controle não existia..."** Nota do relator: a listagem do ano de 1995 é

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5822
a) P



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022/99
Fls.	08
a)	m

incompleta, abrangendo apenas o mês de julho e somente do setor de Promoção Social. As listagens de recebimento de vales-transporte da Prefeitura pelos seus usuários (fls. 238/2244, complementadas às fls. 3587/4311) foram processadas pela CEI, que gerou os seguintes relatórios: totalização dos vales-transportes mês a mês, área por área, do período de janeiro de 1996 a março de 1999 (fls. 4551 a 4747); totalização dos vales-transporte por usuário, mês a mês, de agosto de 1995 a março de 1999 (fls. 4748 a 4887).

**b) quanto ao quesito que solicitou à Prefeitura o fornecimento de comprovantes de todos os pagamentos feitos pela Prefeitura Municipal à empresa fornecedora, a partir de 1989, a Prefeitura Municipal encaminhou cópia de ordens de pagamentos e empenhos relativos aos vales-transporte. (Fls. 2979/3566, 4356/4476, 4888/4899).**

**c) para os quesitos do período de 1º de janeiro de 1995 a 30 de junho de 1998: quem era o responsável pela elaboração e pelo encaminhamento do pedido à empresa fornecedora e qual o sistema de controle utilizado para isso? Favor fornecer documentos comprobatórios; quem era o responsável pela retirada na empresa ou pelo recebimento na Prefeitura dos vales-transportes fornecidos pela empresa e qual o sistema de controle utilizado para isso? Favor fornecer documentos comprobatórios; quem era o responsável pela entrega dos vales-transporte aos usuários e qual o sistema de controle utilizado para isso? Favor fornecer documentos comprobatórios; quem era o responsável pela entrega dos vales-transporte aos usuários e qual o sistema de controle utilizado para isso? Favor fornecer documentos comprobatórios, a Prefeitura Municipal respondeu que o encarregado pela requisição, controle e distribuição dos vales-transportes desde março de 1989 até março de 1998 era o ex-servidor Nilson Fernandes, após esta data esta encarregatura passou a vários servidores da Divisão de Pessoal. Passando a partir de janeiro de 1999 a responsabilidade dos Secretários requisitantes. Os Chefes de Divisão durante todo período requisitado foram: Yoshiaki Shishido: até 19 de novembro de 1996; Paulo Sérgio de Oliveira Preto: de 19 de novembro a 06 de dezembro de 1996; Edgard Gonzaga La Salvia: de 01 de janeiro de 1997 até setembro de 1997, cumulativamente com o emprego de Diretor do Departamento de Administração; Cleuza Maria Leme de Souza: de 01 de setembro de 1997 até 15 de maio de 1998; João Herbert Alessandri: de 15 de maio de 1998 até 30 de dezembro de 1998; Edgard Gonzaga La Salvia: de 01 de janeiro de 1999 até 15 de abril de 1999, cumulativamente com o emprego de Secretário Municipal de Administração; Jésus Flávio Fanucci Bueno: a partir de 15 de abril de 1999.**

**d) sobre o quesito servidores afastados a qualquer título do exercício do cargo ou emprego recebiam ou recebem vales-transporte do Município no período de afastamento? , a resposta foi: os servidores afastados a qualquer título não têm direito a receber o vale transporte, uma vez que o mesmo é destinado ao deslocamento do servidor de sua residência ao trabalho e vice-versa. (fls.236/237)**

**5** Na 3ª reunião da CEI, em 04 de maio de 1999, as principais deliberações foram: decisão para: - intimar como depoentes a Sra. Cleuza Maria Leme de Souza, nomeada para prestar serviços na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura em fevereiro de 1997, e o Sr. Edgard Gonzaga La Salvia, Secretário Municipal de Administração; - envio de pedido à Presidência da Câmara Municipal para contratação de empresa especializada em auditoria para prestar assessoria técnica à CEI; - tabelamento de informações constantes dos autos sob instrução do relator da CEI; encaminhamento de ofício à empresa Nossa Senhora Auto Ônibus Ltda., solicitando cópia de documentos relativos aos pagamentos feitos pela Prefeitura, mês a mês, no período de 1989 até a data presente, bem como informações

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358/99
Fls.	5823
a)	2



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022/99

Fls. 09

a)

sobre o número de vales-transporte requisitado pelo Município e o efetivamente fornecido pela empresa, mês a mês, do mesmo período. (Ata às fls. 194 a 196 e expedientes de encaminhamentos às fls. 197 a 201).

6 Em 10 de maio de 1999, foram recebidos na Câmara Municipal os seguintes ofícios do Promotor de Justiça Sr. Ludgero Francisco Sabella: 377/99, consultando a CEI sobre a realização de perícia contábil relacionada a desvio de vales-transporte, e 385/99, formulando questões a respeito do assunto. (Fls. 203 a 206). A resposta da CEI consta às fls. 2361.

7 Compareceram perante a CEI em 11 de maio de 1999, atendendo à intimação para depor:

7.1 A Sra. Cleuza Maria Leme de Souza, que, após firmar termo de compromisso (fls. 207), prestou o depoimento que segue transcrito integralmente com base em gravação: **"MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Primeira pergunta, que é um tanto genérica, mas eu gostaria de ter, é se a senhora tem conhecimento como que funciona a questão da requisição dos vales-transporte, como é que a Prefeitura adquire. Antes disso, eu queria saber qual a sua função na Prefeitura, qual era? Qual era a sua função na Prefeitura? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu fui admitida no dia primeiro de fevereiro de... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Só um minutinho... Fala bem perto do microfone... Pode tirar o microfone se quiser... Então, a sua função, por favor, na Prefeitura, o que a senhora fazia na Prefeitura? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu fui admitida no dia primeiro de fevereiro de mil novecentos e setenta e sete... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Primeiro de fevereiro de setenta e sete? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Isso, noventa e sete. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Noventa e sete? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Isso. E fui exonerada dia quinze de março, não, no dia quinze de maio de mil novecentos e noventa e oito. A minha função era Chefe de Recursos Humanos. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Chefe de Recursos Humanos. Muito bem. A senhora foi demitida, por que? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Por que eu fui exonerada? **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Exato. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Olha, eu não sei falar se foi porque eu constatei que havia irregularidade no vale-transporte, que eu constatei isso aí foi em março de noventa e oito, que eu também estava na comissão de sindicância que apurava irregularidade no loteamento Jardim Iguatemi, que foi constatado também que o Jardim Iguatemi era irregular. E logo em seguida eu fui exonerada. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** A senhora foi exonerada. Não sabe se foi por ter pertencido à comissão de sindicância do Jardim Iguatemi ou se foi também em função desse fato. Ou dos dois ou de um deles, é isso? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não sei, é uma pergunta que fica no ar. Não sei responder... Porque, inclusive, o Prefeito, doutor José de Lima, ele declarou no jornal que eu era uma excelente funcionária. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Tá dando pra pegar aí? Tá... Então, vamos mais devagar. Muito bem. Essa parte de vale-transporte, a senhora atuava diretamente nessa parte de vale-transportes? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não, eu... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Só um instantinho... Como é que a senhora iniciou a atuar, como é que... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Começou que, no início de noventa e oito, tinha uma requisição, em formulário próprio da Prefeitura, que é requisitado para o ano todinho o vale-transporte, para a empresa de ônibus. Essa requisição foi para mim assinar. Só que eu... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Pegou? Eu estou achando que está meio depressa para ela. Está depressa para você? Mas, não tem jeito. Então, nós vamos ter que gravar, porque também senão eu perco a dinâmica do depoimento. Senão vai perder o.. Tudo bem? Nós vamos gravar... Aí não vai dar para você acompanhar, e também pedir para ela falar muito devagar, vai ficar difícil. Então, vai gravar, tá? Depois a gente pega. Está gravando? Está

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5824  
a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fis. JJ
a) m.

**SOUZA:** Se não me engano, foi no dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e oito. Está faltando uma folha aqui. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Está faltando uma folha, é isso? - no relatório da... Falta a primeira folha, é isso? Então, eu gostaria que ficasse registrado que no dossiê mandado... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Aqui está só o sinalzinho aqui, ó. Está faltando o início, que consta a diferença que eu apurei de... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Então, que fique registrado que falta a primeira folha no documento enviado pela Prefeitura a respeito do comunicado feito pela dona Cleuza. Bom, vamos continuar, então? Eu passaria agora aos senhores vereadores... Ela está fazendo um relato ainda, mas os senhores, se quiserem, os senhores vão continuando, mas não perguntando fora do relato, tá? Então, por favor, dona Cleuza, continue. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu entreguei esse relatório, logo em seguida eu saí da Prefeitura, mas eu deixei, por exemplo, quanto tinha, quanto foi comprado, quanto foi usado, quanto foi a sobra. Eu fiz um tipo de um contas-corrente, manualmente, deixei para a Helena, que era funcionária do Recursos Humanos, acompanhar isso daí. Só que depois eu também não acompanhei mais o processo - como que ficou... Eu não sei mais nada. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Mas me diga uma coisa: a senhora falou que foi demitida certamente por uma das duas causas ou as duas causas - uma sindicância ou não. A senhora sofreu alguma pressão direta quando entregou isso na Prefeitura? Quando entregou esse relatório, comunicando que o vale-transporte estava tendo problema, alguém lhe pressionou? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, ninguém me pressionou. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Ninguém lhe disse 'esquece isso...' **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não, não, não. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Seguindo esse raciocínio, você poderia nos informar quem eram os responsáveis pela aquisição, distribuição e controle dos vales? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** O senhor Nilson Fernandes. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Nilson Fernandes. A senhora disse que comunicou por escrito ao Secretário de Administração Edgard Gonzaga La Salvia. Além dele, a senhora fez alguma comunicação verbal a algum outro setor? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não... Tem também o Controle Interno, o Controle Interno, um pouco antes, já tinha pedido um levantamento do vale-transporte. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Esse levantamento que o Controle Interno pedia era algo normal, que se pedia normalmente, ou havia uma desconfiança, ou a senhora não sabe. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, eu não sei. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Como era feito esse controle interno? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Do vale-transporte? **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** O funcionário assinava a retirada... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Assinava. Tem uma listagem, né, que a gente entrega o vale-transporte - ou é quarenta e quatro, ou é oitenta e oito - e eles assinam na frente. Só que, por exemplo, a garagem, tem o pessoal que trabalha em turma, né, e tem os encarregados - é o Branco, é o Preto, é o Zé, é o João... Então, eles iam lá e pegavam o vale-transporte do pessoal dele. Então, é feito em saquinho, separava ali e levava o vale-transporte. E eles assina... Só que nem sempre essa listagem voltava assinada - nem sempre voltava assinada. O período que eu peguei - esses dois meses - eu exigi a listagem assinada. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** A senhora colocou que funcionário afastado recebia... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não sei se recebia. Constava na listagem. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** A senhora não tem conhecimento se eles recebiam? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não. Não tinha conhecimento. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** E como era feito o controle da distribuição desses vales-transporte, por exemplo, de um funcionário que mora perto, que não tinha necessidade de utilizá-lo. Tem algum controle que era feito pela Prefeitura? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Foi feito um cadastramento, né, uma requisição para vale-transporte, mas era difícil controlar, gente. É muita gente. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** O vale-transporte recebido pela Prefeitura não era diversificado? - não era de cor diferente, não era nada? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não. É uma... tipo uma ficha de telefone. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Certo. Mas igual a todos os outros vales-transporte. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu acho que normal. Eu

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fis. 5825
1



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022, 99

Fls. 12

a) \_\_\_\_\_

nunca usei vale-transporte, mas eu acho que é normal. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Seguindo esse raciocínio, a senhora fez um levantamento e constatou essa irregularidade. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Certo. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** A senhora constatou somente neste mandato do atual Prefeito, ou em mandatos anteriores também? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não. Eu fiz o levantamento de dois meses - janeiro e fevereiro de noventa e oito - que eu constatei e comuniquei. Agora, os outros levantamentos feitos, de noventa e cinco, noventa e seis, isso daí eu não participei. Eu não participei. Eu só comuniquei que poderia haver irregularidade no vale-transporte. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** A senhora tem conhecimento se o Prefeito já sabia disso, dessa irregularidade? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** A gente pouco conversa com o Prefeito, né, então a gente não tem chance de comunicar também direto a ele. **JOÃO AFONSO SÓLIS:** Cleuza, partindo desse raciocínio em que você menciona que você ficou somente dois meses e você realmente fez todos esses levantamentos, pediu para as pessoas a auxiliassem. Mas, quais foram os pontos que mais lhe chamaram a atenção desse levantamento que você fez? O que realmente ficou bem claro - assim, é o montante, é o número de funcionários, ou... O que lhe chamou mais a atenção e que levou você a não assinar, em primeira mão, esse empenho, né - que chama - essa aquisição para compra dos vales-transporte, ou você já tinha ouvido algum comentário no meio ali, alguma coisa assim. O que chamou a atenção, para que você fizesse realmente esse levantamento? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Sabe, Jango, não tem uma organização ali; não tinha organização ali, pelo menos no tempo que eu fiquei. Só se agora mudou. Então, eu, como nunca fui funcionária pública - desculpem os funcionários públicos presentes - então, eu sempre trabalhei com empresa. E você, como você trabalha com uma empresa, você tem que prestar conta daquilo que você faz - concorda comigo? Então, eu achava muito exa..., esbanjava muito material... Então, é muito à vontade as coisas e eu estranhava essas coisas ali. Eu, um ano e pouco que fiquei ali, eu estranhei, eu estranhei mesmo, porque a gente como contadora - eu tenho escritório - a gente usa a fita da máquina dos dois lados. Então, você procura economizar. Agora, nós estamos trabalhando com o dinheiro do povo, né? E o dinheiro do povo você tem que também prestar conta. E, como era cargo de comissão, cargo de confiança, então achei que eu deveria apurar coisas que não eram normais ali dentro, como outras coisas que eu também fiz fazer dinheiro para a Prefeitura - que nunca foi feito, eu também fiz! Que o salário maternidade - desculpa, desviando o assunto - o salário maternidade nunca foi recuperado. É uma faixa de oito a dez mil reais por mês! E desde que eu entrei ali eu recuperava esse dinheiro para a Prefeitura. Então... Eu conheço o setor, eu conheço o serviço. Então, a gente como contadora, dois mais dois tem que ser quatro! **JOÃO AFONSO SÓLIS:** Então, o que realmente levou você a fazer esse levantamento foi o desperdício, a falta de organização... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Foi desperdício... Então, sobrava vale-transporte, ficava uma caixinha no balcão, ali, à vontade. Nem sabiam quanto tinha de vale-transporte ali, que sobrava. Então, é falta de organização que me chamou a atenção que poderia haver irregularidade. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A senhora disse que existia uma listagem que nem sempre voltava, que continha o nome dos funcionários e a quantidade que cada funcionário pegava. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Isso. Por setor. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Por setor. Essa listagem era de computador? - ou seja, caso a listagem não voltasse, existe ainda na Prefeitura um computador que contém a listagem de funcionário mês a mês, então? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu acho que deve ter, né? Deve ter. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Porque era emitido pelo próprio computador. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Pelo computador. Mas só que lá passaram várias pessoas que mexeram no computador e cada uma utiliza um programa. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Só completando. E essa listagem, além do computador, ela está arquivada com assinatura do funcionário? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** É para estar arquivada. Pelo menos, quando eu fiz esse levantamento, eu utilizei a listagem e ficou lá a listagem. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A senhora disse que nem sempre essas listagens voltavam. Eu queria

Vale  
Paulo Miguel Zenorini

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 358, 99

Fls. 5826

a) \_\_\_\_\_





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022, 99

Fls. 13

a) m

saber o seguinte: se essas listagens não voltavam - que às vezes os encarregados não as devolviam - chegou a haver reclamação de funcionários que solicitaram o vale e não receberam alguma vez, na Divisão de Recursos Humanos? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. Muitas vezes poderia o nome - entendeu? - não constar na lista, alguma coisa nesse sentido. Mas era difícil reclamação. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Nunca nenhum encarregado solicitou uma complementação daquilo que foi encaminhado? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não. Pelo menos... Só se reclamou para outras pessoas, porque eram várias pessoas que trabalhavam no departamento. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A senhora nos disse também que não existia nenhuma forma de controle, pelo menos da Divisão de Recursos Humanos, da efetiva necessidade de cada funcionário na utilização do transporte coletivo. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Foi feito um cadastramento, mas é muito difícil você controlar. É muito difícil. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A última coisa que eu queria é só se a senhora tem uma informação... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** ... não precisa nem morar perto do próprio setor, do próprio departamento em que trabalha. Muitas vezes a pessoa vai até de carro trabalhar. Então, havia esse comentário? Havia esse comentário: 'ha, mas fulano vem de carro trabalhar.' **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Uma outra coisa: quando era feita essa requisição, essa solicitação anual de compra de vales, esse encaminhamento inicial era feito por cada responsável encarregado de setores, para depois fazer o total...? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não, não... **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Era a Divisão de Recursos Humanos que estabelecia o total? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu acho que eles faziam uma média - por exemplo, setenta mil vales-transporte mensal, vai dar setecentos e setenta, oitocentos e quarenta anual. Então, é isso aí que eles faziam. Então, pedia para o ano essa quantidade. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Quem recebia dois vales-transporte diários e quem recebia quatro? Qual era o critério, a senhora sabe? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Oitenta e oito, que eu sei, é quem vem de manhã, vai almoçar, volta... Então, usa quatro vezes por dia; toma quatro conduções. Quarenta e quatro é para quem vem de manhã e só vai embora à tarde; usa duas conduções. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** E havia esse levantamento específico? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. É impossível. A gente está no Recursos Humanos, então os departamentos - é a saúde, é a educação, é a merenda, garagem... Então a gente não pode ficar vendo de perto se a pessoa está tomando ônibus, se não está; se mora perto, se mora longe. Eu acho que cada chefe de divisão que deveria assinar essa requisição - eu acho, né. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Então, presumia-se que o chefe da divisão ou a pessoa encarregada fizesse essa triagem - esse é dois, esse é quatro... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** É. Teria que ser feito assim, né. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Senhora Cleuza, qual é o setor, ou departamento, que mais requisitava vales-transporte, em maior número? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Olha, eu acho que é educação - eu acho. Eu não sei, que é tanta coisa ali... Mas eu acho que é educação. Tanto é que a educação - falando em educação - em janeiro, todos os anos, ela fica de férias. Então, é... Mas em janeiro já é férias mesmo, né. Então, cai muito vale-transporte em janeiro. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Chegou-se à conclusão aqui, através da sindicância elaborada pela Prefeitura, nesses dois anos no valor de setecentos e cinquenta mil reais de desvio desse dinheiro. A senhora tem conhecimento desse valor? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Se eu tenho conhecimento? Não. Eu sei porque eu li no jornal essa diferença, mas quem fez esse levantamento não fui eu. Não sei... **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** Em que setor a senhora trabalhava antes de ser designada para ir... nesses dois meses? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu entrei no Recursos Humanos e fiquei até o final no Recursos Humanos. Eu não trabalhei em nenhum setor. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** No caso é... Recursos Humanos... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, porque eu também, além do Recursos Humanos - eu sei o que você vai me perguntar - eu fui nomeada para participar da comissão de sindicância da Prefeitura. Por isso que muitos problemas ali caíam na minha mão também. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** A senhora

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 358, 99

Fls. 5827

a) P



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 1022, 99
Fls. 34
a) m.

era membro efetivo, é isso? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Como? **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Membro efetivo de sindicância. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Isso. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** E o senhor Nilson, ele tinha outras funções dentro da Prefeitura além dessa, ou não? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, ele trabalhava no Recursos Humanos. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** Não, não. No caso de distribuição de passe... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, porque o Recursos Humanos que é o encarregado do pessoal. Então, ali é que faz o pagamento, a cesta básica... e cada pessoa é designada para um serviço. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** E ele só fazia isso? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. Ele fazia apontamento de cartões também, né. Mas ele era funcionário do Recursos Humanos, lotado no Recursos Humanos. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Só para entender, senhora Cleuza. A senhora, quando era responsável pelo Recursos Humanos, o senhor Nilson era subordinado da senhora? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Sim. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** O senhor João Herbert o que que era? Também funcionava nesse setor, ele trabalhava nesse setor? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Trabalhava no Recursos Humanos também. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Ele trabalhava com a parte de vale-transporte, ou era o senhor Nilson? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não, não. Ele trabalhava mais na parte de folha de pagamento, na parte de informática - digitava a folha... Era o João que fazia. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** O senhor João, ele aparece no relatório porque ele... A senhora tem conhecimento se ele trabalhou algumas vezes nesse setor de vales-transporte? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Só se depois que eu saí de lá, que ele ficou como chefe, e ficou também encarregado na compra e distribuição de vales-transporte. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** O senhor Nilson, quando saía de férias, a senhora chegou a ter conhecimento de quem fazia a função dele depois? - quando o senhor Nilson saía de férias. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** As férias de noventa e sete, eu acho que quando eu entrei ele já tinha tirado férias. Em noventa e oito, que eu estava lá, ou férias, ou licença médica - não me lembro - que eu fui fazer. Agora, antes disso eu não sei quem fazia, eu não sei. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Então a senhora não tem conhecimento de nenhuma participação do senhor João Herbert nesse episódio? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** No período que eu trabalhei ali, não. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A senhora nos passou a informação que a senhora foi admitida em primeiro de fevereiro de noventa e sete e demitida em quinze de maio de noventa e oito. A senhora constatou essa questão em noventa e oito. Durante o ano de noventa e sete houve algum tipo de controle ou verificação interna da Divisão de Recursos Humanos daquilo que estava sendo comprado, da variação que ocorria, e se houve ou não, na questão de Divisão de Recursos Humanos, houve alguma verificação do controle interno da Prefeitura também sobre essa variação ou não? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não, não. Não houve nada. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Ninguém controlava essa variação? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Temos aqui nesse processo algumas anotações - eu passaria à senhora aqui - nas folhas trinta e seis, por exemplo... Não. Temos folhas, trinta e seis, trinta e quatro e folhas trinta e cinco - eu vou passar para a senhora - tem uma série de nomes aqui com números; primeiro semestre, segundo semestre, total anual... Se a senhora pode dizer para nós do que que se trata. Primeiro, começa pelas folhas trinta e quatro aqui... Esses nomes todos, com números... **(MUDANÇA DE LADO DA FITA) ....** **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** ... Então ele tem a turma dele - cinco, seis, que trabalham com ele; ou dez, sei lá, que têm o vale-transporte. Então, na distribuição era separado. O Carlão tem xis funcionário. Então, vai, põe o vale-transporte ali; à tarde, quando for para distribuir, ele vem para buscar. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** E esses são os números de vales-transporte entregues a eles? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu acho que sim. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Isso aí não foi formulado pela senhora não - essa listagem? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não foi. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** As outras folhas a senhora poderia também verificar se é a mesma coisa, por favor, **CLEUZA MARIA LEME**

Valle

J

Carlão

11

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5828
)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fs. 15
a) m.

**DE SOUZA:** Também não foi formulada por mim, não. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Bom, tem uns nomes aí. Vamos supor - qualquer nome aí. O primeiro nome da lista, qual é? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Bento. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Bento. O senhor Bento recebia - aí tem um número - por exemplo.... **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** ... primeiro semestre, mil quinhentos e oitenta e quatro. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Isso significa que ele recebeu mil quinhentos e oitenta e quatro vales-transporte, para serem distribuídos, no primeiro semestre. É isso? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Isso. Foi, foi. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** E era ele quem distribuía esses vales-transporte? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** A garagem, depois que eu saí, parece-me que mudou o sistema; daí, entregava na mão do senhor Agni. Mas antes cada turmeiro - sei lá como é que fala isso - conserveiro, sei lá, encarregado, ia lá buscar do pessoal que trabalhava com ele. Então, não ia um a um buscar. O que era da garagem, punha numa caixa e o Agni distribuía. Esse pessoal que trabalhava em turma na estrada, era o encarregado que ia lá buscar - a distribuição. Parece-me que agora mudou. Foi entregue na mão do senhor Agni para o senhor Agni fazer a distribuição. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Os funcionários - por exemplo, os braçais - o vereador Paulo Miguel perguntou se havia reclamações: 'eu não recebi vale-transporte', a senhora disse que não, que não havia reclamações - pelo menos não chegou à senhora (essas reclamações). Os funcionários têm acesso aos departamentos? Eles podem entrar na Prefeitura para ir reclamar, porventura? Eles entravam, normalmente? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Na Prefeitura? **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** É. Ou a reclamação teria que ser feita para o encarregado? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Olha, lá o pessoal da garagem nunca foi reclamar - da garagem não. O vale-transporte que ficava com a gente era do Paço. O restante era mandado para os departamentos. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** Completando a pergunta do Marcus Valle, e nem os encarregados reclamavam da falta de vale-transporte, ou de um número excessivo? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. Para mim nunca ninguém reclamou. Como era o Nilson que cuidava, então a gente deixava sempre para conversar com o Nilson, porque ele tinha o controle do que comprava, do que tinha, do que não tinha. **JOSÉ SÉRGIO CONTI JÚNIOR:** E o Nilson nunca comentou isso com a senhora? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Deixa eu fazer uma pergunta dentro disso. Os funcionários nunca foram até a Divisão de Recursos Humanos reclamar sobre isso? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. Tinha, tinha, tinha reclamação. A educação de vez em quando reclamava que ia menos, que cortou... Sabe? O pessoal que estava de licença médica voltava no meio do mês e tinha que ir lá buscar o vale-transporte... Então, a gente sempre teve uma caixinha de reserva, para cobrir esse pessoal que estava voltando de férias, ou de licença médica. Tinha uma caixinha lá. Mas nunca sobrou saco de vale-transporte - de vinte mil, quinze mil vales-transporte, nunca sobrou. Era coisa para atender à necessidade só. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Qual era o cargo ou a função do Nilson dentro da Divisão de Recursos Humanos e qual era a referência salarial dele? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Ah, eu não me lembro. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** O cargo dele a senhora também não lembra? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, não lembro - porque o Nilson, ele era não estável, né. Ele não era concursado. E o não estável, todo mundo sabe, que... vai ter que dar um jeito, né? - ou mandar embora, ou fazer um novo concurso para esse pessoal ficar. E no ano passado o Prefeito não tinha conseguido ainda uma data maior para esse pessoal ficar, pediu para os funcionários não estáveis se eles quisessem sair, ele fazia de conta que ia mandar ele embora, pagaria os quarenta por cento... - um tipo de um acordo para esse pessoal. Muitas vezes a pessoa está na hora de aposentar, então já aproveita receber os quarenta por cento do Fundo de Garantia (a liberação). E o Nilson, como era não estável, ele aproveitou essa chance que o Prefeito estava dando, de mandar embora sem justa causa e receber os quarenta por cento. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Então ele não foi demitido por justa causa? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. Sem justa causa. **JOSÉ SÉRGIO**

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fs. 5829
a) R





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022/99
Fs. 16
a) m.

**CONTI JÚNIOR:** Na folha número trinta e quatro tem um resumo anual - aí embaixo - de um mil novecentos e noventa e sete. Total comprado, um mil e setenta e cinco, oitocentos e noventa e seis; total entregue, setecentos e cinqüenta e cinco. A senhora sabe nos informar por que se comprava mais vale-transporte do que o entregue? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não sei. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Alguém contava os vales-transporte que chegavam? - por exemplo, a Prefeitura adquiriu vinte mil vales-transporte. Alguém contava os vinte mil vales-transporte? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Os dois meses que eu comprei, eu contei. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** Estava certo? **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A senhora conferia com a nota de compra? - a quantidade, por exemplo... Como é que vinha? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Nota de compra?! **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Como é que se pagava o vale? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não sei. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** ... tinha que ter uma nota para pagamento. Existia alguém que conferia a quantidade que chegava, quem ia buscar esses vales, ou se a empresa trazia até a Prefeitura, quem conferia a quantidade que a empresa mandava com a quantidade que chegava? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Era feita uma requisição num papel sulfite, o senhor Nilson assinava - isso aí eu constatei na mesa dele, na ausência dele, quando eu tive que eu fazer, porque eu não sabia como que funcionava. Era feito num requerimento, para a empresa de ônibus: eu quero setenta mil vales-transporte. Ele mandava para a empresa de ônibus e quando era à tarde já estavam os vales-transporte lá. Agora, geralmente era ele também que ia buscar esses vales-transporte. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** A Prefeitura retirava na empresa os vales, então? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** É, porque os dois meses que eu fiz, eu fui à empresa buscar. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** E quem entregou nesses dois meses para a senhora esses vales-transporte na empresa? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Na empresa..., eu não sei o nome - a própria pessoa da empresa de ônibus. Só que eu sentava no chão e contava quantos eu estava comprando, para ver se estava batendo com a minha requisição. Agora, quando ele comprou, não sei se ele contou, se... Quando chegava no setor, no tempo de fevereiro para trás, eu não sei se esse vale-transporte... - que nunca chegou lá sobrando vale-transporte. Sobrava a quantia suficiente para cobrir alguma coisa só. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** No dia que a senhora conferiu, houve algum erro ou não? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, nunca houve. E também nunca fui sozinha. Eu sempre ia com duas pessoas comigo. E as vezes que eu requisitei também, eu sempre quis a assinatura do senhor Edgard e do senhor Normando Miraldi. **JOÃO AFONSO SÓLIS:** Já que você teve essa experiência por dois meses, nessa requisição que você fez e mandou para que a empresa mandasse o passe - no caso você foi buscar - você comparou, depois, com as anteriores se houve muita diferença do que você comprou e o que realmente comprava? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Havia, né... **JOÃO AFONSO SÓLIS:** Mas, você tem uma noção de números, assim... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** É o número que eu apurei - vinte e três mil reais. Só que está faltando a folha aqui. Deu mais ou menos vinte e três mil reais. **JOÃO AFONSO SÓLIS:** Dava onze mil e pouco por mês... uma média. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** É - mais ou menos isso. **MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA:** Esse número alto de diferença não pode ser pela falta de organização no setor? - essa entrega, no caso, para o senhor Bento, Branco, e não ter a devolução de... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu não sei. Aí eu já não posso falar para você. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Alguma vez alguma pessoa... A senhora tem conhecimento, quando a senhora estava lá, ou ficou sabendo, que pessoas estranhas aos encarregados, alguém que foi pedir os vales-transporte - por exemplo, alguma outra pessoa: 'ah, me arruma dez vales-transporte, vinte vales-transporte' para cobrir determinada coisa... Era comum esse pedido? Alguém fez esses pedidos? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Fazer, fazia - por exemplo, o vale-transporte atrasava um ou dois dias, tinha pessoa que não tem o vale-transporte; ia lá e emprestava: 'me empresta aí duas fichinhas de vale-transporte até vir o vale-transporte' ... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** E a senhora descontava depois? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Ah, era descontado. **MARCUS**

Valle  
x  
m  
con  
AM

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358/99
Fs. 5830
a) R



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 17
a) _____

**VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Agora a minha pergunta mais direta: alguma vez foi, por exemplo, algum funcionário estranho a... coisa, pedir vale-transporte? A senhora soube disso? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Estranho?! **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Vamos supor, foi requisitado pelo gabinete ou por algum vereador, ou alguma coisa assim: "me arruma cinqüenta vales-transporte." A senhora tem conhecimento se alguma vez houve um pedido assim, ou não? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Para mim nunca ninguém pediu. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** ... e soube se houve alguma vez? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não sei também, não sei. Há comentário, por exemplo, gente - há comentário... **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Se a senhora for falar há comentário, a senhora vai dizer de onde são os comentários. A senhora... **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não, eu posso... Há comentários, por exemplo, que tem funcionário que não necessita de vale-transporte e como é um direito dele ele pega o vale-transporte. Então, dizem que vende vale-transporte, que abastece carro com vale-transporte - porque o vale-transporte, gente, é oitenta centavos uma fichinha! É oitenta centavos! É dinheiro, gente! É dinheiro. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** A diretoria, ou a Secretaria de Administração - o secretário ou o diretor de administração - acompanhava a compra e a distribuição dos vales, diretamente? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Não. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Alguma pergunta mais? Dona Cleuza, então por enquanto nós estamos satisfeitos. Se precisarmos, nós vamos chamá-la novamente. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Estarei sempre à disposição para o bem do povo - porque é dinheiro do povo que está em jogo, gente. Então, nós temos que lutar, né? Para que tudo corra bem. **MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR:** Os senhores vereadores estão satisfeitos? Nenhuma pergunta mais? **PAULO MIGUEL ZENORINI:** As requisições ficavam na empresa, não? Essas requisições que eram feitas em papel ofício normal ficavam na empresa para que se pegasse os vales como um comprovante da solicitação? **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Eu fiz em duas vias. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Tá. E protocolou uma delas. **CLEUZA MARIA LEME DE SOUZA:** Protocolou. **PAULO MIGUEL ZENORINI:** Ok. Muito obrigado." (Fls. 208 a 217). Cópia deste depoimento foi fornecida à depoente (fls. 2362).

**7.2** O Sr. Edgard Gonzaga La Salvia, o qual, depois de firmar termo de compromisso (fl. 218) prestou depoimento (reduzido a termo pelo presidente da CEI): Inquirido pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior sobre qual a sua função na Prefeitura Municipal, desde quando exerce o cargo respondeu que trabalhou aproximadamente seis meses na administração do senhor Nicola Cortez; na atual administração, José de Lima, foi admitido a primeiro de janeiro de 1997 como Diretor do Departamento Administrativo, mas, posteriormente, com o advento da Lei 172, passou a ser Secretário da Administração Municipal. Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior se a compra de vales-transporte é de responsabilidade da sua administração, respondeu: "sim, mas especificamente da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior sobre quem seria o responsável para adquirir tais vales-transportes, respondeu que até onde tem conhecimento, desde 1989, estaria sob a responsabilidade do servidor Nilson Fernandes, até março de 1998, quando este deixou a Prefeitura. Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis qual a função específica do senhor Nilson Fernandes, respondeu: "não sei ao certo, pois esse funcionário teve algumas promoções, mas seria algo parecido com Assessor Administrativo, digamos um escriturário melhor qualificado". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini quem era responsável pela Divisão de Recursos Humanos e até quando, respondeu: "até agosto-setembro de 97, respondi interinamente; posteriormente foi indicada a senhora Cleuza Maria Leme de Souza, que já trabalhava em outra função, como Assessora, depois Chefe de Divisão". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se teve conhecimento anterior de irregularidades nos vales-transportes, respondeu: "desde o primeiro dia da administração procuramos fazer um

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5831
a) _____





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022/99
Fls.	38
a)	m.

levantamento geral de todos os setores, principalmente do setor de Recursos Humanos, porém só tomei conhecimento efetivo de que poderia haver algum problema quando o então Diretor de Finanças pediu um levantamento específico do setor, no início de março de 98, e eu solicitei à contadora Cleuza para que procedesse a esse levantamento, nessa época ela já era Chefe de Recursos Humanos". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se recebeu comunicado específico, por escrito, da senhora Cleuza a respeito de possíveis irregularidades, respondeu: "Sim. Recebi e esse relatório consta do processo de sindicância". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se recebeu o comunicado da senhora Cleuza no mês de março por que só em dezembro foi feita a sindicância, respondeu: "Na verdade, havia sido feito apenas o levantamento de três meses de 1998. Queríamos levantar mais. Demoramos certo tempo porque faltava documentação relativa aos outros meses, havia certo descontrole do arquivamento dos dados, mas o processo nunca ficou interrompido. Também queria esclarecer que, além do controle interno da Prefeitura, nós necessitávamos também de informações da empresa Nossa Senhora de Fátima, que nos forneceria dados a respeito. No entanto, tais dados só nos chegaram em novembro de 1998". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior se foi cobrado da Nossa Senhora de Fátima agilidade, maior celeridade na entrega desses dados, respondeu: "falei com o engenheiro Nagib por várias vezes e ele mandou alguns dados, mas não completos. Nesse ínterim, já havia a comissão de sindicância..." Retifica o depoente que era o controle interno, pois a comissão de sindicância só passou a trabalhar em dezembro. Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se em março de 98, quando teve conhecimento das irregularidades, se levou ao conhecimento do senhor Prefeito, respondeu: "Sim. levei. E o controle interno também levou. O prefeito pediu para acelerar as providências e proceder à investigação necessária". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior se o Prefeito, durante o prazo de março a dezembro, cobrava os resultados das investigações da Secretaria da Administração, respondeu: "Sim. Ele cobrava insistentemente, inclusive reclamava da lentidão da apuração. Mas foi explicado a ele que havia dificuldades no levantamento dos dados e na obtenção dos mesmos junto à empresa Nossa Senhora de Fátima. Ressalte-se que também havia dificuldades no levantamento interno, conforme já expliquei em pergunta anterior". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se as irregularidades posteriormente apuradas se referem apenas a esta administração ou também a administrações anteriores, respondeu: "que desde 95, pelo menos, constatamos irregularidades; anteriormente a 1995, temos extrema dificuldade, já que até 94, acredita o depoente, o sistema adotado era de desconto direto na folha de pagamento. "Como houve uma mudança da lei no sentido de isentar pagamento por parte dos funcionários ao vale transporte para quem ganhasse até dois salários mínimos da Prefeitura, naturalmente isso causou a mudança do sistema e a necessidade de algum tipo de controle". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior como eram feitas as requisições, ou seja, qual o período, semestral, anual ou mensal, e quem as fazia junto à empresa, respondeu: "Era feita uma previsão semestral, mas a entrega era feita mensalmente e o responsável era o senhor Nilson Fernandes até março de 1998; ele é quem elaborava a requisição". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se o pagamento era feito mensalmente, semestralmente ou anualmente, respondeu que era feito mensalmente". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se a senhora Cleuza foi exonerada em virtude desse levantamento, respondeu: " que eu saiba, não; pelo que sei trata-se de cargo de confiança, de livre demissão do senhor Prefeito Municipal e desconheço os critérios que usou para a demissão. É um ato rotineiro da administração no que se refere a empregos em comissão". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior a respeito de qual a função do senhor João Herbert Alesssandri, respondeu: "Pelo que sei, era servidor de carreira até 1996, sendo dispensado não sei qual a razão; posteriormente foi convidado por mim para exercer cargo em comissão e, com a saída da senhora Cleuza, passou a ser Chefe da Divisão de Recursos Humanos, não me lembro se diretamente ou algum tempo depois". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini qual o motivo da demissão do

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358/99
Fls.	5832
a)	R



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1032, 99
Fls. 19
a) m.

senhor João Herbert Alessandri, respondeu: "em dezembro de 98, salvo engano, ele foi exonerado por se tratar de cargo de comissão, portanto de livre demissão; desconheço se a demissão tem relação com a questão do vale-transporte". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se, após o levantamento que constatou as irregularidades, o funcionário Nilson foi questionado por alguém a respeito dos fatos, respondeu: "o funcionário Nilson, na realidade, era o chamado não-estável, pois tinha sido admitido antes de 1988, quando a Constituição ainda não havia sido promulgada; houve um acordo com o Ministério Público do Trabalho de Campinas no sentido de dispensar esses funcionários após um certo prazo; ele foi dispensado dentro desses termos, sendo que sua dispensa não tem nenhuma relação com o caso do vale-transporte; esclareço que os não-estáveis eram aqueles que não tinham, antes de 88, cinco anos de efetivo exercício na Prefeitura". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis por que que um funcionário que não era estável, como o senhor Nilson, era responsável por um setor tão importante, respondeu: "ele já era responsável de 1989, então, acredito, não havia motivo para trocá-lo, já que não existia na ocasião nenhum indício de irregularidade. Perguntado, ainda pelo vereador João Afonso Sólis, por que que ele foi então exonerado sem justa causa quando se descobriu indício de irregularidades, respondeu: "havia apenas indícios, não tínhamos elementos para a justa causa, não haviam provas plenas contra ele; é fato notório que para a justa causa é fundamental a existência de provas plenas; aliás nós nunca acusamos ninguém diretamente, nem naquela ocasião, nem posteriormente. simplesmente constatamos a existência de indícios. Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis como é que ele continuou no cargo após as irregularidades, respondeu: "houve, na verdade, uma coincidência entre a época de sua demissão e o levantamento dos fatos; na verdade, ele não foi exonerado por causa dos fatos, mas, sim, em virtude do que já foi explicado anteriormente, portanto ele não continuou no cargo". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior por que nunca a Secretaria de Administração se interessou em fazer levantamento sobre compra e repasse de vale-transporte dos funcionários, já que esse trabalho era subordinado à Secretaria, e como a Secretaria deixou passar tamanho prejuízo, respondeu: "na verdade, nós íamos fazer vários levantamentos gerais, todos eles bastante trabalhosos, por exemplo, funcionários temporários, reformatização dos recursos humanos, estudos sobre os não-estáveis, etc., portanto o volume era muito grande e não tínhamos notícia específica sobre essas irregularidades". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se após a denúncia dos fatos, em março, se mudou a forma de controle e houve redução dos valores e da quantidade de vales-transporte adquiridos, respondeu: "Caiu abruptamente a partir de abril, de maio de 1998. Passamos a fazer levantamentos específicos em cada área, por exemplo, educação, garagem, saúde, etc. Implantamos também um sistema de livro-caixa e esse controle está passando para os Secretários de cada área. Com isso, houve uma redução que, não posso afirmar, mas estimo em trinta a quarenta por cento; no entanto, ressalto, que também outros fatores colaboraram para essa redução, tais como a redução do número de funcionários". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se o senhor Nilson foi demitido no sistema de demissão voluntária, respondeu: "Não. Não existia tal programa específico na Prefeitura Municipal. Na verdade, o Prefeito dispensou todos os não estáveis enquanto negociava com a Secretaria do Trabalho a ampliação do prazo de demissão. Depois dessa negociação, os que quiseram voltar à Prefeitura, voltar a trabalhar na Prefeitura, voltaram e os que não quiseram, conseqüentemente, não voltaram. O senhor Nilson está na segunda situação". O vereador Paulo Miguel Zenorini, antes de formular a pergunta, esclareceu ao Secretário que a depoente anterior havia afirmado que negou-se a assinar uma requisição de vale-transporte e que posteriormente procedeu a levantamento dos mesmos constatando as irregularidades. Após isso, perguntou ao depoente se era esse fato que havia sido o motivador do levantamento ou o pedido do Secretário das Finanças. O depoente respondeu: "Sem dúvida alguma, a denúncia feita pela senhora Cleuza foi o fator desencadeador do levantamento. No entanto, conforme já expliquei em pergunta anterior, a

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5833
a) P





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fs. 20
a) m.

administração tinha interesse em levantar dados a respeito dos vários setores da Prefeitura. Esclareceu, ainda, que nas folhas 11 e 12 da sindicância enviada a esta Câmara, numeração relativa à Prefeitura Municipal, existem dois ofícios que versam sobre o tema, onde foi requerida a relação dos servidores que se utilizam do vale-transporte, dentre outras coisas". O Presidente desta Comissão conferiu o processo da Prefeitura Municipal e verificou a falta das folhas, solicitando, neste ato, cópia na íntegra da sindicância e dessas folhas. Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se foi a senhora Cleuza quem fez o levantamento relativo a alguns meses e detonou ou desencadeou a investigação por que não se pediu a ela que fizesse o levantamento dos meses e anos anteriores, respondeu: "Na verdade, poderia ser pedido, mas foi solicitado isso ao Controle Interno, que era competente para tanto. Portanto, seria até mesmo um desperdício termos dois levantamentos sobre o mesmo tema e ocuparmos funcionários para a mesma atividade". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se não fica estranho a senhora Cleuza ser demitida cerca de dois meses depois de ter feito o levantamento e a denúncia, respondeu: "Já respondi anteriormente. Trata-se de cargo de comissão, de livre admissão e demissão do senhor Prefeito Municipal, os critérios são dele. Desconheço qualquer ligação dos fatos". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini a que as conclusões chegou a comissão de sindicância e quais as providências tomadas depois disso, respondeu: "Bem, a comissão de sindicância tem autonomia. Após iniciar seus trabalhos cessa a participação da Secretaria da Administração. Mas, me parece que as conclusões são de conhecimento geral, já que foram enviadas a esta Câmara e ao Ministério Público". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se é possível fazer levantamento anterior a 1996 sobre entrega e compra de vales-transporte, respondeu: "Nós não conseguimos fazer porque os dados são bastante precários; inclusive conforme já respondi anteriormente, parece que o sistema anterior era diferente". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior como se chegou ao valor de R\$ 740.000,00 de falta de vales-transporte, respondeu: "Na verdade, essa diferença se refere à falta de listagens. Então, considerou-se que, na falta de listas, esses vales-transportes não teriam sido entregues. Mas, queria citar um exemplo, constante das folhas 34 - numeração relativa à Prefeitura -, por exemplo, do encarregado Bento faltam duas folhas e um outro encarregado faltam seis meses. Na verdade isso não reflete necessariamente a realidade, é uma estimativa feita pela média. Posteriormente, pelas mesmas folhas, eles fizeram uma estimativa dos vales que eram entregues mês a mês, é um critério mais próximo da realidade, mas não absolutamente real. Posteriormente, com uma restauração de dados, usando o mesmo critério de listagens, foi constatada uma queda desses números, para 56.000 vales-transporte. Quero dizer que ainda esse fato é muito grave e preocupante e deve ser apurado". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior se essa resposta anterior não demonstra uma enorme desorganização por parte da Prefeitura, respondeu: "Sim. Não há como negar que havia uma grande desorganização até se detectar o problema. Aliás, frise-se, por esses critérios de listagens, se analisarmos o ano de 1996, poderíamos chegar à conclusão de que a cada dois vales-transportes comprados um teria sido desviado, o que nos parece algo que chamaria a atenção. Portanto, realmente faltam dados para se chegar a um valor real". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior se não houve tempo de março a dezembro para constatar essa restauração de dados que ora se alega, respondeu: "Temos cerca de 1.800 servidores. Se houvesse, por exemplo, uma média de 60 vales por servidor - apenas como exercício mental, considerando-se que alguns servidores recebem 88 vales e outros, 44 - se multiplicado o número dos vales adquiridos pelo número de funcionários, seria insuficiente. Ocorre que não sabíamos que só 60 a 65% dos servidores recebiam os vales". Não tínhamos tal dado". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se os servidores em férias, afastados e que moram perto do local do emprego, recebiam o vale-transporte, respondeu: "É possível que recebessem, devido à total desorganização anterior. Hoje, não; pelo menos os em férias ou afastados não recebem mais. Mas quanto ao critério de moradia, é muito difícil se controlar, pois há uma rotatividade muito grande nos endereços e, conseqüentemente, há

Handwritten signature: *Paulo Miguel Zenorini*

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fs. 5834
a) Q





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022, 99  
Fls. 21  
e)

uma dificuldade, pois os servidores não comunicam essa mudança de endereço, mas, quando constatado que residem perto do local de trabalho, não recebem, é lógico". O vereador José Sérgio Conti Júnior relata ao senhor Secretário da Administração que faltam várias folhas da comissão de sindicância, que inclusive a comunicação feita pela senhora Cleuza a essa Secretaria. O senhor Secretário se compromete a enviar o processo completo a esta CEI, estranhando tal falta de documentos. O vereador José Sérgio Conti Júnior consigna em ata que essa falta prejudica o andamento dos trabalhos desta comissão e pede urgência no envio desses documentos. O vereador Paulo Miguel Zenorini diz ao senhor Secretário: "o senhor afirma desconhecer qualquer relação entre a demissão dos senhores João Herbert Alessandri e Cleuza Maria de Souza com os fatos ora apurados; no entanto, existe um ofício na comissão de sindicância, assinado pelo doutor Cleomenes José Linardi, que encontra-se às folhas 95 (numeração da Câmara), em que o senhor Promotor de Justiça da Primeira Vara Judicial da Comarca de Bragança Paulista aponta-os como responsáveis". A seguir o Presidente da Comissão lê o inteiro teor do referido ofício. Aos comentários do vereador Paulo Miguel Zenorini, o senhor Secretário respondeu: "Com o devido respeito ao nobre vereador que fez a pergunta, basta ler o ofício para verificar que em momento algum se diz que eles eram responsáveis pelas irregularidades; o ofício diz que eles eram responsáveis pela aquisição e controle dos vale-transporte. Portanto, o comentário do vereador é subjetivo". O vereador Paulo Miguel Zenorini esclarece dizendo que a questão comentada por ele é "por que se deu destaque a essa informação através de ofício o que poderia dar a entender que eles fossem os responsáveis?" O Secretário responde: "Desconheço, porque o ofício não foi feito por mim". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se não há tremenda desorganização e precipitação, partindo-se das respostas aqui dadas pelo Secretário em relação à divulgação de dados e valores, respondeu: "Às folhas 58 dos autos, quando eu prestei meu depoimento à sindicância interna, fiz questão de frisar que havia necessidade de uma auditoria externa, já que precisávamos de dados mais científicos. Posso dizer que a comissão de sindicância teve muito boa vontade, mas não tinha pessoas técnicas qualificadas para esse serviço; embora tenha agido de boa vontade acabou ocorrendo algo desordenada. Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior então por que não se procedeu à auditoria externa já que o ofício pede uma auditoria externa, o depoente afirmou desconhecer as razões e o caso estava sob os cuidados da comissão de sindicância. O vereador João Afonso Sólis, dizendo-se baseado em informações que alega ter por conferir empenhos da Prefeitura, contidas no orçamento do Município, pergunta: se em 1996 foram empenhados R\$ 847.000,00 e pagos R\$ 140.000,00 de vales-transportes e em 1997 foram empenhados R\$ 770.000,00 e pagos R\$ 733.000,00, qual o motivo dessa disparidade no pagamento. O depoente respondeu: "Não tenho condições de responder a essa pergunta. Trata-se de levantamento feito por outra secretaria, conseqüentemente, não tenho como conferir, e, conseqüentemente, esclarecer essa questão. Acho apenas os números um tanto estranhos". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle se o pedido de informações feito em dezembro e a abertura da sindicância interna da Prefeitura poucos dias depois têm relação ou foi o fato desencadeador, respondeu: "Até onde posso responder, foi uma coincidência". Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior sobre se está se estudando alguma medida no sentido de diferenciar os vales-transportes dos funcionários dos comuns para evitar a comercialização e outras providências no mesmo sentido, respondeu: "Sim, estamos estudando e até achamos que, se não é a solução, poderia minimizar o problema. No entanto, haveria dificuldade de o cobradores da empresa constatarem se o cidadão é ou não servidor municipal. Quanto a outras medidas, estudamos até a volta de se constar na folha de pagamentos o vale-transporte, mas existem dificuldades para isso em virtude da lei a que já referimos, mas são medidas que estamos analisando para serem adotadas". (Fls. 219 a 225). Cópia deste depoimento foi fornecida ao depoente (fls. 2363).

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358, 99  
Fls. 5835  
e)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 1022, 99
Fls. 22
a) m.

8 Na 4ª reunião, após a tomada dos depoimentos retro citados, a CEI decidiu: intimar, para tomada de depoimento, os Srs. João Herbert Alessandri e Nilson Fernandes. Também decidiu encaminhar Pedido de Informações - o de número 137/99 - ao Executivo para saber quais foram os empregos, cargos ou funções exercidos pelos referidos senhores enquanto trabalharam na Prefeitura local e o período de exercício. (Ata e expedientes de encaminhamentos: fls. 226 a 234).

8.1 Respondendo ao Pedido de Informações 137/99, sobre todos os empregos, cargos ou funções exercidos pelos Srs. João Herbert Alessandri e Nilson Fernandes enquanto eles trabalharam na Prefeitura e períodos de exercício, através do ofício CM-203/99 a Prefeitura informou: **João Herbert Alessandri:** Admitido em 01.jun.82, por contrato de trabalho regido pela CLT, como Atendente, com o salário inicial de CR\$18.000,00 (padrão monetário vigente à época). Em 01.out.83 foi designado para o cargo de Assistente de Pessoal I, com a remuneração de CR\$80.000,00; em 01.jun.84 foi designado para o cargo de Auxiliar de Pessoal I, com a remuneração mensal de CR\$1600.000,00; em 01.nov.87 passou para Assistente de Pessoal II, com a remuneração mensal de Cz\$15.145,00 (padrão monetário da época); em 01.mar.88 foi designado para Assistente de Pessoal, com a remuneração mensal de Cz\$35.000,00; em 01.out.88 foi designado para o cargo de Assistente de Pessoal III, com a remuneração mensal de Cz\$120.000,00; em 01;ago.90, foi reenquadrado como Assessor de Diretoria, com a remuneração mensal de Cr\$48.668,00 (padrão monetário da época). Em 31.mai.96, quando ocupava o cargo de Assessor de Diretoria (emprego constante do quadro permanente), pediu demissão, quando percebia a remuneração de R\$817,00 (oitocentos e dezessete reais) e mais a importância de R\$81,70 (oitenta e um reais e setenta centavos) correspondente a quinquênios. Em 01.fev.97, mediante Portaria nº 9882, foi nomeado para exercer o emprego de Auxiliar de Departamento, em comissão, relação de trabalho regida pela CLT, com remuneração correspondente a referência 13, do anexo II - Lei Complementar nº 76/93, equivalente a R\$900,00 (novecentos reais); em 01.set.97, através da Portaria nº 10.113, passou a exercer o emprego de Assistente de Departamento, em comissão, referência 14, do Anexo II - Lei Complementar nº 76/93, equivalente a R\$1.114,00 (hum mil e cento e quatorze reais), mais R\$111,40 (cento e onze reais e quarenta centavos) sob a rubrica de quinquênios; em 15.mai.98, através da Portaria nº 10.336, foi nomeado para exercer o emprego de Chefe da Divisão de Recursos Humanos, em comissão, relação de trabalho regida pela CLT, com remuneração correspondente a referência C11, do artigo 13, da Lei Complementar nº166/07.jan.98 e equivalente a R\$1.978,00 (hum mil e novecentos e setenta e oito reais), mais R\$296,70 (duzentos e noventa e seis reais e setenta centavos) a título de quinquênio; em 30.dez.98, mediante Portaria nº 10.544, foi exonerado do emprego em comissão de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, quando percebia a remuneração de R\$2.038,00 (dois mil e trinta e oito reais), mais R\$3054,70 (trezentos e cinco reais e setenta centavos) a título de quinquênios. Até o ano de 1.996 o ex-servidor ostentava a condição de **estável**, quando em 30.mai.96, através do requerimento protocolado em 30 de maio de 1.996, sob nº 289/96-DIRH, solicitou demissão e dispensa do cumprimento de aviso prévio, tendo o então Chefe da Divisão de Recursos Humanos, em 31 de maio de 1.996, manifestado concordância e determinado providências para a quitação. **Nilson Fernandes:** Admitido em 01.abr.85, por contrato de trabalho regido pela CLT, como Auxiliar de Almojarife e vinculado ao Serviço de Compras, como salário inicial de CR\$285.000,00 (padrão monetário da época). Em 01.mar.86 foi designado para o cargo de Auxiliar de Serviços - II, com a remuneração de Cz\$1.219,00 (padrão monetário da época) e ainda vinculado ao Serviço de Compras. A partir de 01.mar.89, foi removido para a Seção de Pessoal, como Assistente de Pessoal I, com a remuneração de NCz\$201,60 (padrão monetário vigente à época) e, em 01.jun.89, passou para Assistente de Pessoal II, com a remuneração de NCz\$611,58. Exerceu tal cargo até a data do desligamento, ocorrido em 12.mar.98, quando percebia a remuneração de

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5836
a) R





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 83  
a) \_\_\_\_\_

R\$783,20 (setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos), sendo o salário base R\$712,00 (setecentos e doze reais) e R\$71,20 (setenta e um reais e vinte centavos) correspondente a dois quinquênios. O ex-funcionário integrava o quadro de **servidores não estáveis...**" (Fls. 2246 a 2251).

**8.2** Os Srs. João Herbert Alessandri e Nilson Fernandes depuseram à CEI em 18 de maio de 1999, na 5ª reunião, cuja ata consta às fls. 2368/ 2370.

a) Firmado o termo de compromisso (fl. 2346), o Sr. João Herbert Alessandri prestou o seguinte depoimento, reduzido a termo pelo presidente da CEI: *Perguntado se confirma os dados constantes de resposta ao Pedido de Informações de número 137/99, que lhe foi passada pela comissão, respondeu que confirma, mas que não tem certeza se no mês de outubro de 1983 trabalhava na Prefeitura, pois trabalhava na Comissão Municipal de Esportes, e que de resto está correto. Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se trabalhou com vale transporte, fazendo entrega ou estimativa para compra, respondeu: "com vale-transporte trabalhei apenas de maio de 98 a dezembro de 98." Perguntado pelo presidente se nas férias do funcionário Nilson trabalhava com vale-transportes, respondeu: "eu apenas fazia entrega dos vales, mas não ia buscar na empresa e nem os requisitava". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior quantas vezes funcionou nesse setor, substituindo o senhor Nilson, respondeu "umas três férias aproximadamente, salvo engano." Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior "nessa época que o senhor trabalhava quem que requisitava e retirava os vales-transporte da empresa", respondeu "eu não retirava. Na verdade, o Nilson já deixava pronta a requisição antes de sair de férias. Tinha um motorista da Prefeitura, que retirava os vales, era conhecido por Carlão Carioca." Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se alguma vez em que trabalhou no setor percebeu algo suspeito, estranho ou irregular, respondeu "uma vez percebi uma 'sobra' muito grande de vales-transporte, por volta de 6.000. Achei estranho, pois as sobras (férias, licença, etc. ficavam entre 3.000, 4.000 normalmente. Não me lembro exatamente o mês em que isso ocorreu, mas foi no ano de 1995. O nome do funcionário para quem eu fiz o comentário é Paulo Sérgio de Oliveira Preto e não cheguei a comentar com Nilson sobre isso". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior quem fazia o controle, a requisição e a distribuição dos vales-transporte, respondeu "era o Nilson Fernandes." Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior como é que era feito esse controle, respondeu "isso não era da minha função, mas eu sei que tinha alguma listagem". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior quem fazia a listagem, respondeu "era o senhor Nilson Fernandes". Ainda perguntando se os funcionários assinavam alguma coisa, algum comprovante de recebimento, respondeu "sim". Exibida ao depoente pela presidência uma listagem referente a agosto de 95, em que um funcionário, com uma assinatura só, dava conta do procedimento da maioria dos vales-transporte do setor, respondeu "sim. Isso ocorria. Mas quando eu tomava conta do setor, procurava impedir que isso acontecesse e solicitava que cada funcionário assinasse o recebimento do seu respectivo vale-transporte". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se o depoente tem conhecimento se funcionários em férias ou licença recebiam o vale-transporte, respondeu "não deveriam receber. No caso de licença, às vezes o funcionário recebia o vale primeiro e depois entrava em licença, e nos casos de férias o sistema de folha não tinha um bom controle e a coisa era feita manual, passando às vezes despercebidos alguns casos". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se os vales-transporte eram entregues funcionário por funcionário, respondeu "não. Era entregue aos encarregados". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior "no caso da sobra de vales, por funcionários de férias ou licença, como se procedia", respondeu "os*

*Valle*  
*Conti*  
*Conti*

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5837  
a) \_\_\_\_\_



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

PROT. GERAL Nº. 1022, 99
Fls. 24
a) m.

vales eram devolvidos, mas eu não me lembro de ter nenhum controle, no setor dirigido por Nilson, dessas sobras". Perguntado se ele não fazia o controle das sobras, respondeu "de maio a dezembro de 98 eu fazia, mas antes não era feito porque das listagens não consta nada e eu só funcionei interinamente". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se na administração anterior e nesta administração os Diretores Administrativos ou os Prefeitos tinham conhecimento dessas irregularidades ou dessa desorganização, respondeu que "na verdade, competia aos Secretários a fiscalização e aos Chefes de Divisão também, mas afirmo que nunca foi feito. Nem pelo financeiro nunca foi feita tal fiscalização". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se tem conhecimento - ou quando estava no setor ou pessoalmente ou por ouvir dizer - sobre algum setor da Prefeitura ou algum funcionário da Prefeitura pegar vales-transporte fora dos casos normais, respondeu "quando trabalhava no Sismub, em 1996, ouvi dizer que eram distribuídos vales-transporte nos comícios principalmente nos da campanha do candidato Lisa Sanches. Não me lembro exatamente quem comentou, mas era comentado principalmente pelos funcionários da garagem". Perguntado pelo presidente se soube que vereadores, nesta ou na anterior legislatura, tenham requisitado ou pego vales-transporte, respondeu "não tenho conhecimento". O vereador José Sérgio Conti Júnior pergunta qual o motivo de sua demissão na Prefeitura, ao que o depoente respondeu "pelo que sei, o Prefeito recebeu uma informação inverídica do senhor Edgard, Secretário da Administração, de que eu pretendia montar um bar e portanto estava pedindo para ser exonerado. O Prefeito sequer me ouviu e, acreditando na informação, que me pareceu uma armação do Secretário, me exonerou". Perguntado pelo presidente se a demissão não teve nenhuma relação direta com o vale-transporte, respondeu: "para mim ninguém disse nada a esse respeito". Esclarece, por fim, que era cargo em comissão. Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se teria condições, verificando as listagens, de reconhecer assinaturas constantes das mesmas, e se tais assinaturas pertencem ou não a Chefes das Seções, respondeu que teria que examinar as listas para verificar se conhece. Ante tal resposta a presidência fornece ao depoente as listas para que ele examine pelo prazo de quinze minutos. Reiniciado o depoimento às dez horas e quinze minutos. Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se conseguiu identificar as assinaturas constantemente repetidas nas listas respondeu "não consegui identificar". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se nesse exame rápido e superficial conseguiu observar algo que chamasse a atenção nas listagens, respondeu "sim, na lista de Tuiuti de agosto de 96, à primeira vista, dá a impressão que só uma pessoa assinou com nomes diferentes, ou seja, a letra é muito parecida, por isso tive tal impressão". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre a conferência, sobre os vales requisitados, os vales necessários e os vales efetivamente comprados e entregues e quem fazia tal conferência, respondeu "nunca foi feita tal conferência até abril de 98. A partir de maio, quando eu ia busca, eu conferia". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira por que que só nesse mês fez a conferência, respondeu "porque nesse mês passei a ser o responsável. Como eu passei a ser responsável, criei o livro caixa lá dentro, eu fazia a requisição, era feito o empenho e uma certidão e aí eu conferia os vales que vinham da empresa". E nunca houve problema na empresa quanto ao número de vales". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira sobre aquela afirmação de que tinha tido conhecimento que na época das eleições eram distribuídos vales-transportes, qual seria a época em que isso ocorreu e qual a quantidade, respondeu "pelo que sei era agosto, setembro e outubro de 96, mas só fiquei sabendo em novembro e dezembro, depois que passou, e não falaram em quantidade". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se conhece alguém que recebeu os vales como agrado eleitoral, respondeu "não". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se alguma vez notou alguma diferença ou algum problema em relação aos vales-transporte, respondeu "em maio e junho de 97, quando funcionei no setor para fazer o cadastramento, caiu significativamente o número de vales adquiridos mês a mês."

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5838
a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022, 99

Fls. 25

a) m

Não houve pressão ou protesto em relação ao recadastramento, mas "fiquei sabendo agora, dois ou três meses atrás, não sei se verdadeiros ou não, que nessa época do recadastramento chegou a haver uma sindicância na empresa Nossa Senhora de Fátima. Ainda comentava-se que numa banca de revistas ou jornais na Vila Bianchi vendia-se vales-transportes, em torno de 3.000 vales, pelo que foi apurado, isso em março de 97, por isso fizemos o recadastramento. Sei que era uma banca na Vila Bianchi". O vereador José Sérgio Conti Júnior solicita que seja oficiada a empresa Nossa Senhora Auto Ônibus Ltda., sobre essa sindicância, pedindo, em caso de confirmação, cópia da sindicância. Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior e Marçal Alves de Oliveira se o número de vales correspondia às necessidades ou era feito acima, com folga, respondeu "não. O número de vales era o número de vales necessários realmente, de acordo com as listagens. Acontece que por ocasião do recadastramento observamos que as pessoas abusavam um pouco, mormente na Garagem, pois vendiam os valês. Então no recadastramento, se constatou que muitas delas, por morar perto ou ter veículo próprio, não precisavam, não tinham direito ao vale-transporte, daí ter caído o número no recadastramento". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se trabalhou com a contadora Cleuza Maria Leme de Souza, se tem conhecimento que ela denunciou o problema e se sabe as providências que foram tomadas, respondeu "sim, trabalhei. Ela fez as denúncias por escrito, houve sindicância mas muitos meses depois. Só foi constatado o problema pela senhora Cleuza e não por outra Secretária. Houve certa demora, pois ela fez um levantamento em março de 98 e o recadastramento já havia sido feito em maio, junho de 97. Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se tem conhecimento se a administração atual, desde que assumiu em primeiro de janeiro de 1997, já passou a fazer uma racionalização e um estudo sobre o setor, conforme afirmou o Secretário da Administração esta CEI, respondeu que não. O vereador Marçal objeta a pergunta, dizendo que a afirmação do Secretário nesta CEI foi no sentido de que o levantamento feito era em todos os setores e não nesse apenas, especificamente. Assim sendo o vereador José Sérgio Conti Júnior complementa a pergunta "se o depoente tem conhecimento de racionalização em todos os setores", ao que o depoente respondeu "dos outros setores não sei, mas dos Recursos Humanos posso afirmar que não havia nada, até porque se fossem fazer alguma coisa em relação ao vale-transporte nós ficaríamos sabendo. Perguntado se tinha outra fonte de renda quando trabalhava na Prefeitura, respondeu "não, minha única fonte de renda era a Prefeitura". Perguntado se tinha bens naquela época e atualmente, respondeu "naquela época, em 97, eu tinha um Corcel II ano 82, comprado à prestação em doze meses. Quando fui exonerado troquei o Corcel II por uma Santana 86 e comprei um Fusca 76. Não tenho bens imóveis, a não ser um apartamento financiado pelo CDHU". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira se o recadastramento foi feito a pedido da administração ou por iniciativa própria, respondeu "nós comunicamos o senhor Edgard sobre o problema da banca de jornais e aí ele falou que era bom fazer o recadastramento. Fizemos. Dessa forma pode se entender que tenha sido uma providência da administração". Perguntado se considera isso uma atitude da administração, respondeu "pode se entender que sim". Perguntado se tinha algo a acrescentar a este depoimento, algo que achasse relevante, respondeu "sim. Eu queria dizer que coloco à disposição desta comissão os meus extratos bancários, nas contas correntes que eu tinha na época. Vou pedir os extratos e juntarei oportunamente, pois leva algum tempo para consegui-los. Se eu tiver alguma dificuldade, comunicarei. Faço isso espontaneamente, sem que tenha sido pedido". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini "se o setor fez um recadastramento em maio de 97 e constatou exagero no número de vale por que continuavam as listas totalmente desorganizadas, com pessoas assinando por outras e outros problemas", respondeu: "eu fiz o recadastramento, mas depois eu fui para minha atividade, que era a folha de pagamento; depois passei a controlar a cesta-básica. Na verdade eu funcionei em maio e junho com vale transporte". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se a

Vale  
J  
M

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 358, 99

Fls. 5839

a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 26
a) m

informação de que não existiam documentos relativos a vale-transporte de 1995 e anos anteriores, pois tais documentos extraviaram, conforme informação do Secretário da Administração, respondeu: "os documentos estavam na Prefeitura, pelo menos até maio de 96. Em 95 cheguei a fazer um levantamento de tais dados. Quanto a 94 não me recordo e não foi feito nenhum levantamento por mim. Pelo que sei esses documentos deveriam estar no arquivo morto, dos recursos humanos. Esclareço que em 95 fiz um levantamento para o setor de educação, 95, 96 e 97. Em fevereiro de 97 esses documentos ainda estavam lá - isso posso afirmar". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se alguma vez deu vale-transporte, ficou com vale-transporte ou vendeu vale-transporte, respondeu "não, na verdade isso só foi entregue nos termos da lei. A única vez que fugiu do cotidiano foi em julho ou agosto de 98, salvo engano, que a pedido do senhor José Galileu de Mattos, levei 200 vales ao atiradores do Tiro de Guerra local que faziam trabalho auxiliando a limpeza do prédio onde foi implantado o arquivo central da Prefeitura". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se ele usava vale-transporte, recebia tal benefício, respondeu "só nos meses quando eu estava sem o meu carro, salvo engano também no mês de fevereiro de 97". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira se tem conhecimento de quem estava no setor quando teria havido, segundo os comentários, a distribuição de vales-transporte em época eleitoral respondeu "nessa época eu estava no Sismub e não trabalhava na Prefeitura. Portanto, não sei. O funcionário, pelo que sei, era o Nilson, mas não posso dizer que foi ele que fez a entrega". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se, além do conhecimento da banca de jornais, soube também da comercialização de vales transporte por funcionários públicos municipais "eu, pessoalmente, não soube, mas ouvi dizer que o senhor Nagib, da empresa Nossa Senhora de Fátima, andou investigando isso". O presidente levantou a seguinte questão de ordem: recebeu informações do vereador Luís Carlos Ferreira de que não existe banca de jornais na Vila Bianchi, mas, sim, no Tanque do Moinho, o que pode ter gerado confusão de localização. Diante disso coloca a questão ao depoente e o depoente informou que "o que houve dentro da Prefeitura é a Vila Bianchi". Perguntado se queria acrescentar mais alguma coisa, respondeu "olha, ouvi dizer também que teve problema no fornecimento de vales-transporte aos guardas mirins, parece que lá também teve questão de quantidade, em período de eleição também, na administração passada. Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini quem entregaria os vales aos guardas mirins, respondeu "não sei, isso não passava pelo nosso setor, parece que era comprado direto". (Fls. a 2347/2352).

b) O Sr. Nilson Fernandes, cujo termo de compromisso consta às fls 2353), prestou o seguinte depoimento, igualmente reduzido a termo: Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se estão corretos os dados referentes à sua situação funcional no Pedido de Informações de número 137/99, que lhe é exibido, respondeu "sim, estão corretos". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se durante todo o tempo em que trabalhou na Prefeitura sua renda pessoal era só essa ou tinha outro negócio, respondeu "minha renda era basicamente a da Prefeitura. Somente criei canários silvestres e os vendia entre 1989 e 1990 e também fiz alguns bicos de pintura de edifícios, chegando a pintar o Banespa e algumas casas de funcionários daquele banco. Tal pintura era feita como bico eu não tinha ISS e nem registro como autônomo". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior sobre quais os bens que possui hoje, respondeu "a única coisa que eu tenho é uma casa na Fraternidade e eu estou correndo o risco de perdê-la se a Prefeitura executar as dívidas referentes a impostos atrasados e à prestação, que também está atrasada desde o finzinho de 96". Perguntado pelo presidente se antes tinha bens, respondeu "não". Perguntado pelo presidente sobre, se durante o tempo em que trabalhou na Prefeitura, tinha outros bens imóveis, respondeu "não". Perguntado pelo presidente sobre uma chácara no Bairro Araras dos Pereira se era de sua propriedade, respondeu:

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5840
a) P



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fs. 27
a) _____

"não; era de minha ex-mulher, de nome Elza da Silva Dominicci, salvo engano. Perguntado se ela não era testa-de-ferro, respondeu: "não". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se o depoente não tem ou não teve um bar no Bairro Araras dos Pereira, respondeu "sim. E aliás isso me afundou de vez. O prédio era alugado, arrendei o bar, comprei fiado, tive que comprar mesas e cadeiras. O ponto do bar custou R\$ 6.000,00, só consegui pagar R\$ 3.000,00, fiquei devendo o restante. Devo até agora. E o negócio durou apenas 4 ou 5 meses até ser fechado. As mesas e cadeiras que foram compradas, comprei fiado em Pinhalzinho e até hoje não consegui pagar". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior como pagou esses R\$ 3.000,00 ao dono do bar que lhe vendeu o ponto, respondeu "assinei uma promissória, fui pagando aos poucos com o movimento do bar. Inclusive esclareço que o dono do prédio era outro e apenas paguei o ponto. Também fiquei devendo meses de aluguel do prédio, mas fui perdoado desde que deixasse o mesmo, desocupasse o imóvel". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior sobre quem fazia a requisição, distribuição e controle dos vales-transporte, respondeu "era eu". Perguntado sobre quando entrou nesse setor, respondeu "em 1989, e no começo nem era eu que requisitava, era o diretor administrativo Domingos Alves dos Santos, daí ele começou a me explicar como fazia ou não fazia e era tudo datilografado na época. Os funcionários preenchiam um requerimento requerendo o vale-transporte; mais ou menos no dia 18 ou 19, a gente somava todos os requerimentos e a partir daí eu fazia o pedido para a empresa de ônibus. Quando chegava mais ou menos no dia 28 ou 29 a empresa mandava esses vales pra gente". Perguntado pelo presidente se esses vales eram conferidos, respondeu "não, porque chegavam os vales em cima da hora e os funcionários reclamavam, queriam o vale na hora, tinham pressa, daí até o diretor falou 'entrega logo essa porcaria' - na época de 89 foi o Domingos que falou isso e a partir daí a coisa foi na confiança. Esclareço que devido ao que já expliquei nunca conferi se o número de vales-transporte que a empresa entregava correspondia ao que era pedido. Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se a requisição era mensal, semestral ou anual, respondeu que era "mensal e a requisição e o pedido era uma coisa só. Também a entrega era mensal". Perguntado sobre "quem ia buscar", respondeu "às vezes eu saía para fazer outros serviços do meu departamento, tais como ir à junta ou ao cemitério, e os vales já estavam lá, não sei como. Quando chegava eles já estavam lá. Às vezes eu ia buscar, isso quando atrasava a entrega, mas normalmente eles chegavam lá, não sei se através de algum funcionário ou se a empresa mandava entregar". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se quando ele saía pra fazer outros trabalhos alguém mexia com a questão do vale-transporte, respondeu "todo mundo mexia, com exceção do funcionário Paulinho, que não gostava. Isso significa que todo mundo fazia a distribuição. Cada departamento tinha a sua listagem e de uns 4 anos para cá passamos a separar dentro da Garagem os setores específicos e eram entregues direto os vales a cada encarregado da Garagem. Perguntado qual era a orientação no sentido de coletar as assinaturas, se os funcionários que recebiam os vales assinavam ou apenas os encarregados assinavam, respondeu "eles eram alertados - os encarregados - pra entregar o vale a cada funcionário e, conforme fossem recebendo, assinassem a lista". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se era comum haver folga de vales por causa de funcionários em férias ou em licença, respondeu: "sim, isso acontecia. Mas esclareço que havia um funcionário de nome José Carlos, que tinha a relação dos funcionários em férias. Quando ele me passava isso com antecedência eu já nem requisitava os vales e nem mandava aos setores, mas às vezes faltava essa informação, por isso os vales vinham e voltavam quando se constatava que os funcionários estavam em férias. Nem sempre as listagens de férias me eram comunicadas ou vinham completas, às vezes vinha uma relação, mas faltavam alguns funcionários". Perguntado, ainda pelo vereador João Afonso Sólis, se notou se os funcionários chegaram a reclamar alguma vez da falta de vales-transporte, respondeu "sim, isso aconteceu várias vezes, principalmente quanto aos funcionários do Paço Municipal, que eram os últimos a receber os vales e, nesse caso, quando faltava, eu ligava para a empresa, mas eles falavam que os

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature that appears to be 'Paulinho' and other initials.

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fs. 5841
a) _____





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº. 1022/99

Fls. 28

a) *m*

vales estavam todos certos e que o erro foi nosso. Daí nós fazíamos uma nova requisição e pagávamos um novo vale". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira "na relação aqui existente há uma disparidade muito grande entre o número de vales em alguns meses de 95, 96 e 97 - especificamente até maio de 95 a média era de 90.000 e de julho de 95 até dezembro de 96 aumentou para mais de 100.000; depois voltou, em fevereiro, março e abril de 97 ainda foi acima de 100.000 e depois desceu -, como o senhor explica isso?", respondeu "em relação à disparidade de números quero explicar que nessa época estava havendo a obra da canalização do ribeirão da cidade e foram contratados muitos funcionários para fazer essas obras; conseqüentemente isso aumentava o número de vales-transporte. Com a demissão desses funcionários houve a queda natural do número de vales-transporte, não me lembro se no começo da administração José de Lima. Mas, após o recadastramento, ainda caiu mais o número porque se levantou situação de funcionários que moravam perto do local de trabalho ou tinham veículo próprio. Porém, os encarregados passaram a protestar dizendo que os funcionários reclamavam e nesse caso fornecemos os vales sob a responsabilidade desses encarregados, baseados na informação dos mesmos. Ressalto que no mês de janeiro há um decréscimo natural no número de vales porque muita gente sai de férias". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se quando as listagens voltavam para os departamentos alguém as conferia para ver se as assinaturas estavam corretas e eram relativas a cada funcionário, respondeu "não. As listas vinham e a gente ia pondo uma sobre a outra. Mês a mês a gente ia colocando e algumas listas atrasavam. Quando a gente cobrava do pessoal, eles falavam 'ah, esqueci na minha casa, ficou na caminhonete, não trouxe depois entregue'. Quem dava mais dor de cabeça nesse sentido era o pessoal da Promoção Social e da Saúde, tinha vez que eles mandavam para a gente listagens de três ou quatro meses anteriores". Perguntado se ninguém cobrava o mínimo controle durante as três administrações em que trabalhou, respondeu "não, ninguém cobrava. Isso era feito dessa forma, de vez em quando tentava organizar, mas tinha problema porque os funcionários às vezes moravam perto do local da empresa e quando iam ter o passe cortado davam endereços falsos ou de familiares e a gente não percebia". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se quem retirava os vales-transporte na empresa assinava o recibo, respondeu "quando eu retirava, eu assinava. Nos outros casos eu não sei, mas aconteceu uma vez uma coisa estranha, eu estava doente e foi na minha casa um funcionário da empresa, de nome Nagib, me levando umas quinze requisições para eu assinar nas costas do documento o recebimento dos vales-transportes. Quero esclarecer que antes disso (97, não me lembro o mês) nunca foi assinado recibo de retirada". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se o Nagib explicou o porquê da mudança repentina de procedimento já que nunca se pediu recibo e foram na casa dele doente, respondeu: "é, eu estranhei e até perguntei 'por que isso agora, Nagib?' e ele disse 'tivemos uma reunião na empresa ultimamente e agora vamos ter controles de retirada' ". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se soube de alguma sindicância interna dentro da empresa Nossa Senhora de Fátima por causa dos vales-transporte, respondeu "não". Perguntado pelo presidente se teve conhecimento da venda de vales-transporte em grande escala ou em banca de jornais ou em outro local qualquer, respondeu "não, nunca tive conhecimento. O que a gente ouvia dizer era de coisas pequenas tipo funcionário trocar o vale por cerveja, etcétera, mas nunca vi, só ouvi". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se tinha contato com algum cobrador da empresa de ônibus, respondeu "não, com nenhum deles". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior quem teria apontado as irregularidades na Prefeitura, que acabaram gerando uma sindicância, respondeu "pelo que fiquei sabendo foi a Cleuza". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior porque e como saiu da Prefeitura, respondeu "na verdade eu estava inseguro, não era estável e ficava aquela estória de aviso prévio, depois volta; além do mais o salário era baixo e eu tinha muitas dívidas e as tenho até hoje. Também fui informado que a Cleuza queria me transferir para o Cemitério ou me colocar em disposição, não sei porque. Ninguém me disse nada sobre o vale-transporte não

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 358/99  
Fls. 5842  
a) *Q*





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fs. 29
a) m

fui exonerado por causa disso. Saí também porque estava precisando do dinheiro da indenização, pois devia, e inclusive o Prefeito não queria que eu saísse". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se tem conhecimento de que a senhora Cleuza teria apurado, quando o substituiu interinamente, a diferença de R\$ 23.000,00 de vales-transporte, respondeu "não, aliás, estou sabendo agora. Saí da Prefeitura em março de 1998". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se o controle dos vales-transporte foi alterado no recadastramento de 97 ou com a denúncia da dona Cleuza, respondeu "foi no recadastramento. Quando ela levantou eu já estava fora da Prefeitura". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior sobre os documentos, listas, durante as três administrações, respondeu "olha, essas listas ficavam lá no arquivo, no próprio departamento. Acontece que depois que saí, em maio, junho, o Edgard La Salvia foi até a minha casa perguntar sobre listas que haviam sumido, pedindo para que eu fosse à Prefeitura num sábado procurar as listas que não estavam sendo encontradas. Eu fui, o João Herbert foi e o Edgard não apareceu. Como o João Herbert era funcionário e tinha chave, nós procuramos e achamos umas duas listas na mesa da Cleuza. Não me lembro se ela ainda trabalhava na Prefeitura". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se o Prefeito teve conhecimento das irregularidades, respondeu "eu não sei, eu não estava mais na Prefeitura". Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se foi ouvido na sindicância, respondeu "sim" e se tomou conhecimento do resultado da sindicância, respondeu "não". Ainda perguntado se havia alguma vez solicitações extras, do Gabinete ou de funcionários, de vales-transporte, respondeu "uma época, se não me engano foi a Marisa ou o Galileu, me pediu cerca de 1.000 a 1.500 vales a mais para quando entrasse funcionário novo, o que era muito comum na época, eles recebessem o vale. Isso ocorreu, eu acho, em 95. Em relação a esses fatos ocorriam algumas sobras e a gente deduzia as mesmas do pedido à empresa". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira por que entraram na Prefeitura, ele e o João, para fazer levantamentos sem a presença do Edgard, respondeu "o João era funcionário da Prefeitura, tinha a chave, nós achamos que o Edgard ia chegar depois. A chave ficava no quadro. Como ele não chegou, procuramos, achamos alguns e eu não soube de mais nada porque eu não estava mais na Prefeitura, ou seja, eu não sei porque o Edgard não foi". Perguntado se teve alguma coisa estranha na Prefeitura, respondeu "é, normalmente, a gente entrava na Prefeitura sem problemas. Depois, no finzinho de 97 e comecinho de 98, eu já não conseguia entrar na Prefeitura no horário normal porque já não tinha chaves, tinha que ficar no pátio esperando e eu acho que isso acontecia com todos da seção porque a Cleuza ficava com as chaves. Quero dizer que algumas vezes a Cleuza falava 'ah, atrasei hoje, perdi a hora', mas a gente notava, eu, o João e o Paulo também, que as nossas coisas estavam mexidas, gavetas, computador, mesa, etcétera. Achamos isso bastante estranho. Chegava até a aparecer documentos estranhos, com datas atrasadas para o Paulo, como se tivessem sido colocados para... sei lá...". Perguntado pelos vereadores José Sérgio Conti Júnior e Paulo Miguel Zenorini sobre se a sindicância R\$ 740.000,00 de possível diferença ou desvio nos vales-transporte e se nunca tinha notado tal problema ou disparidade excessiva entre o número de vales de ano a ano e mês a mês, respondeu "eu acho absurdo uma diferença dessa. Nunca notei nada. Quanto à diferença de ano para outro, parecia normal, por causa daquilo que já falei. Mas não mexíamos com a parte de dinheiro". Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior porque que, se houve - segundo suas próprias informações - demissão de vários funcionários, no começo de 97, de obras de canalização e outros não estáveis - como é que ele explica o aumento do número de vales-transporte, respondeu "a gente - eu e o João - somava as listagens no computador. Eu não sei se elas estavam defasadas, se os números estavam baixos ou não. O fato é que às vezes sobrava um pouco e a gente descontava no outro mês". O vereador José Sérgio Conti Júnior insiste na pergunta "mas se o senhor sabia que diminuía o número de funcionários e não diminuía o número de vales-transporte, o senhor não procurou a Chefia ou alguém", respondeu "não, não procurei. Seguia as listagens". Perguntado pelo presidente sobre comentário feito a esta comissão sobre

Valls

J

M

Paulo

PM

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fis. 5843
a) 2



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 30
a) m

possível distribuição de vales-transporte na campanha do candidato à Prefeitura Lisa Sanches, respondeu "eu não sei de nada. Isso é absurdo porque eu trabalhei na campanha do José de Lima e lá também não teve vales-transporte distribuídos". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre o recadastramento dos funcionários, se eram feitos com constância, respondeu "foram feitos vários, mas duravam dois meses no máximo. Na verdade, começava a dar problemas porque os encarregados, principalmente do Paço Municipal, não se conformavam com os cortes feitos no vale-transporte de alguns funcionários. Quero dizer que eles me pressionavam, às vezes até de forma deseducada, deselegante, me chamavam de puxa-saco, mas eu não cedia, mas daí eles iam atrás do Secretário ou Secretária na época, e eles davam a contra-ordem e eu liberava. Isso acontecia nas três administrações. Quero explicar que essas ordens vinham de forma expressa, assinadas pelo diretor, após acompanhada de requerimento do funcionário reclamante". Perguntado onde estão os requerimentos, respondeu "estão todos no Departamento Pessoal da Prefeitura". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira se se lembra as datas em que eram feitos esses recadastramentos, respondeu "não me recordo das datas. Quero esclarecer que esses recadastramentos eram feitos por nossa iniciativa e não por ordem de diretores ou chefes, por isso sofremos críticas dos funcionários, que nos chamavam de puxa-sacos". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini porque nas listagens dos funcionários, ao invés de eles assinarem cada um pessoalmente a retirada de seus vales-transportes, as assinaturas constantes seriam apenas de poucas pessoas, respondeu "isso acontecia muito, principalmente no setor de Educação. Tentamos breca isso tanto na administração do Jesus Chedid como na administração do José de Lima, mas as diretoras de escola diziam que era impossível entregar um por um e por isso que uma diretora pegava por todos os professores. Daí, não possível solucionar esse problema". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre as listagens de saúde de agosto de 95, se reconhecia as assinaturas, disse "é, acho que é da Mirlei, porque foi explicado a ela que a responsabilidade era dela então". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior qual era o critério para definir quem recebia 44 ou 88 vales, respondeu "no começo cada funcionário fazia um requerimento sobre o número de vales que tinha requisitado. Normalmente, era deferido, baseado nas informações dos funcionários. Havia quem pedisse 44, outros 60, 88 e até o pessoal do CILES, dois ou três funcionários, passavam de 100 vales porque alegavam que pegavam muito ônibus, só que o deles não deu para registrar no computador porque este não aceitava dois dígitos, então saía duas vezes o nome na lista, uma com o número máximo e outra com a complementação dos vales". Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se tinha relações de amizade estranhas com o senhor Nagib, funcionário da empresa Nossa Senhora de Fátima, respondeu "sim, conheci o Nagib desde que eu trabalhava na Garagem em 85 e ele era o Chefe do Setor. Depois disso pegamos uma boa amizade, o que inclusive o permitiu ir à minha casa para pedir que assinasse aqueles recibos no verso das requisições". Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira sobre se tem conhecimento como era feita a distribuição de vales para a Guarda Mirim respondeu "não tenho conhecimento, pois isso não competia ao meu setor. Não sei nada a respeito, quem comprava ou como era distribuído". Perguntado se tinha algo a mais, relevante, para acrescentar, respondeu "olha, eu queria deixar à disposição de vocês as minhas contas bancárias de toda a época em que trabalhei na Prefeitura. Posso tentar conseguir os extratos e enviar para esta comissão. De qualquer forma não me importo que as contas sejam verificadas. Se tiver alguma despesa para a retirada dos extratos gostaria que fosse ressarcido, pois estou em situação econômica deplorável". (Fls. 2353 a 2359).

**8.2.1 A CEI destaca:** a venda de vales-transportes em banca de jornal, citada no depoimento de João Herbert Alessandri, foi confirmada no depoimento de ex-proprietário dessa banca, Sr. Antônio Marcos de Lima. Este declarou, conforme depoimento transcrito no item 13.1 do presente relatório, que comercializava pequenas quantidades de vales-transporte e

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5844
a) [assinatura]

Valley



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 3022, 99

Fls. 31

a)

que "normalmente pessoas da Prefeitura, eu não perguntava o nome, vendiam quantidades pequenas e o número maior foi de um casal, oitenta vales por mês. Quero esclarecer que eu não tinha dinheiro para comprar muito, se tivesse poderia ser muito mais porque muita gente aparecia para vender pequenas quantidades."

9 Em seguida, a CEI tomou as seguintes providências:

9.1 intimou para depor o Sr. Claudimar Nagib de Oliveira Santos (fl. 2360);

9.2 Enviou ao Executivo o Pedido de Informações 152/99, para saber: o nome do responsável pela requisição, pela retirada na empresa e pela distribuição de vale-transporte à Guarda Mirim desde 1989 (fls. 2364, 2365 e 2407). A Prefeitura, nos termos do ofício CM-253/99, respondeu: *comunicamos que pelas informações colhidas junto ao servidor Cláudio Eduardo Gonzaga, admitido em 01/05/80, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, sempre foi sua a responsabilidade pela aquisição, distribuição e controle do vale-transporte, destinados à Guarda Mirim (fls. 2411 e 2412).*

9.3 Encaminhou o Requerimento 388/99 à empresa Nossa Senhora de Fátima Auto Ônibus Ltda., solicitando informar se alguma vez houve sindicância da empresa a respeito de vales-transporte e, em caso positivo, pedindo cópia de documentação da sindicância. Na mesma propositura, a CEI pediu à empresa cópia de todos os comprovantes de requisições de vales-transporte feitas pela Prefeitura Municipal à empresa e dos recibos desses vales, mês a mês, a partir de 1989 (fls. 2366, 2367 e 2408). Na resposta, a empresa apresentou relação de vale-transporte solicitado, fornecido e valor de fornecimento, mês a mês, do período de março de 1989 a maio de 1999 (fls. 2421 a 2424) e informou que desde a instituição do vale-transporte até 01 de junho de 1999 não realizou qualquer sindicância a respeito do assunto (fl. 2425). Na mesma resposta, a empresa forneceu cópia de requisições de vale-transporte dirigidas a ela pela Prefeitura Municipal (fls. 2426 a 2512) e cópia dos recibos que ela emitiu em relação aos vales-transporte fornecidos à Prefeitura, mês a mês, do período compreendido entre março de 1989 e maio de 1999 (fls. 2513 a 2748). Conforme a CEI constatou, as requisições da Prefeitura fornecidas pela empresa referem-se ao período de março a novembro de 1996 (para servidores e para Guarda Mirim); janeiro a dezembro de 1997 (para servidores); junho, julho, outubro, novembro e dezembro de 1997 (Guarda Mirim), janeiro a dezembro de 1998 (para servidores e para Guarda Mirim); janeiro a maio de 1999 (para servidores e para Guarda Mirim). Quanto aos recibos fornecidos pela empresa, referem-se aos períodos de: março a dezembro de 1989; janeiro a dezembro de 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998 e janeiro a maio de 1999. Não constam recibos relativos ao vale-transporte da Guarda Mirim de janeiro e fevereiro de 1993 e de janeiro a abril de 1997.

9.4 Intimou para prestar depoimento a Sra. Elza Dominicci, ex-esposa do Sr. Nilson Fernandes (fls. 2372). No momento em que era solicitada a receber a intimação, a Sra. Elza manteve contato por telefone com o relator da CEI, vereador Paulo Miguel Zenorini, já que se negava a assinar o recebimento da intimação. Ficou decidido entre eles que a comissão colheria o depoimento dela em sua casa, situada na Rua Coronel João Leme nº 1115. Nota do relator: o nome correto da intimada, conforme ela declararia posteriormente, é ELZA PEREIRA DA SILVA.

10 Atividades e documentos referentes à 6ª reunião da CEI, realizada em 25 de maio de 1999:

10.1 Tomada de depoimento da Sra. Elza Pereira da Silva, ex-esposa do Sr. Nilson Fernandes, pelos vereadores Paulo Miguel Zenorini, José Sérgio Conti Júnior e Marçal Alves de Oliveira, designados pela CEI

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358, 99  
Fls. 5845  
a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022/99
Fls.	30
a)	m

para esse fim. A íntegra do depoimento: Com início às 9h30min do dia 25 de maio de 1999, na Sala Vereador José Leitão Xavier desta Câmara Municipal, localizada na Praça Hafiz Abi Chedid nº 125, presentes os membros da Comissão Especial de Inquérito Marcus Vinícius Valle Júnior (presidente), Paulo Miguel Zenorini (relator), José Sérgio Conti Júnior e Marçal Alves de Oliveira, foi realizada, de forma secreta, a **SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO** - criada por força do Requerimento nº 237/99, aprovado por unanimidade pelo Plenário na 11ª sessão ordinária do exercício, para apuração de fato relacionado à compra e à distribuição de vale-transporte pela Prefeitura, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1995 a 30 de junho de 1998. Conforme deliberado pela Comissão Especial de Inquérito na reunião, foram designados os vereadores Paulo Miguel Zenorini, José Sérgio Conti Júnior e Marçal Alves de Oliveira, para diligências visando obter informações da Sra. Elza Pereira da Silva, moradora na Rua Cel. João Leme, 1115. Pergunta feita pelo vereador **Paulo Miguel Zenorini**: "...um terreno, não; uma chácara - como foi falado - que era sua; que o Nilsôn falou que a chácara é sua e que não era dele." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Não. Sempre foi minha. Pega a escritura lá para mim..." **Paulo Miguel Zenorini**: "Você tem escritura dela? Porque houve um questionamento que ele tinha adquirido uma chácara nesse período, com toda essa confusão, né. Você que comprou a chácara?" **Elza Pereira da Silva**: "Eu que comprei a chácara. Na época eu estava..., estava separando, né. Mas como era dos meus filhos também - meus filhos fazem parte da chácara - então eu tive ajuda do meu marido, sabe; todo mundo - a família - ajudou sempre um pouquinho. E na chácara mesmo, eu fiz rolo na época com carro - que eu tinha carro; sempre tive carro, entendeu? Eu sempre tive alguma coisa. Então, apareceu esse negócio, o cara era muito amigo nosso, amigo da família, e nós pegamos e fizemos um negócio com ele com o carro, né. E fiquei. Peguei a chave. Depois a gente foi construindo devagar ela, na dívida e família ajudando - filho, genro; tenho genro que mora em São Paulo (minha filha está noiva). E eles todos, pegavam fim de semana e batalhavam; um pintava pilar, outro pintava a parede. Uma vez fizemos um..., para fazer a laje dela, juntamos um monte de homem, né - até tinha baiano... não sei, mas... um pessoal diferente assim. E, como era tudo colega da gente, a gente tinha bastante amizade e um puxou o outro - 'ah, vamos fazer uma laje, vamos fazer um mutirão'. Aí fizeram a laje num final de semana e..." Vereador **José Sérgio Conti Júnior**: "Você só comprou o terreno?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Eu só comprei o terreno. Aí nós fomos construindo devagar, na dívida, né." **José Sérgio Conti Júnior**: "E foi pago num valor, na época, de cinco mil cruzeiros?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "É, cinco mil cruzeiros." **José Sérgio Conti Júnior**: "Reais." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Reais? Não. Cinco mil cruzeiros - foi em noventa e três, acho, Não foi? Noventa e três." **José Sérgio Conti Júnior**: "Foi vinte e sete de julho de noventa e quatro." (informação extraída pelo vereador da escritura da chácara, que lhe foi entregue pela Sra. Elza Pereira da Silva para consultas e posteriormente a ela devolvida). **Marçal Alves de Oliveira**: "No caso, você morou na casa com ele? - ou você mora..." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Com quem?" **Paulo Miguel Zenorini**: "Com o Nilson." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Não. Não morei nessa época... Foi de noventa e cinco..., pouco tempo também, porque a gente não combinava muito." **Paulo Miguel Zenorini**: "Durante quanto tempo foi? De noventa e cinco..." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Nós ficamos, mais ou menos assim, uns dois anos bem. Depois a gente já ficou separado em casa e ... não deu certo." **José Sérgio Conti Júnior**: "Você conheceu ele em que ano? - que você começou a morar com ele." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Em noventa e cinco." **José Sérgio Conti Júnior**: "Em noventa e cinco." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "É." **José Sérgio Conti Júnior**: "Daí ficou dois anos?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Não. Fiquei um pouco mais. Mas, em casa separada, dois anos." **José Sérgio Conti Júnior**: "Então você ficou noventa e seis...; noventa e cinco, noventa e seis e noventa e sete. Três anos." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Isso - mais ou menos, né." **José Sérgio Conti Júnior**: "Ficou noventa e cinco, noventa e seis e noventa e sete morando junto." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Em noventa e nove concluiu realmente a

*Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Sala' and 'M'.*

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358/99
Fls.	5846
1)	R



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022, 99
Fls.	33
a)	<i>m</i>

separação." Vereador **José Sérgio Conti Júnior**: "E você trabalhou na Prefeitura também ou não? Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Trabalhei em noventa e noventa e dois, que eu fui... - na época do Nicola, né. O Nicola saiu, daí, quem era contratado, saiu todo mundo também. Então, eu trabalhei; era Secretária do Shishido, né." **José Sérgio Conti Júnior**: "Era do Departamento de Pessoal." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "É. Mas do lado ali - do Shishido. Shishido é o japonês lá. Eu trabalhei com ele. Trabalhei na época de concurso também, né - ajudei bastante na época do concurso..." **José Sérgio Conti Júnior**: "Na época da administração do Nicola?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Exato. Aí, depois ele saiu e a gente foi tudo mandado embora, né - o pessoal que era contratado. Trabalhei no protocolo - eu entrei no protocolo." **Paulo Miguel Zenorini**: "O Nilson colocou uma coisa - não sei se você morava com ele nessa época - foi numa época que ele adoeceu, que ele ficou meio doente e tal..." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Ele ficou ruim da coluna; travou... Eu não sei o que aconteceu com aquele homem. Travou a coluna de repente; a gente precisava arrastar ele pra baixo e pra cima. Ele nem conseguia respirar, de dor nos ossos do corpo. Aí, leva ele no médico, não dava certo; leva no massagista, não dava certo. Aí cheguei, na época, eu ajudava a carregar ele pra pôr no carro - eu também não tinha muita força, porque homem é diferente, né. Aí cheguei a levar - não sei se você lembra - ali no... ; em frente a Nei..., reto ali na Neimar tem uma sonoterapia - uma coisa assim; Érika parece, que a moça chama - ela fez, na época, umas massagens nele lá; quase quebrou, acabou de quebrar o resto do homem. E, no fim, acho que quem mesmo acho que deu um jeito nele - na época ele passou no doutor Mauro, se eu não me engano que é médico ortopedista, ou alguma coisa assim - e acho que quem mesmo acho que no fim da história curou ele foi essa doutora Selma, que é uma..., que ela faz umas massagens no corpo - aqui perto do Rosário. Mas ele ficou de cama mesmo; não conseguia nem... fazer nada; ele chorava de dor no corpo." **Paulo Miguel Zenorini**: "Essa época vocês moravam onde, heim Elza? Você se lembra?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Olha, se não me falha a memória - são tanta coisa... Não. Eu acho que... Onde a gente morava? Morava na Professor... Não... É... Não, não. É Jardim Comendador Cardoso." **Paulo Miguel Zenorini**: "Que ele nos disse que teve, nessa vez que ele ficou doente, que o engenheiro Nagib, inclusive, foi lá levar uns recibos para ele assinar, da retirada de vales-transporte da empresa. Você lembra disso?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Parece que foi mesmo. Eu não tenho muita certeza, porque tem hora que eu sou meio voada, sabe. Mas, parece que já levou sim, porque ele não podia sair dali, né. Então, levaram para ele assinar; tinha coisas que levavam para ele assinar, porque ele não podia sair de casa, né. E ele ficou bem doente mesmo, na época..." **José Sérgio Conti Júnior**: "E vocês estão separados?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Estamos separados." **José Sérgio Conti Júnior**: "Há quanto tempo?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Olha, de corpo já faz uns dois anos, como eu falei para você, né. Mas na Justiça faz - o que - poucos meses." **Paulo Miguel Zenorini**: "Vocês chegaram a casar, alguma coisa, ou não?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Chegamos a casar no civil, chegamos a casar no civil. Já divorciei, né; aí cheguei a casar no civil, mas..." **José Sérgio Conti Júnior**: "E na Justiça houve já essa separação, ou não?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Na Justiça?" **José Sérgio Conti Júnior**: "É..." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Houve." **José Sérgio Conti Júnior**: "... de você e o Nilson." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Houve. Eu só precisei fazer averbação, né." **José Sérgio Conti Júnior**: "Quando é que foi essa separação, assim, na Justiça - que vocês deram entrada?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Acho que deve estar fazendo o que, uns dois meses, mais ou menos? - acho que é mais ou menos. Eu tomo calmante - 'Aropac', essas coisas - e às vezes eu fico meio... coisa, né. O médico já falou que às vezes dá esse problema mesmo, de esquecer um pouco..." **José Sérgio Conti Júnior**: "Você falou que você fez a chácara em mutirão - uns ajudavam na laje, outros... E esse material da chácara vocês compraram em que loja aqui em Bragança." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Foi em várias lojas, porque... Parece que os tijolos foram comprados onde... - a gente procurava, assim, onde era mais barato, né - sempre foi - ... e foi na... parece que na olaria lá perto dos Leme, Bairro dos Leme. Tudo estou falando

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358, 199
Fls.	5847
a)	<i>R</i>





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022/99

Fls. 34

a) 72

assim, eu não tenho muita certeza, que faz tempo também, né. Depois disso aconteceu tanta coisa... E até a grama também a gente ganhou do Adílson Leitão - a grama; vocês podem confirmar com ele, que deu a grama para a gente. E foi assim: a gente comprava uma coisa, terminava de pagar aquele; depois fazia outro... E os filhos também, sempre trabalharam meus filhos. Desde os treze anos de idade trabalhavam e o pouco que eles podiam ajudar a gente, a gente teve ajuda deles, teve do pai deles um pouquinho... E foi assim. O que dava para fazer, deu; o que não deu para fazer... Depois o Nilson também ajudou a pintar a casa, ajudou... - ele já mexeu com pintura, né; então ele ajudava um pouco. E foi construindo. A gente pegava fim de semana, a gente pintava pilar - eu, meus filhos; para nós era uma festa, né. Você ligava a música e fazia um churrasquinho, você ia trabalhando, pintando... Para as crianças, era uma festa, né." **José Sérgio Conti Júnior:** "A chácara lá tem piscina, né?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Tem." **José Sérgio Conti Júnior:** "E vocês adquiriram essa piscina onde?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Foi na Fliper." **José Sérgio Conti Júnior:** "Você que fez o pagamento?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Foi. Nós que fizemos o pagamento. Eu fiz o pagamento. Na época, aquele senhor também ele... sei lá, a gente tinha bastante amizade pessoal e... sei lá, a gente pegou um carisma com ele - o seu **Reinaldo** - e até a bola, alguma coisa, eu ganhei dele também. Sei lá... Ele foi convidado para levar lá em casa, ficar no churrasquinho e a gente pegou aquela amizade. E ele também... ganhei alguma coisa dele. As pedras a gente comprou tudo parcelado também. Tudo ele fez parcelado. Aí eu falei para ele: 'se a gente não puder pagar no dia, não tem problema atrasar?' - 'Não, não tem problema'..." **José Sérgio Conti Júnior:** "Só para a gente entender: você trabalhou na Prefeitura de noventa a noventa e...?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "A noventa e dois." **José Sérgio Conti Júnior:** "E depois disso você trabalhou em alguns outros lugares?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Eu trabalhei em Therma." **José Sérgio Conti Júnior:** "Na Therma." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Na Therma." **José Sérgio Conti Júnior:** "Quanto tempo?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Não, eu não trabalhei muito tempo, não. É que o pouco que eu trabalhei também no passado, assim, eu também sempre guardei um pouquinho de dinheirinho, né, e foi..." **José Sérgio Conti Júnior:** "Então, depois da Prefeitura, de noventa e dois, você trabalhou alguns meses..." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "É. Alguns meses na Therma. Depois eu... a gente faz bico, né; vende uma lingerie daqui, uma coisinha dali, só para se virar, né. Agora estou parada mesmo." **José Sérgio Conti Júnior:** "Ele colocou no depoimento dele também que ele adquiriu um bar lá, perto da chácara." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "É, aquele bar foi o fim da minha vida; quase que me deixou louca. Foi tudo no fiado também, né, e eu falei: pelo amor de Deus, não me arruma um bar..." **José Sérgio Conti Júnior:** "Você lembra quanto que ele pagou lá..." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "No bar?..." **José Sérgio Conti Júnior:** "É." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Ai, ai, ai, ai. Você me pegou agora, porque... eu não sei mais. Sei que ele ficou devendo para o cara; o cara colocou ele na Justiça lá... - não sei como fala, sabe... (trecho inaudível na gravação)" **José Sérgio Conti Júnior:** "Você não lembra o valor?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Direto, as... , falar para o senhor, eu não posso, porque dizer uma coisa errada, melhor ficar quieta - eu penso assim. Eu sei que nós ficamos devendo, ficamos devendo o aluguel de lá do bar - precisou devolver o bar - perdemos tudo lá o que tinha no bar; muita coisa fiada; ainda ficamos devendo em loja, devendo cadeira, as coisas que comprou lá em Pinhalzinho. Está devendo. Está devendo pra caramba. Por isso que ele está também... está muito, né; está estressado pra caramba por causa desses problemas." **Marçal Alves de Oliveira:** "Então a chácara você já tinha antes de morar com ele ..." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Já tinha antes" **Marçal Alves de Oliveira:** "... e a casa e a piscina foram construídas quando vocês estavam juntos?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Foi tudo construído... Mas foi assim, tudo na família mesmo construído - os filhos, o genro ajudou; eu... sabe... tenho um genro que mora em São Paulo, que é mais ou menos também; é mais que um filho para mim. Sempre me ajudou, sabe... Então, não posso me queixar de nada, assim..." **Marçal Alves de Oliveira:** "Quando você vendeu a chácara, ele não teve participação não?" Sra. **Elza**

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 358/99

Fls. 5848

a) 2





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 35
a) <i>[Handwritten signature]</i>

**Pereira da Silva:** "Vendi a chácara...?" **Paulo Miguel Zenorini:** "Você está vendendo a chácara?" **Marçal Alves de Oliveira:** "Você tem a chácara ainda?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Eu pretendo vender, mas ainda não. Ela está alugada hoje, porque eu preciso do dinheiro dela para mim viver aqui - que aqui eu pago trezentos e cinquenta de aluguel, mas eu pago imposto, água, luz e comer, né." **Marçal Alves de Oliveira:** "Na separação ele não teve direito a nada?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não. Ele não me tirou nada. É minha mesmo - minha e dos meus filhos." **Marçal Alves de Oliveira:** "Nem outros bens, ele não pegou nada?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não. A única coisa que ele tem é lá a casa do mutirão, né - que também foi realmente feito um mutirão também na época..." **José Sérgio Conti Júnior:** "Você não tem documento aí dessa separação judicial - cópia da carta de sentença, que vocês estão separados há dois meses." **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Eu vou procurar para você - tá bom?" **José Sérgio Conti Júnior:** "Acharia até interessante a gente poder anexar isso, não?..." **Marçal Alves de Oliveira:** "Pode pegar depois também..." **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Porque eu não tenho... Eu só tenho uma." **José Sérgio Conti Júnior:** "É só enviar para a gente depois." **Paulo Miguel Zenorini:** "E se pedir para o Jorge passar aqui e pegar, fazer uma cópia..." **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não, mas a data não serve - só, assim..." **José Sérgio Conti Júnior:** "É, a gente coloca porque a gente vai anexar isso..." **Paulo Miguel Zenorini:** "Você lembra do Nagib ter ido mais alguma vez lá na..., ou tinha mais alguém que ia levar alguma coisa para ele na casa?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não lembro, porque às vezes eu saía. Agora, nessas saídas minhas, às vezes vai que alguém tenha chegado em casa. Eu não sei e não perguntei. O que eu vi, eu falo; o que eu não vejo, eu não posso falar. Mas a minha vida é essa, é um livro aberto, todo mundo me conhece, não tenho... Meus filhos estão aqui comigo, sempre na luta comigo. Já passei muitas fases difíceis e também muitas fases boas - no meu primeiro casamento, eu também já passei muitas fases boas, graças a Deus, e nunca tive que responder a ninguém..." **José Sérgio Conti Júnior:** "Você foi citada no depoimento do Nilson e nós só estamos querendo informação." **Sra. Elza Pereira da Silva:** "O que eu posso fazer é isso aí, para vocês né. Agora, eu falar mais do que eu não sei, do que eu não posso, aí também, né... Eu tenho que falar o que eu sei só. Não sei se estou satisfazendo, né..." **Paulo Miguel Zenorini:** "Não estamos aqui para querer esperar nenhuma grande resposta de você. Nós estamos querendo informações para poder, depois, trabalhar com isso. Desculpe até a curiosidade, mas a renda de sua família gira em torno de quanto?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Hoje?" **Paulo Miguel Zenorini:** "Ou na época da construção que você tinha, que vocês fizeram. Tem mais ou menos uma idéia?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Mais ou menos? Ah, eu não posso falar para você. Eu não sei! Mais ou menos, mil e pouco.... Eu não lembro. Nunca parei para pensar nisso, nunca parei para fazer conta de nada." **José Sérgio Conti Júnior:** "Você só tem, então, junto com o Nilson, você só tem a chácara, ou tem mais algum imóvel?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não é junto com o Nilson. A minha chácara é minha - separada." **José Sérgio Conti Júnior:** "E com ele você adquiriu algum outro imóvel ou não - não tem mais nenhum imóvel?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não, não tem nada no nome dele." **José Sérgio Conti Júnior:** "Nenhum carro, nem nada?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "No meu nome não." **José Sérgio Conti Júnior:** "E no nome dele, você sabe se tem algum imóvel a mais...?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não, no nome dele não tem nada. Só tem a casa no mutirão - ele tinha ganho o terreno, né. O Nilson não tem nada, coitado." **Paulo Miguel Zenorini:** "Passaram uma informação para nós que ele tinha dado um gol para uma sobrinha dele." **Sra. Elza Pereira da Silva:** "Não, nunca soube disso. Não - se ele tivesse dado, eu matava ele... porque para mim não deu. Eu juro que eu matava ele. Nunca soube disso na minha vida. Nunca. Isso não mesmo. A sobrinha dele liga para cobrar ele - de remédio que a gente compra na farmácia, filha da mãe. De remédio que a gente compra. Falei: ô sobrinha filha da mãe." **Paulo Miguel Zenorini:** "É a única que ele tem? Ele só tem uma?" **Sra. Elza Pereira da Silva:** "É, só uma..." **Informação dada pelo filho da Sra. Elza Pereira da Silva:** "Ele tem duas sobrinhas mulher e um sobrinho. O sobrinho dele é que

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5849
a) <i>[Handwritten signature]</i>



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022, 99

Fs. 36

a)

tem uma saveiro... e o parente tem uma parati... O marido da irmã dele." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Mas o pai dele...; eles são mais ou menos, né. O pai dele é aposentado... Só que eles também nunca foram de ligar muito para o Nilson - sabe, aquela família meio orgulhosa, que só quando precisa vai atrás. Então, a gente tem amizade assim: oi, tudo bem. Cada um na sua, ninguém vai visitar muito ninguém..." **Paulo Miguel Zenorini**: "Alguma vez você ouviu algum comentário com relação à questão de vale-transporte, alguma coisa?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Como assim." **Paulo Miguel Zenorini**: "Dele - ele falando alguma coisa sobre isso." Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Não, porque o assunto do serviço dele eu nunca... nunca me intrometi, sabe, porque... para mim não...; ele sempre foi uma pessoa boa, assim, no meu modo de ver né. Nunca vi nada de anormal, que eu ficasse espantada e perguntasse alguma coisa. Para mim, foi sempre uma vida normal como de qualquer outra pessoa, né. Nunca vi nada extravagante na minha casa... Sempre era normal; uma compra por mês... Um casal... uma vida normal de um casal, né. Mas nada mais que isso. Eu não vi; eu só posso dizer que eu não vi mesmo. Gostava de um churrasquinho? Gostava - quem não gosta. Isso é um lazer que a pessoa tem depois que trabalha né. Sei que tem muitos anos na Prefeitura, não ia se sujar com essas coisas. Eu acho que não. Não tem nada a ver com ele. O pouco que eu sei é isso daí. Eu não posso apontar o dedo para ninguém, nem porque ele talvez não.. (trecho inaudível na gravação) ... meu marido, talvez porque a gente também não combinava muito. Mas nem por isso eu posso apontar o dedo para alguém e dizer: você é culpado, você é você - porque eu acho que isso é... tem que fazer um bom levantamento de tudo isso daí e realmente descobrir né, porque às vezes tem inocente que paga por um culpado, alguma coisa que realmente... né. Isso acontece muito no nosso país, né; você sempre tem um inocente que paga... Mas... Eu não posso falar. Se eu falar alguma coisa, eu... eu vou falar porcaria, porque." **Paulo Miguel Zenorini**: "Deixa eu fazer uma pergunta: no dia que foi pego a..., foi entregue a convocação para ele, foi entregue aqui?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Não. Eu acho que não. Parece que foi entregue lá..., não sei se na Prefeitura ou... Eu não sei. Ele chegou da rua, ele passou por aqui, ele me mostrou..." **José Sérgio Conti Júnior**: "Ele passa sempre aqui?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "De vez em quando - para ver se está tudo bem, se as crianças estão bem. Ele sempre gostou dos meus filhos também, como um segundo pai, né - não posso falar nada. Ele sempre foi amoroso com meus filhos. Então, de vez em quando ele passa, para ver se estou bem - porque eu tenho muita queda de pressão e às vezes eu fico de cama, né. E às vezes ele passa para ver se está tudo bem. Mesmo com o meu primeiro marido a gente nunca... a gente nunca foi, assim..., nunca houve assim uma separação na briga, na Justiça, porque os filhos sofrem. Então, eu penso muito nos meus filhos. Eu não gosto de uma separação com briga - porque fulano; é isso, fulano é aquilo. Fica feio e é mal para os filhos da gente né - quebra a estrutura. Então, ele também; separou, não dá certo, acabou... Mas nem por isso eu vou recriminá-lo." **José Sérgio Conti Júnior**: "Ele está residindo onde agora?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Ele mora na Fraternidade." **José Sérgio Conti Júnior**: "Jardim da Fraternidade?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Jardim da Fraternidade." **Marçal Alves de Oliveira**: "A senhora mora há quanto tempo nesta casa?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "Aqui faz acho que uns dois meses - por aí também." **Marçal Alves de Oliveira**: "Aqui é alugado?" Sra. **Elza Pereira da Silva**: "É alugado. Eu alugo esta casa agora. Eu não tenho ainda... Se Deus ajudar que eu consiga fazer algum negócio com a chácara, eu quero ter minha casinha própria, para mim não pagar mais aluguel, né - porque chega um ponto que...; a gente já não tem marido, só com os filhos, a gente tem que se virar né. Eu quero trabalhar fora e cuidar da minha vida né, porque não está fácil, não. Você trabalhando já está difícil; agora, sem trabalhar, piorou né. É que nem o Nilson, por exemplo, ele está entrando num estresse violento, que ele chora. Ele chora muito, porque ele... Até ele comentou comigo esses dias atrás, eu falei: olha, não tenho nada a ver com o seu estado; eu não tenho mesmo. Eu não sei o que está acontecendo - 'o que aconteceu com a minha vida'; ele mesmo não entende o que aconteceu com a vida dele. Eu tenho dó." **José**

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 358, 99

Fs. 5850

a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1222/99
Fls. 37
a) m

**Sérgio Conti Júnior:** "A senhora tem informação, dona Elza, depois que ele deixou a Prefeitura ele foi trabalhar em que?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Estava na... na lanchonete né. Na lanchonete. Aí a lanchonete não deu certo..." **José Sérgio Conti Júnior:** "A lanchonete era no..." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Lá no bairro. Aí não deu certo a lanchonete, a gente só entrou em dívida, a minha filha doente, a gente mais ficava ...(trecho inaudível na gravação. Parece ser: a gente mais ficava com ela) Tudo nessa época. A minha filha mais ficava no hospital e a gente trabalhava, a família inteira, fim de semana." **José Sérgio Conti Júnior:** "Vocês ficaram quanto tempo com essa lanchonete lá." Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Acho que a gente inaugurou em fevereiro – fevereiro, março, abril, maio... - por aí, três, quatro meses, ou muito, estourando..." **José Sérgio Conti Júnior:** "E depois que fechou a lanchonete, ele teve algum outro emprego ou não?" Sra. **Elza Pereira da Silva:** "Coitado. Perdeu o emprego, as portas se fecharam de todos os lados. Ele não tem um real no bolso para comprar um litro de leite, nada. Não tem um tostão no bolso mesmo. Eu olho para ele eu tenho dó; ele emagreceu, tem dores... Eu acho que a justiça tem que ser feita, porque... - desculpem - ... porque essa história de tudo o que aconteceu com ele, a gente também, por mais que brigue, a gente tem um amor próprio, a gente quer bem. Mas não posso ver ninguém sofrer. Eu não gosto de ver ele sofrer. E ele está sofrendo. Então, a gente... Ele não tem ninguém, não tem família, não tem ninguém. Ele é sempre sozinho. Uma pessoa dessa, ela vai acumulando muito nervoso, vai... sei lá, entrando numa depressão violenta, e mexeu com a estrutura todinha da nossa família. Não vou dizer que não; mexe - porque a gente nunca passou uma vergonha dessa. Eu choro de sentimento, de vergonha... Que nem eu falei para você, eu não gosto de Câmara, eu não gosto de nada disso, porque eu não estou a fim de ser artista, porque, se eu quisesse ser artista, eu ia na televisão e com outro motivo também - não assim, onde você vai virar comentário... É um horror, ainda mais em cidade pequena. E depois isso vai para todo o lugar. E eu tenho dó; tenho dó dele mesmo. Ele está sofrendo muito com essa história. Eu peço a Deus, todos os dias - e a justiça do céu e da terra - que realmente descubra o culpado, que descubra realmente quem está por trás dessa história toda, porque eu também quero saber - para que um não aceite..., não pague pelo erro de uma outra pessoa. E se ele tivesse feito ou participado, ele nem aqui no Brasil ele estava. Eu acho que ele estava fora daqui, com tanta grana. Sei lá se foi dinheiro ou se foi vale - não sei direito; peguei o barco andando - mas seja lá como for, nossa, ele estava... não é verdade? Eu penso assim. Estaria muito bem... Eu acho que tem que ser investigado bem direitinho mesmo e eu torço para que vocês encontrem realmente o culpado nessa história, porque eu, no meu lado de cá, eu não tenho nada a ver com essa história, mas estou rezando, estou acompanhando o máximo que eu posso e torcendo para que venha logo essa verdade à tona. Assim sossega, né - as pessoas pelo menos têm um pouco mais de tranquilidade para dormir, né, porque os filhos da gente ficam preocupados, ficam nervosos com a situação; queira ou não queira, existe um amor na família. Nossa família também é unida; não é uma família... Então, sempre vem uma brincadeira daqui, outra brincadeira dali, e você se sente mal. Eu rezo a Deus que tudo se arrume para todos os lados, né. Vocês me desculpem, mas..." **Paulo Miguel Zenorini:** "Nós é que lhe pedimos desculpas. É que a gente precisa ir atrás da informação. senão a gente não tem como chegar onde tem de chegar." (Fls. 2374 a 2382)

**10.2** Foram inseridos nos autos os documentos fornecidos à CEI pela Sra. Elza Pereira da Silva: cópia da certidão de seu casamento com o Sr. Nilson Fernandes; cópia do mandado de averbação da separação de Elza Pereira da Silva e Nilson Fernandes; cópia da escritura de compra e venda de propriedade situada no Bairro de Araras, neste município. (Fls. 2389 a 2400)

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358/99
Fls. 5851
a) R





C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 1022/99
Fls. 38
a) m.

11

Na 7ª reunião da CEI (ata às fls. 2401/2402), em 25 de maio de 1999, apresentou-se para depor o Sr. Claudimar Nagib de Oliveira Santos, cujo termo de compromisso está nas fls. 2383.

**11.1** O depoimento do Sr. Claudimar Nagib de Oliveira Santos foi: *Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se ele trabalha na empresa Nossa Senhora de Fátima, respondeu "sim, desde novembro de 1995". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se antes trabalhava na Prefeitura Municipal, respondeu "não, antes trabalhava na Construtora Abreu, quatro ou cinco anos e só antes disso trabalhei na Prefeitura.". Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior em que período trabalhou na Prefeitura, respondeu "de 83 a 86 e, num segundo período, de 87 até aproximadamente 1992." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se quando trabalhou na Prefeitura exerceu alguma função relativa a vale-transportes e se tinha contato direto com a empresa Nossa Senhora de Fátima nesse sentido, respondeu " não, eu trabalhava no setor de obras, nunca trabalhei nesse setor." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior e pelo vereador Paulo Miguel Zenorini qual a sua função na empresa Nossa Senhora de Fátima, e qual a sua atividade referente a vale-transporte, respondeu "sou engenheiro civil, minha função é mais na parte de tráfego e transportes, cuido da parte de itinerários também. Não sou especificamente o funcionário que cuida de vales-transporte, mas tenho algum conhecimento do assunto, pois estou na empresa. Esclareço, por fim, que também presto serviços na empresa Embralixo, embora tenha outra razão social, é do mesmo grupo empresarial." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior como que funciona inicialmente a questão do vale-transporte, respondeu "toda empresa, isso inclui a Prefeitura, que utiliza o vale-transporte, enviam cartas, fax, enfim, uma comunicação prévia sobre a quantidade e o tipo de vales que necessitam mensalmente; a partir daí são separados e, posso afirmar, que todas as empresas, inclusive a Prefeitura, mandam funcionários para retirá-los. Quero destacar que não entregamos para ninguém os vales-transporte, eles são retirados por todos os nossos clientes." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se todos que retiram os vales-transporte assinam o recibo, respondeu "sim, pois todos pagam à vista e, naturalmente, quando os vales são entregues, são feitos recibos do pagamento; no entanto, a Prefeitura Municipal não pagava à vista, normalmente pagava mensalmente, atrasando um pouco, até sessenta dias. Não pegávamos recibo de retirada dos vales da Prefeitura, mas por ocasião dos pagamentos, haviam as quantidades pagas e, naturalmente, isso funcionava como recibo, afinal já tínhamos a solicitação por escrito e os valores logicamente batiam. Ocorre que, a partir de aproximadamente agosto ou setembro de 1996, resolvemos adotar a medida de pegar recibos de entrega porque a Prefeitura estava quase que um ano atrasada no pagamento dos vales-transporte. Fizemos isso também porque tínhamos de nos precaver em relação ao período em que estávamos, de eleições, onde poderia haver uma mudança de grupo político ou de governo e não teríamos prova concreta, a não ser as requisições, das entregas efetivas dos vales-transporte." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre afirmação do senhor Nilson de que os vales apareciam em sua mesa, dando a entender que poderiam ser entregues pela empresa, respondeu "não. A empresa nunca entregou vales. No caso da Prefeitura, posso afirmar que na maioria das vezes, era ele, o senhor Nilson, que ia buscar os mesmos. Me lembro até de outras vezes que outros funcionários da Prefeitura, motoristas, iam buscar no veículo oficial. Me lembro do Carlão Gaiola e outros que não posso determinar no momento. Como conhecíamos os funcionários da Prefeitura, entregávamos a quem ia buscar. Quero frisar que, normalmente, a entrega dos vales não atrasava. Se ocorreu o atraso poucas vezes, o que não lembro, teria ocorrido porque a requisição chegava tardiamente ou alguém não foi pegar lá. Algumas vezes o*

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 358/99
Fls. 5852
a) D

35



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 39
a) <i>m</i>

Nílson ia buscar os vales com seu carro particular e outras vezes com veículo oficial." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se os funcionários da Prefeitura conferiam os vales, respondeu "eles estavam à disposição para ser conferidos, isso é óbvio. No entanto, eu não via se eles conferiam ou não." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se a Prefeitura reclamou, através de algum funcionário a falta de vale alguma vez, respondeu "não que eu tenha conhecimento, aliás quero frisar que a Universidade adquire número enorme de vales também e nunca houve qualquer reclamação com relação à falta de vales na entrega." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se os funcionários da Universidade conferiam o número de vales entregues, respondeu "não posso informar, mas presumo que sim, pois eles entregavam funcionário por funcionário, abriam todas as embalagens de vales, entregando aos funcionários o número suficiente." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre depoimento do Senhor Nílson, onde aquele afirmou que o depoente havia ido à sua casa pedir que ele assinasse recibo no verso das requisições, respondeu "sim, eu fui, mas quero frisar o seguinte: já expliquei na pergunta anterior que naquele período pré-eleitoral tínhamos a preocupação da mudança da administração e da falta de comprovação. Fui à Prefeitura inicialmente procurar o senhor Nílson porque era ele que tinha assinado as requisições cujos pagamentos estavam em atraso. Como ele não estava na Prefeitura e havia informações de que ele estava afastado, me informei sobre a sua residência e para lá me dirigi para coletar as assinaturas, mas antes expliquei a ele a razão disso, da mesma forma que estou explicando agora. Ressalto que foi procedimento normal, não houve qualquer coação, ardil ou ilegalidade, foi devidamente justificado a ele as razões." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre depoimento do Senhor Nílson que disse, na ocasião, que era amigo pessoal do depoente quando este trabalhava na Prefeitura e que freqüentava a sua casa, respondeu "realmente trabalhei com ele, mas depois, como já alertei, fui trabalhar em São Paulo. Ele era meu conhecido, mas não posso dizer amigo com intimidade, pois nunca freqüentei a sua casa. Depois desse tempo todo não tinha condições de saber onde ele morava, depois perguntei à Prefeitura e fui informado que a residência era no Jardim Comendador Cardoso." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre o número de passageiros, aproximadamente, movimentado pela empresa, respondeu "cerca de 800.000, partindo do princípio de que são 28.000 por dia e em fim de semana há uma variação para menos. Não posso informar de pronto quanto os vales-transporte representam desse movimento, mas, evidentemente, temos o registro disso e, de posse dos dados, é só fazer a proporção." Indagado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre o porquê de a empresa não ter fornecido as informações referidas por esta comissão em relação aos vales-transporte fornecidos nos últimos dez anos à Prefeitura, respondeu "é muito tempo, estamos providenciando, mas como a Câmara solicitou desde 1989, isso demanda muito tempo, mas vamos atender." Indagado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se a empresa tem em seus arquivos as requisições feitas pela Prefeitura em todos os anos, referentes a vales-transporte, respondeu "não, não temos. Como já expliquei, as requisições eram simplesmente para separarmos a quantidade dos vales-transporte. Embora as da Prefeitura viessem por ofício, de outras empresas vinham por fax, e julgamos desnecessário guardar isso porque tínhamos recibo dos pagamentos. Agora, a partir de 1996, daquele fato que já relatei, temos tudo, requisições e recibos." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se houve alguma sindicância ou processo interno dentro da empresa sobre vendas de vale-transporte, especificamente a uma banca de jornais na Vila Bianchi, respondeu "não, não houve sindicância, mas ocorreu o seguinte fato: no começo da atual administração, 1997, um motorista da empresa me alertou que uma banca de jornal no Ponto Final - na Praça dos Trabalhadores - tinha uma plaqueta ou cartaz dizendo que vendia passes de ônibus a sessenta centavos. Como o preço dos vales era setenta centavos, me dirigi até a referida banca, realmente vi o cartaz e interpelei ao cidadão que estava na banca perguntando se ele tinha vales para vender. Ele abriu a gaveta

*J. Valle*

*Paulo Miguel Zenorini*

*Paulo Miguel Zenorini*

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5853
a) <i>R</i>





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fis. 40
a) _____

e disse 'tenho mais ou menos uns cem, você quer comprar?' . Disse a ele 'não quero comprar nada, sou da empresa e quero saber como é que você arrumou esses vales, pois isso é ilegal e pode ser crime de receptação, afinal os vales poderiam ter sido roubados ou furtados, pois já tivemos assaltos nos ônibus envolvendo vales. O cidadão disse que não, que era um funcionário da Prefeitura que não usava e vendia, funcionário esse que morava na Vila Bianchi. O homem da banca disse que não se lembrava do nome do funcionário. Por causa disso me dirigi à Prefeitura Municipal e falei com o Paulinho, que é o Paulo de Oliveira Preto, e comentei com ele sobre o fato. Ele me disse que já estavam fazendo o recadastramento e que meu alerta era válido, com o recadastramento o problema iria ser resolvido." Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis se alguma vez a empresa detectou ou desconfiou através de dados pelo movimento diário de alguma linha que cobradores ou outros funcionários pudessem estar desovando vales-transporte, respondeu "não, pelo movimento não deu para detectar nada. Aliás isso só seria possível se houvesse uma desproporção muito grande, gritante, que nunca constatamos." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira em que época a Prefeitura adquiria mais vales-transporte, respondeu "de pronto não posso responder, mas com a documentação solicitada isso será facilmente percebido." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira o porquê de a empresa continuar fornecendo vales-transporte à Prefeitura embora houvesse inadimplência e grande atraso, respondeu "a Prefeitura é um cliente especial. Temos outros contratos com a Prefeitura, não poderíamos cortar assim, se fossem outros clientes poderíamos cortar." Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se tem conhecimento de possíveis devoluções de vales por parte da Prefeitura ou complementação de pedido dentro do mesmo mês, respondeu "devolução posso afirmar que nunca houve; complementação, não me lembro." Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se tem conhecimento se houve um aumento de vales-transportes adquiridos pela Prefeitura no período eleitoral, conforme depoimento do Senhor João Alessandri, respondeu "não tenho dados para responder agora, mas os documentos esclarecerão." Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior sobre se teve conhecimento de distribuição de vales-transporte em comícios do candidato Lisa Sanches, respondeu "não tenho nenhum conhecimento a respeito disso e nunca ouvi falar nada a respeito." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre se alguma vez alguém chegou a oferecer vales-transporte para a empresa respondeu "nunca soube disso. Sei que até vendedor de carrinho de cachorro quente aceita o vale e o passe como dinheiro, mas para a empresa ninguém oferecia." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se há diferenciação entre os vales-transporte urbanos e suburbanos e entre os passes, respondeu "sei que cada um tem uma cor diferente, mas de pronto não posso informar qual é qual porque não os manuseio." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre a afirmação anterior, referente a um possível funcionário da Prefeitura que vendia vales para a banca de jornal, respondeu "tentei tirar maiores informações, mas não consegui. O cidadão da banca apenas me disse que não lembrava do nome, apenas disse que morava na Vila Bianchi." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se, com a experiência que tem, poderia informar sobre qual a hipótese mais provável em relação a essa diferença dos vales-transporte, se houve desvio ou venda de quem não os utilizava, ou entrega indevida, respondeu "isso é opinativo. A empresa vende o vale-transporte, compete a cada um fiscalizar, não posso afirmar. Não é a empresa de ônibus que fiscaliza e sim cada empresário e cada comprador. Não sendo função nossa, não tenho como concluir nada. Seria mera opinião." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se queria dizer mais alguma coisa, que considerasse relevante, disse "não, mas estou à disposição da comissão." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini quem é a responsável pela parte de vales-transporte na empresa, respondeu "é a Vera Lúcia Marcotti, da Tesouraria." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre as embalagens de vales e quantidade contidas nas mesmas, respondeu "normalmente as embalagens são de cinquenta, no entanto para a Prefeitura, por solicitação dela, a partir da

Valle

2

Zenorini

37

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fis. 5854
a) _____



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022, 99
Fls.	43
a)	m

administração Jesus Chedid, foi solicitado que as embalagens fossem de quarenta porque eles alegavam que o número de vales era de quarenta e quatro para alguns funcionários e senão tinha de tirar todos os invólucros de cinquenta para que tirassem seis." (Fls. 2384 a 2388).

**12** O relator da CEI, em diligência junto à Prefeitura Municipal, obteve dados do cadastro municipal relacionados à banca de jornal referida nos depoimentos de João Herbert Alessandri e Claudimar Nagib de Oliveira Santos. As informações foram juntadas nos autos. (Fls. 2404 a 2406).

**13** A CEI resolveu intimar o Sr. José Carlos de Lima (fl. 2403), citado no depoimento do Sr. Nílson Fernandes. O intimado compareceu em 1º de junho de 1999, na 8ª reunião da CEI (ata às fls. 2820/2822). Assinado o termo de compromisso (fl. 2413), o Sr. José Carlos de Lima depôs conforme segue: Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior há quanto trabalha na Prefeitura Municipal disse "trabalho há dezesseis anos e no momento estou afastado por motivo de saúde." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se trabalhou no setor de vale transportes, respondeu "não; apenas nas férias do encarregado, senhor Nílson, por aproximadamente oito anos eu trabalhei nas férias; esclareço que uma vez por ano, que seriam as férias." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se tem um irmão de nome Marcos Antonio de Lima, que tinha uma banca de jornal no ponto final da Vila Bianchi, respondeu que sim. Perguntado se alguma vez foi procurado por algum funcionário da empresa Nossa Senhora de Fátima, respondeu que não. Perguntado pelo vereador Serginho Conti se tinha conhecimento que seu irmão Marcos vendia vale-transporte, respondeu "Fiquei sabendo ontem. Ontem ele chegou de viagem e ele falei para ele que estava sendo convocado, perguntei a ele se ele vendia os vales e ele disse que sim. Daí perguntei a ele quem lhe fornecia e ele esclareceu que tinha três pessoas que forneciam os vales. Na verdade, três fornecedores, sendo um casal da Prefeitura. Perguntei o nome, mas ele disse que não sabe, mas esclareceu que seriam cerca de oitenta vales por mês. Ele também falou de uma funcionária da Nossa Senhora de Fátima, mas também disse que não se importou em pegar o nome e nem esclareceu as características físicas dela e também falou de funcionário da Prefeitura, de apelido Pinduca, que trabalha na lavagem da Garagem, mas esse funcionário, segundo ele, fornecia poucos vales, quinze a vinte por mês." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se ele, o depoente, fornecia vale ao irmão, respondeu: "Nunca." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se tem idéia de quanto tempo seu irmão vendia vales-transporte, respondeu: "não tenho certeza, mas deduzo, pela conversa que tive, que ele vendeu uns dois meses antes de vender a banca." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se alguma vez se tem conhecimento se o senhor Nagib conversou alguma vez com o irmão dele, respondeu "O Nagib falou com ele na banca porque viu a plaquinha referente à venda, depois veio falar comigo e eu fiquei bravo com meu irmão. Falei com ele 'assim você vai me comprometer, eu trabalho lá às vezes'. Advertido pelo presidente que anteriormente, na resposta em uma das perguntas referentes ao caso, havia dito que só ontem é que soube que o irmão vendia vales-transporte, o que contradizia com essa resposta, respondeu "não, eu não entendi direito a pergunta. Na verdade, só ontem ele me confirmou que vendia. Na época ele ficou quieto, quando fiz a advertência. Eu desconfiava, mas não tinha certeza, ontem ele me deu a certeza de que vendia." Perguntado pelo vereador Serginho Conti como é que ele, Marcos, comprava os vales mais barato e revendia mais barato que a empresa, respondeu "não sei, eu não tenho participação nisso." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira "quando o Nagib veio falar com o senhor e o senhor trabalhava na área, que providências o senhor tomou na Prefeitura?", respondeu "eu apenas falei com o meu irmão, mas não falei com ninguém na Prefeitura porque essa parte não era minha função, eu era apenas assistente de diretoria e não cuidava de vale-transporte diretamente, a não ser nas férias."

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358, 99
Fls.	5855
a)	





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022,99
Fls. 42
a) _____

Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre qual a sua função específica, esclareceu "sou assistente de diretoria e cuidava da parte de férias e cesta básica de funcionários. Estou afastado da Prefeitura desde 27 de janeiro de 1999, por problema de saúde." Perguntado pelo vereador Serginho Conti como funcionavam a compra e a distribuição de vale-transporte, respondeu "era feita uma requisição em duas vias, normalmente quem fazia a requisição era o João ou o Nilson. Os vales eram retirados da empresa ou pelo Nilson ou por um dos funcionários do setor, inclusive às vezes eu. Nós separávamos os vales para entregar aos funcionários. Os vales eram entregues para os encarregados, que ficavam responsáveis pela distribuição dos mesmos nos setores. O certo seria que eles entregassem e pegassem a assinatura de cada funcionário, mas, às vezes, eles assinavam no lugar dos funcionários por uma questão de comodidade deles. Quero esclarecer que não era conferido o número de vales que a empresa entregava, simplesmente eram separados para ser entregues aos encarregados e aí eram contados por setor. Quando o João foi o responsável pelo setor, passamos a conferir inclusive o número de vales entregues pela empresa. Ele, o João, era superior a mim no setor." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se ia buscar os vales na empresa alguma vez e se, nesses casos, assinava algum recibo à empresa, respondeu "sim, às vezes eu ia, inclusive o motorista que me levava. Como não podia fazer força eu levava mais duas pessoas para carregar os vales, pessoas essas que eram funcionários municipais. A requisição era em duas vias, eu assinava uma que ficava na empresa e a outra voltava para a gente arquivar na Prefeitura, com a assinatura de quem recebeu o pedido." Perguntado ainda pelo vereador Serginho Conti se tem certeza que assinava as requisições como recibo para a empresa de ônibus na administração anterior, respondeu "sim. Sempre que eu fui buscar assinava nas costas da requisição um recibo para a empresa." Perguntado pelo presidente se tem certeza absoluta do que disse, ou seja, quanto ao fato de assinar no verso das requisições, como recibo, e deixar tal cópia de requisição na empresa, respondeu "sim. Tenho certeza absoluta." Perguntado se isso acontecia durante toda a administração Jesus Chedid, inclusive no início dela, respondeu "sim, sempre que eu fui buscar esse era o procedimento." Perguntado pelo vereador Serginho Conti onde ficam essas requisições, respondeu "quero esclarecer que as requisições ficam arquivadas na Prefeitura Municipal, no Departamento Pessoal." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini sobre como funcionava a questão de vale-transporte para quem estava de férias, respondeu "quem cuidava da parte de férias era eu, eu fazia a lista e entregava ao encarregado dos vales, normalmente o Nilson, a relação." Perguntado pelo vereador Serginho Conti e pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se tem conhecimento do aumento do fornecimento de vales-transportes em épocas eleitorais ou se sabe de distribuição dos mesmos em comícios do candidato Lisa Sanches, ou ainda, se tem conhecimento de que o Gabinete do Prefeitura, nesta ou na anterior administração, requisitou vales, respondeu "não tenho conhecimento disso." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se eventuais sobras de vales eram devolvidas à empresa de ônibus, respondeu "não sei, parece que o que sobrava ficava lá, no setor; mas não era para sobrar porque os funcionários em férias ou afastados não poderiam receber o vale e eu fornecia aos encarregados dos vales a relação dos funcionários e eles nem constavam na relação de quem ia receber o benefício. Esclareço, ainda, que, quando eu funcionava nas férias no setor de vale-transporte, não me lembro de sobras." Perguntado pelo vereador Serginho Conti o porquê de o senhor Nilson, em depoimento aqui nesta Casa, ter dito que algumas vezes funcionários em férias acabavam constando e às vezes recebendo os vales por falta de informações atualizadas sobre quem estava em férias, respondeu "embora o serviço fosse trabalhoso, eu sempre soltava as listas no momento adequado; no meu entender, as requisições eram feitas precipitadamente e não que eu atrasava as listagens para passar para eles. Quero esclarecer ainda que às vezes o funcionário saía de férias ou recebia as férias no meio do mês e aí já havia recebido os vales do mês todo e, neste caso, não tinha o que fazer." Perguntado pelo vereador

Valle

J

↑

↑

↑

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358,99
Fls. 5856
a) _____



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022, 99
Fls.	43
a)	m.

Serginho Conti se o depoente tinha como comprovar que apresentava essas listagens em tempo hábil, respondeu "sim, pois as listagens que eu apresentava eram datadas e estão arquivadas na Prefeitura." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira se quando o funcionário saía de férias no meio do mês, por exemplo, e voltava conseqüentemente no meio do mês seguinte, neste mês seguinte ele recebia os vales referentes ao mês todo, respondeu "não, só recebia os vales referentes aos dias úteis em que ia trabalhar, não recebendo dos primeiros dias em que estava de férias." (Fls. 2414 a 2417)

**13.1** Encerrado o depoimento do Sr. José Carlos de Lima, a comissão o consultou sobre a possibilidade de obter, ato contínuo, o depoimento de seu irmão, Antônio Marcos de Lima, ex-proprietário de banca de jornal referida nos depoimentos de João Herbert Alessandri e Claudimar Nagib de Oliveira Santos. Apresentou-se espontaneamente para depor à CEI o Sr. Antônio Marcos de Lima, ex-proprietário da banca de jornal. Seu depoimento: Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se confirmava estar aqui espontaneamente, respondeu "sim." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se é verdade que na banca de propriedade dele e do senhor Diogo, localizada no Ponto Final, havia uma placa anunciando a venda de vales-transportes, respondeu: "É verdade. Nós éramos sócios, eu e o Diogo. Como tinha a placa e já uma outra banca perto vendia, pessoas apareciam para vender os vales, normalmente pessoas da Prefeitura, eu não perguntava o nome, vendiam quantidades pequenas e o número maior foi de um casal, oitenta vales por mês. Quero esclarecer que eu não tinha dinheiro para comprar muito, se tivesse poderia ser muito mais porque muita gente aparecia para vender pequenas quantidades." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre o depoimento prestado por seu irmão José Carlos de possível fornecimento de vales por parte de uma funcionária da empresa Nossa Senhora de Fátima, esclareceu: "não era da Nossa Senhora de Fátima, era da empresa de lixo, era uma margarida que entregava poucos vales, cerca de vinte por mês." Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se foi procurado pelo senhor Nagib, respondeu "ele estava passando, viu a placa na banca, parou e falou comigo que era proibido, que eu não podia fazer aquilo, e eu fiquei assustado pois não sabia que era proibido, tanto que pus a placa abertamente para todo mundo ver; se eu soubesse que era proibido não colocaria a placa e nem compraria os vales. Aliás, ainda esclareço que muita gente oferecia vales, não só da Prefeitura, mas que trabalhavam em outros locais. Quando o Nagib falou, imediatamente parei de vender vale na banca. Em seguida, meu irmão também me falou e eu já tinha parado. Esclareço que foi isso mesmo que aconteceu, que eu venho aqui espontaneamente, sem necessidade até de convocação e quero colaborar com a comissão no que for necessário. Repito que não tive intenção de fazer nada errado, tanto que coloquei a placa, pois não sabia que se tratava de uma coisa irregular. Tive a banca por um ano e dois meses, mas só vendi os vales por aproximadamente três meses. Tão logo o senhor Nagib me avisou, eu parei." (Fls. 2418 a 2420)

**14** Em 08 de junho de 1999, foi recebido o ofício 740/99 (fls. 2823 a 2824), do Sr. Valmir Aparecido Guinato, Delegado Seccional de Polícia em exercício, solicitando cópia integral das apurações da CEI para instrução de inquérito policial. Em resposta, a CEI encaminhou cópia dos depoimentos dos Srs. João Herbert Alessandri e Nilson Fernandes. Na mesma data, ocorreu a 9ª reunião da CEI, na qual ela estabeleceu os comparativos que faria com as informações que recebeu da Prefeitura e as da empresa Nossa Senhora de Fátima Auto Ônibus Ltda. (Fls. 2825 a 2826).

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358, 99
Fls.	5853
a)	





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022, 99
Fls.	44
a)	m.

**15** O Sr. João Herbert Alessandri forneceu parte de seus extratos bancários à CEI. (fls. 2749/2819). Os extratos bancários fornecidos por ele foram analisados pela CEI na 10ª reunião, em 22 de junho de 1999, quando a comissão decidiu que encaminharia pedido ao Sr. Nilson Fernandes para também fornecer seus extratos bancários, além de deliberar que levantaria informações que estivessem faltando em respostas concedidas às suas proposituras, para reiteração (ata da décima reunião às fls. 3567 a 3568). Para complementar informações que a CEI havia solicitado, ela encaminhou ao Executivo o Pedido de Informações 222/99, solicitando o restante da listagem nominal de usuários de vales-transporte do Executivo local, com comprovação de recebimento dos vales-transportes, a listagem de servidores municipais afastados a qualquer título dos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998, bem como empenhos e ordens de pagamentos que ainda não haviam sido encaminhados com a resposta ao Pedido de Informações 95/99. (fls. 3584/3586).

**15.1** Respondendo ao Pedido de Informações 222/99, a Prefeitura Municipal encaminhou: - complementação da listagens de recebimento de vales-transporte pelos usuários (fls. 3581/4311), apontadas no pedido da CEI como não-recebidas na resposta ao Pedido de Informações 95/99; - devolução de sobras de vale-transporte de um setor, em julho de 1999 (fl. 4312); listagem de servidores municipais afastados, referente ao período de 1991 a 1996 (FLS. 4313/4355); - listagem de férias de servidores municipais, mês a mês, sendo que em relação aos anos de 1995 e 1997 as listagens não abrangem todos os meses, enquanto as de 1996 e 1998 contêm todos os meses. (fl. 4908/5695).

**16** Reunida em 1º de julho de 1999, a comissão deliberou pelo encaminhamento de ofícios às agências locais do Banco Itaú S.A. (agência da Praça Raul Leme) e do Banespa, solicitando o fornecimento de extratos bancários do Sr. Nilson Fernandes, referentes ao período de 1993 a 1998, conforme autorizado por ele, Nilson Fernandes, em declaração (fls. 3569 a 3574). A CEI decidiu, na mesma reunião, solicitar à Prefeitura informações sobre o número de guardas mirins usuários de vales-transporte do período de 1995 a 1998 e o número total de servidores da Prefeitura no mesmo período (Ofício CEI 010/99 - fl. 3577) e pedir informação cadastral às agências locais do Banco do Brasil, do Banco Itaú S.A./Agência 007, Unibanco, Banco Mercantil S.A., Bradesco S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Real S.A. HSBC Bamerindus S.A. e Nossa Caixa-Nosso Banco, para saber da existência ou não de conta corrente ou outras aplicações financeiras em nome de João Herbert Alessandri e Nilson Fernandes, no período de 1993 a 1998. (Ofício-circular CEI fls. 3575, 3576). Também ficou decidido que, quando da retomada de reuniões da CEI após o recesso legislativo de julho, ela tomaria novo depoimento do Sr. Nilson Fernandes (intimação às fls. 3578), considerando a necessidade de informações relacionadas ao imóvel de propriedade de sua ex-exposa, no Bairro de Araras, e que tomaria o depoimento da Sra. Marisa de Toledo Leme Suarez, ex-Diretora do Departamento Administrativo da Prefeitura local (intimação às fls. 3579). (Ata da 11ª reunião da fls. 4477/4478).

**16.1** Foi recebida pela Câmara Municipal em 21 de julho de 1999 a resposta da Prefeitura ao ofício CEI 010/99. Na resposta ela informa o número de guardas mirins beneficiários do vale-transporte e o número total de servidores municipais, mês a mês, do período de 1995 a 1998 (fls. 4480/4484). Essas informações estão lançadas nos processamentos de dados feitos pela CEI, que integram a parte II do presente relatório.

**16.2** Foram fornecidos pelo Banespa e pelo Banco Itaú S.A. os extratos bancários do Sr. Nilson Fernandes (fls. 4486/4511).

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358, 99
Fls.	5858
a)	



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fls. 45
a) m.

**16.3** Quanto à informação cadastral de existência de conta corrente ou outra operação nos nomes especificados no ofício-circular CEI 01/99, as respostas de agências bancárias foram:

**a)** Nossa Caixa-Nosso Banco, HSBC Bamerindus, Banco Itaú S.A. e Unibanco não prestaram a informação, alegando sigilo bancário; (fls. 3580, 4479, 4512/4519 e 5706/5707);

**b)** Banco Mercantil do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil (fl. 4485, 4904, 5696) prestaram informação. Como houve resposta positiva da Caixa Econômica Federal, a CEI decidiu solicitar a ela os extratos bancários do Sr. Nilson Fernandes (fls. 4905/4907). Atendida a solicitação, os extratos fornecidos pela Caixa Econômica Federal constam das fls. 5698/5704.

**16.4 A CEI destaca:** Os extratos bancários dos Srs. Nilson Fernandes e João Herbert Alessandri não apresentam valores exorbitantes. Fica ressalvado, entretanto, que o rastreamento feito pela CEI para obter informação cadastral da existência de contas e outras aplicações em seus nomes, junto a todas as agências bancárias locais, não foram respondidas por todas essas agências, já que algumas consideraram a mera informação cadastral sujeita às normas do sigilo bancário.

**17** O segundo depoimento do Sr. Nilson Fernandes à CEI se deu em 03 de agosto de 1999, conforme segue: *Perguntado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior a respeito da chácara de sua propriedade, se a mesma tinha piscina, respondeu "tem piscina. Não tenho a mínima idéia de quanto ela, a chácara, vale." Perguntado pelo presidente da comissão - que lhe exibiu fotos, que inclusive ele assina no verso - se tais fotos pertencem à chácara citada, respondeu "Sim, pertencem à chácara." Perguntado pelo presidente da comissão a respeito da chácara, cujas fotos foram reconhecidas pelo depoente, lhe foi indagado como é possível construí-la, reformá-la, com setecentos reais por mês, respondeu: "Olha, a chácara levou uns três anos para ser construída, mais ou menos, o terreno era da minha ex-mulher, parece que ela trocou por um fusca que ela tinha. Ademais, eu ganhei a grama do Adilson Leitão, a areia, dois caminhões, e mais dois caminhões de pedra, de uma das pessoas responsáveis por uma pedreira localizada na Fernão Dias, se não me engano seu nome é Adão, que inclusive foi meu padrinho de casamento. Na verdade, eu só comprei quatro latas de tinta para pintar a chácara, assim mesmo em parcelas. A chácara foi feita por uma espécie de mutirão." Advertido pelo presidente de que o termo mutirão pode ficar estranho em relação a uma chácara de recreio, respondeu: "é isso mesmo, um pintava, outro trabalhava como pedreiro, alguns gratuitamente, em troca de cerveja, etcétera. Dentre esses que ajudavam, posso citar o Valter Argentino, ex-dono da lanchonete Aquarius (hoje em Pouso Alegre), João e Cláudio, meus dois ex-genros." Advertido novamente de que a chácara, pelo seu aspecto e valor, pode dar a entender que ele gastou mais do que tinha, e consequentemente isso pode ser ligado a um possível desvio de vales-transporte, respondeu: "Quando eu conheci minha ex-mulher ela já estava construindo a chácara, já tinha o terreno. A minha participação nessa construção foi mínima; conforme relatei, colaborei com apenas algumas coisas. A chácara nunca foi minha. O problema é que as pessoas, quando lá iam, diziam 'vou na chácara do Nilson', por isso havia a impressão de que a chácara era minha." Advertido sobre o fato de sua afirmação de a chácara não ser sua contradizer o fato de seus amigos terem feito doações para construí-la, respondeu "É isso mesmo que eu comentei. Na verdade, quando eu estava já com minha então mulher, quis ajudar e pedi para eles." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira se a chácara foi vendida, respondeu: "Que eu saiba, não.*

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls. 5859
a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022, 99
Fis.	46
a)	m.

Digo isso porque estou separado, da mulher que é dona da chácara, de fato há mais de um ano e de direito, no papel, há três meses mais ou menos. Inclusive na separação consta expressamente que a chácara é dela." Expondo que em relação ao número requisitado e ao número de vales pagos à empresa, não há disparidade, mas grandes distorções começam a aparecer na totalização das listagens de retirada dos vales comparada com a requisição solicitada à empresa, o vereador Paulo Miguel Zenorini perguntou: "Tendo sido o senhor o responsável pelo setor, por que essa desproporção, que pelo menos teoricamente seria muito alta e facilmente perceptível, afinal cada pacotinho tinha 44 vales e uma sobra de 30.000 por mês equivaleria a quase 700 pacotes? Como o senhor explica essa questão referente ao número de funcionários que utilizavam os vales, qual era o critério, já que num momento chegou-se a 95% de funcionários usando vale, pelo menos pela comparação das listagens? Como o senhor explica que, se nós pegarmos o número de vales requisitados e dividirmos pelo número de total de funcionários, chegaremos à altíssima média de 68 cada um?. Esclareça-se que a pergunta se faz porque, se todos os funcionários usassem o vale e pegassem o ônibus para ir a algum lugar, daria 44 vales mensais?" O depoente respondeu: "Olha, eu já falei nisso no outro depoimento, eu fazia o pedido, baseava no que saía no computador. Os vales vinham lacrados, eu tentava abater os que estavam de férias, os afastados, e mesmo assim sobrava, eu não vou negar, de 3.000 a 4.000 vales por mês, em média, que ficavam guardados e eu abatia esse total do outro pedido que saía do computador. Esclareço que o programa de computador era feito, se não me engano, pelo Carlos Zamper, mas era eu que requisitava. Eu fazia a digitação, lançando no computador todas as somas das requisições de vales dos setores e chegava-se a esse total. A minha função era só essa, fazer o lançamento e o pedido no final do mês. Quero frisar que eu não sei o que aconteceu. Teve uma época, com a canalização do ribeirão Anhumas, aumentou o número de funcionários. Outra coisa, quando percebemos que estava alto, tentamos recadastrar e cortar alguns vales, os que moravam perto, trabalhavam com carro, só que aí passei a sofrer pressões dos chefes de seção, que reclamavam que estava perseguindo. Um dos que me pressionou foi o senhor Raul Silveira, que discutiu várias vezes comigo e com o João Alessandri. Quando a gente cortava, passava dois meses mais ou menos, o pessoal mandava de novo os nomes desses funcionários nas requisições de vales-transporte e aí eles eram fornecidos. Quero dizer ainda que, não lembro se na época do Jesus ou do Nicola, havia funcionários que, ao invés de 44 ou 88 vales, recebiam ou 50 ou 100 vales, não sei explicar porque." Perguntado pelo vereador Serginho Conti como é que explicava essa diferença toda, respondeu: "Não sei. Tem horas que eu fico pensando um monte de coisas, minha vida ficou um inferno, veio tudo para cima de mim, e eu estou totalmente queimado na cidade, saí no jornal e na televisão. Certa vez eu ia arrumar um emprego na AMP e tenho certeza que não consegui por causa desse rolo todo. Outras vezes, eu fui discriminado, tenho certeza, por causa desse escândalo e não consegui emprego. Só agora consegui emprego na Panificadora Bem Bolado. Quanto ao que aconteceu, eu fico pensando, eu não tenho confirmado, mas, sei lá, pode ser a empresa, pode ser que alguém tenha mexido no computador, não sei. O que não dava era para as pessoas pegarem um monte de vales-transporte e saírem andando com eles pela Prefeitura, é muita diferença; todo mundo mexia lá na seção, até o guarda mirim, separava, mas não dava para sair um volume grande, isso seria notado. Mas já aconteceu de eu chegar lá na seção, conforme já contei no outro depoimento, e encontrar gaveta aberta, computador ligado, tudo remexido. Sinceramente, não sei o que aconteceu." Novamente perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini como é que funcionava o sistema para se chegar aos números de vales requisitados, respondeu "eu ia lá no computador e digitava o que era requisitado pelos setores." Perguntado pelo mesmo vereador se havia um relatório impresso sobre isso, respondeu "não." Novamente perguntado se não tinha nenhuma explicação para a disparidade do número dos vales, o que gerou todo esse problema e esta Comissão de Inquérito, inclusive sendo advertido de que ele poderia se tornar o maior responsável e que

Vales  
Raul  
AM

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358, 99
Fis.	5860
a)	



esta era a grande oportunidade que tinha para esclarecer algo, respondeu: "Não sei o que aconteceu. Já expliquei que eu fazia tudo com boa fé, pegava as requisições, distribuía para os chefes de seção." Perguntado por que assinou requisições em sua casa, a pedido do engenheiro Nagib, se o correto seria que a assinatura fosse solicitada ao funcionário que estivesse respondendo pelo setor na Prefeitura, já que ele, Nilson, estava afastado por problema de saúde, respondeu "Olha, eu acho que fui um idiota. Eu fiz porque confiei nele. Ele era muito meu amigo, achei que não tinha nada demais, já que eu é que tinha feito requisição. Informado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini e confirmado pelo vereador Serginho Conti, que em depoimento a esta comissão o engenheiro disse que o conhecia, mas não tinha com ele grande vínculo de amizade e quando pegou as assinaturas explicou os motivos, respondeu: "Ora, então o Nagib deve ter alguma coisa errada, ele tá com sacanagem, porque era meu amigo, pelo menos eu o considerava assim. Só pra se ter uma idéia dessa amizade, toda semana eu, o Cardoso, o Nagib, o Branco, o Carlão e o Jura íamos na casa dele, fazíamos uma vaquinha e churrasco. Ora, se isso não é amizade, é o quê? Ademais jogávamos truco juntos e várias vezes havia pescaria e os peixes eram feitos na minha casa ou na dele. Se isso não é amizade, o que é?" Alertado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini - que leu depoimento de Nagib de que Nilson era apenas seu conhecido e não seu amigo e que nunca havia freqüentado a casa de Nilson - respondeu: "Isso é mentira, isso é mentira. O Cardoso e o Branco podem elucidar isso, pena que o Carlão morreu. Mas, se ele está negando, pergunta para ele, Nagib, sobre um bode que ele ganhou uma vez e que nós ficamos uma semana inteira comendo churrasco de bode, ele, eu, o Jura, o Carlão." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira por que em seu depoimento declarou ser solteiro, respondeu: "Quando eu vim fazer o depoimento aqui, eu era. Admito que pode ter sido uma falha minha, formal." Advertido pelo mesmo vereador de que nem lembrava o nome da mulher, respondeu: "Na hora deu branco, eu nem lembrei." Perguntado pelo mesmo vereador se era casado em comunhão parcial de bens, respondeu "Sim, era, mas o terreno da chácara já era da minha mulher, a construção começou antes do casamento e terminou depois. Na separação, fiquei com uma casa no mutirão e a chácara ficou para ela." Advertido pelo presidente da comissão de que o processo de separação é de segredo de justiça e que esta CEI não pode manipular o processo, lhe sendo perguntado se poderia trazer uma cópia da homologação da separação e da divisão de bens, respondeu "hoje mesmo vou atrás do advogado, doutor Maurício, vou conversar com ele e mando à comissão, pois tenho interesse em provar o que estou dizendo. (fls. 4521/4524; termo de compromisso às fls. 4520).

**17.1 A CEI destaca:** Mesmo não estando a propriedade em nome do Sr. Nilson Fernandes, fica mantida a estranheza da comissão a esse respeito, já que ele participou da fase de construção e de execução de melhorias no local. As características da propriedade, conforme pode ser verificado nas fotografias das folhas 5807/5816, não são compatíveis com as posses de quem recebe cerca de R\$700,00 por mês.

**18** Também depôs em 03 de agosto de 1999 a Sra. Marisa Toledo Leme Suarez: Perguntada pelo presidente da comissão se trabalhou na Prefeitura Municipal de Bragança Paulista como Diretora do Departamento Administrativo, respondeu: "Sim, mas antes, em agosto de 1987, quando entrei na Prefeitura Municipal trabalhava no setor de saúde, após recebi várias promoções e em abril de 1994 passei a responder pelo Departamento Administrativo, em 1995 fui nomeada para esse mesmo cargo, onde fiquei até o final da Administração Jesus Chedid." Perguntada pelo presidente da comissão se tem conhecimento como era feita a distribuição de vales-transporte, respondeu: "Era feita pelo Setor de Recursos Humanos. Mensalmente, cada funcionário recebia 44 ou 88 vales; os funcionários faziam os requerimentos de acordo com as suas necessidades; isso era enviado





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fis. 48
a) m.

ao Recursos Humanos, que fazia uma soma e a requisição. Presumo que fosse isso porque quem cuidava era o Recursos Humanos mais o Departamento de Finanças, não eu, eu nunca fiz essa soma, nunca assinei nada e não tive qualquer participação nisso. Na verdade, eu achava que tudo funcionava direitinho; quando trabalhava na Secretaria de Saúde, eu lembro dos pacotes com 40 vales cada um e nós tínhamos que tirar 4 de uns pacotes para fazer a distribuição e os números de vales sempre batiam com as listagens. Digo isso em relação a quando estava na Saúde; aliás, ainda nessa época, posso afirmar que a coisa era tão certa que, quando sobrava vale de funcionário que estava de férias, licença ou outro problema, nós anotávamos e devolvíamos ao setor de Recursos Humanos. Sendo assim, como eu tinha experiência na saúde de que estava tudo correto, nunca desconfiei que pudesse ter problemas quando fui para o Administrativo. Como eram pessoas de confiança, nunca desconfiei. Se fosse hoje, se eu soubesse do problema, é claro que ia conferir, mas na época não. Perguntada se tinha acesso ao número mensal de vales requisitados quando era responsável pelo Administrativo, respondeu: "Não, não tinha. Isso ficava entre o Recursos Humanos e o Departamento de Finanças, aliás há muito tempo, várias administrações. Perguntada pelo vereador Serginho Conti se quando estava no Departamento Administrativo nunca soube de nenhum problema ou se tinha conhecimento de como era adquirido e distribuído e como era feito o controle disso, respondeu: "Não, por tradição, como já disse, era feito pelo Recursos Humanos e por Finanças. Como nunca tive notícia de nenhum problema, nunca interferi: "Eu sabia que teoricamente estava adstrito à minha área porque era do Recursos Humanos que estava sob a chefia do Administrativo; no entanto, como sempre foi operacionalizada essa questão dos vales-transporte entre Recursos Humanos, cujo chefe de divisão era o senhor Shishido, e a Diretora de Finanças, cuja diretora Marta Maria de Deus era da mais alta confiança, eu nunca conferi porque aparentemente tudo estava correto. Perguntada pelo vereador Serginho Conti se no período em que estava no Departamento Administrativo houve algum recadastramento, respondeu: "Não sei ao certo, me lembro que desde que eu estava na Prefeitura, inclusive em outro setor, ocorreram dois recadastramentos, salvo engano, ao que parece, determinados por ordem superior, ou seja, o Gabinete. Não determinei nenhum até porque nunca tive conhecimento de irregularidades. Ouvei dizer que os recadastramentos eram feitos porque havia muitas mudanças nas linhas de ônibus e era uma readequação." Perguntada sobre aumento considerável do número de vales-transporte adquiridos em 1996, respondeu: "Deve ter tido um aumento porque foi um ano de muitas obras e também funcionários foram chamados por concursos públicos. Tivemos muitos professores contratados." Perguntada sobre depoimento anterior de eventual distribuição de vales-transporte para beneficiar a candidatura do senhor Lisa Sanches, respondeu: "Não tenho nada a ver com isso e nem conhecimento disso. Nunca soube de nada. Pelo que sei, os vales-transporte eram distribuídos mediante requisição e eram assinadas listagens, departamento por departamento. Também nunca ouvi boatos a respeito, nem dos adversários." Perguntada pelo vereador Serginho Conti sobre sua afirmação anterior de que em 96 houve aumento de funcionários se pode informar quantos funcionários foram contratadas para a canalização do córrego do Anhumas, respondeu: "Não sei ao certo, mas posso informar que havia uma listagem separada de vales-transporte em relação ao pessoal que trabalhava no córrego. Não sei quem e quanto recebiam. Posso informar que no final da administração chegamos a ter cerca de 2.000 a 2.100 funcionários." Perguntada pelo vereador João Afonso Sólis (Jango) sobre os funcionários que recebiam os vales-transporte e as listagens, se ela costumava manipular, ver ou se tinha acesso a essas listagens, respondeu: " Sim, eu via essas listagens eventualmente. Elas ficavam arquivadas no Recursos Humanos. Antes disso elas nunca me eram passadas para eu examinar e eu não tinha razão especial nenhuma para fazê-lo." Perguntada pelo vereador João Afonso Sólis (Jango) sobre listagens sem assinaturas de funcionários que existem no processo da CEI, respondeu: "Não tenho conhecimento disso. Pode até ser que alguém assinasse como

Vally  
M  
Jango

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fis. 5862
a)



C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022,99
Fls. 49
a) M.

responsável do setor para os outros funcionários, mas quando eu estava na saúde, posso afirmar que cada um assinava o seu recebimento de vales-transportes. Perguntada pelo vereador Serginho Conti se era o senhor Shishido quem operacionalizava ou requisitava os vales-transporte, respondeu: "Não, ele era o chefe, mas quem fazia o pedido e operacionalizava tudo era o Nilson. Nas férias deste, o João ou o José Carlos ou o Paulinho o substituíam, mas quem, há muito tempo ou pelo menos desde que eu entrei na Prefeitura, trabalhava nesse setor, era o Nilson." Perguntada sobre o fato de a Prefeitura não ter dados anteriores a 95, se a depoente tem idéia de onde fica essa documentação de anos anteriores, respondeu: "Normalmente a gente guarda a documentação por cinco anos arquivada, depois vai para o arquivo-morto, portanto pode ser que tenha essa documentação lá." Perguntada pelo vereador Serginho Conti como funcionava a requisição perante a empresa Nossa Senhora de Fátima, como era feita, quem ia buscar os vales, etcétera, respondeu: "Não sei. Nunca fui à empresa, nunca mexi com isso, quem fazia era o Recursos Humanos." Perguntada pelo vereador Serginho Conti sobre o atraso dos pagamentos dos vales-transporte do ano de 1996, se tinha conhecimento de tal fato e como era feito tal controle, respondeu: "Não, conforme já disse, quem fazia isso era a Divisão de Recursos Humanos junto com o Departamento de Finanças." Perguntada pelo vereador Marçal Alves de Oliveira o que pode informar a respeito da devolução de vales-transporte que sobravam, respondeu: "Como responsável pelo Administrativo, nunca tive conhecimento disso. Não sei, mas presumo que, se isso for verdade, eles deveriam ter documento. No entanto, quando eu trabalhava na Saúde, posso informar que, quando sobravam vales, a gente fazia devolução ao Recursos Humanos, anotando na própria listagem." Perguntada pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se, quando trabalhou no Administrativo, teve conhecimento sobre existência de pedido para aumento do número de vales ou reversão de decisão de corte, respondeu: "Não. Pra mim, nunca nenhum diretor, funcionário ou chefe reclamou falta de vales ou corte. Pode ser que tenham reclamado direto no Recursos Humanos. Pra mim, nunca reclamaram." (Depoimento: fls. 4526/4529; termo de compromisso: fls. 4525)

**19** Na 12ª reunião, em 03 de agosto de 1999, depois da tomada dos depoimentos referidos nos itens 17 e 18 deste relatório, a CEI decidiu intimar, para prestarem depoimentos, o Sr. Yoshiaki Shishido, ex-Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, a Srta. Marta Maria de Deus, ex-Diretora do Departamento de Finanças do Executivo, e o Sr. Normaldo Miraldi, Secretário Municipal de Finanças. (Intimações às fls. 4531/4532 e ata às fls. 4533/4534)

**19.1** Os intimados referidos no item anterior se apresentaram à CEI, conforme solicitado, em 10 de agosto de 1999, na 13ª reunião. (Ata às fls. 4549/4550).

**19.2** Depoimento de Marta Maria de Deus: Perguntada pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior sobre há quanto tempo trabalha na Prefeitura Municipal, em que cargo, e de nas administrações passadas, teve algum contato direto com o setor de vales-transportes, respondeu: "Trabalho há vinte e seis anos e meio na Prefeitura, sempre ligada ao setor de Contabilidade e ao Financeiro. Há dois anos voltei a exercer o cargo de Diretora Financeira na Assessoria de Gabinete. Nunca tive contato direto com vale-transporte, mas, sim, indireto, através do Financeiro, através dos pagamentos." Perguntada pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se cabia ao Financeiro apenas pagar ou se podia questionar o valor, respondeu: "Podia questionar, sim. Tinha que conferir a requisição que era feita no setor de Recursos Humanos, mas eu iria questionar se não batessem os números da requisição ou se houvessem diferenças de um mês para outro. Perguntada pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior se alguma vez houve questionamento do Financeiro em relação

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358,99
Fls. 5863
a)





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	1022, 99
Fls.	50
a)	m.

ao vale-transporte, respondeu: "Recentemente, não. Porém, em 1992 eu me lembro de um problema que nós questionamos. Cada funcionário recebia 100 vales-transporte por mês - isso os que trabalhavam o dia todo; ora, vimos que isso estava errado porque, se multiplicássemos 22 dias por 4 o certo e o máximo seriam 88 vales, ou, então, 44 vales, caso precisassem 2 por dia. Tão logo questionamos, o problema foi resolvido; falei ao Agni e o problema foi resolvido." Perguntada pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior, se tinha notícia ou soube da diferença entre o número de vales adquirido e o entregue aos servidores, conforme constatado pela própria administração atual, respondeu: "Não, eu nunca soube disso. O meu setor era o Financeiro, eu não tinha que conferir as listagens, aliás elas nem chegavam a mim. Só em relação a algo que fosse gritante é que eu poderia constatar, como constatei a entrega de 100 vales por mês. Perguntada pelo vereador Serginho Conti se tem conhecimento da forma como é feita aquisição, controle e distribuição de vales-transporte, respondeu: "Sei que era feito por um funcionário dos Recursos Humanos, normalmente o senhor Nilson. Ele que somava as quantidades, fazia as requisições e era responsável pelo controle e distribuição. Quero esclarecer que a requisição à empresa era verbal, que eu saiba. O controle e a distribuição também eram feitos pelos Recursos Humanos, nada tendo a ver com o Financeiro." Perguntada pelo vereador Serginho Conti como funcionavam, no Financeiro, os pagamentos dos vales-transportes, qual era o procedimento, respondeu: "Funcionava assim: era feito uma requisição dos Recursos Humanos e ia para Contabilidade e nós fazíamos um processo de despesa. A requisição recebia um visto do Chefe do Setor de Recursos Humanos e na Contabilidade o visto do responsável da Contabilidade e do setor de Finanças. Após isso a empresa recebia mediante recibo, já que a nota fiscal não era obrigatória por lei." Perguntada pelo vereador Serginho Conti: "Em 1996 houve atraso do pagamento à empresa? Em caso positivo, qual o motivo? Foi pago? Como?", respondeu: "Sim, houve, por insuficiência de caixa. Salvo engano, o atraso foi acumulado de nove a dez meses. A atual administração é que pagou tal débito, parceladamente." Perguntada pelo vereador Serginho Conti: "Nesse atraso estavam incluídos os vales destinados à Guarda Mirim e os chamados passes escolares?", respondeu: "O passe escolar, certamente, sim. A Guarda Mirim não tenho certeza, mas os controles e os empenhos, posso informar, eram separados." Perguntada pelo vereador Serginho Conti: "No depoimento do senhor João Alessandri foi feita menção a uma possível distribuição de vales-transporte na campanha eleitoral do então candidato a prefeito Lisa Sanches. A senhora tem conhecimento disso? Pelo menos ouviu dizer? Ouviu boatos?", respondeu: "Não sei nada disso, nem como realidade, nem como notícia, nem como boato." Perguntada pelo vereador Paulo Miguel Zenorini "Nossa comissão constatou que 95% dos funcionários chegaram a receber tal benefício. Nós achamos isso elevado e nos lembramos de que entrou em vigor uma legislação de que quem ganhava até 3 salários mínimos receberia o vale de graça, sem desconto. Pergunto: a senhora tem conhecimento ou explicação para esse índice alto de recebimento de vales? Até que ponto esse benefício para quem ganha até 3 salários mínimos teve reflexo no aumento de número de vales distribuídos?", respondeu: "Bem, é difícil se dizer se houve influência da lei que dava o vale sem desconto com o aumento no índice total da distribuição, até porque coincidiu com a época do concurso. Lembro-me que nessa época, só no ribeirão Anhumas entraram mais de 100 pessoas como temporários, então fica difícil de dizer se o aumento teve ligação direta com a lei ou com o aumento do quadro ou as duas coisas. No entanto, havia um fato que era comentado, sim, muita gente, embora tivesse carro, viesse trabalhar de bicicleta ou mesmo morasse perto, recebia os vales. Esses eram os comentários. Mas isso ocorria porque a coisa era encarada como se fosse um benefício, o chamado salário indireto ou benefício incorporado ao salário como direito. A minha parte era só fazer a matemática financeira e não questionar diretamente isso. Eu me lembro que em meados de 96 a Prefeitura tinha mais de 1.500 funcionários recebendo os vales, pode ter chegado a 1.700, não me lembro exatamente. Os valores mensais, não me lembro." Perguntada do vereador Serginho Conti: "Durante o período em que a senhora trabalhou na Prefeitura tem notícia

Valle

Y

Paulo Miguel

AS

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358, 99
Fls.	5864
a)	



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 1022, 99  
Fs. 51  
a) M.

de recadastramento em relação a vale-transporte", respondeu: "Sim. Eu soube, mas diretamente não participei, não vi, pois não era adstrito ao meu setor, que era o Financeiro." Perguntada pelo vereador Marcús Vinícius Valle Júnior: "em relação ao depoimento da senhora Marisa Toledo Leme Suarez, que a senhora inclusive leu porque solicitou a leitura, há uma afirmação de que quem tomava conta de fato do vale-transporte era a chefe do RH e funcionário responsável, além do Departamento Financeiro, e que ela, Marisa, não tinha conhecimento de nada. O que a senhora pode informar a respeito disso?" , respondeu: "Conforme já disse, o meu setor só fazia a parte financeira. Quanto à dona Marisa, eu nunca vi nada assinado por ela e nem pessoalmente a vi operando com vales-transporte. No entanto, forçosamente, por uma questão organizacional, as contas do setor tinham que ser prestadas a ela que era a superior hierárquica." Perguntada pelo vereador João Afonso Sólis (Jango): "Não era muita responsabilidade e não estava errado se deixar a cargo de um simples funcionário dos Recursos Humanos, senhor Nílson, a função de fazer tudo relativo ao vale-transporte?" Ele somava, ele requisitava, ele ia buscar, ele entregava. Isso não é errado?, respondeu: "Ele não fazia tudo sozinho. Conforme expliquei, quem fazia os pagamentos era o setor Financeiro e não ele. Também quando ele distribuía, não distribuía um a um e sim ao chefe de setor. Portanto, se faltasse algum vale, evidentemente o funcionário reclamaria. Agora, que era muita responsabilidade, era. Acho que faltou um acompanhamento melhor do chefe do RH, do Diretor Administrativo e do Financeiro, não eu em especial - porque a minha era a parte final - mas, sim, do chefe da Contabilidade pois ele deveria conferir as listagens." Perguntada pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior: "Tem idéia do que aconteceu na Prefeitura e do porquê do sumiço dos vales-transporte?" , respondeu: " Olha, na Prefeitura foram feitos dois levantamentos e o que a gente atribui é que talvez falem listagens e por isso constam como não entregues." Perguntada se houve desorganização, respondeu: "Concordo." Perguntada pelo vereador Paulo Miguel Zenorini: "Segundo o decreto de regulamentação do vale-transporte, número 6.699, a distribuição é de responsabilidade do setor de Pessoal, mas a fiscalização, a prestação de contas para quem se distribuiu é do setor de Finanças. Quem era o funcionário responsável pelo setor de Finanças que fazia isso?", respondeu: "Não havia. Não era feita a prestação de contas. O Tribunal de Contas, no entanto, fazia a fiscalização de 1995 para cá; portanto, se houve alguma falha, era atenuada por esse fato." Perguntada pelo vereador Marçal Alves de Oliveira: "Houve informações a esta comissão, do senhor João Alessandri, de que ocorreram alguns levantamentos no setor de pessoal a respeito de vales-transportes. A senhora tem conhecimento disso?", respondeu: "Eu desconheço esse levantamento, incluindo o setor de Finanças e Receita. Pode ter havido internamente no setor de Pessoal." Perguntada pelo vereador Serginho Conti: "A requisição de pagamento era feita por escrito ou verbalmente? Quem a fazia? A assinatura folha 3.085 do processo desta comissão, na requisição, a senhora pode afirmar de quem é?" , respondeu: "Era feito por escrito, sempre por escrito, normalmente era o senhor Nílson que fazia, a não ser quando ele estava de férias ou afastado. Estou olhando a assinatura, mas não sei de quem é, de pronto não posso dizer de quem é." Questionada pelo vereador Serginho Conti sobre folhas 3.004 do processo desta comissão, em que o senhor Shishido assinava a requisição, respondeu: "Sim, às vezes ele assinava, era chefe do setor." Perguntada pelo vereador Paulo Miguel Zenorini: "Se é uma coisa tão importante, inclusive fiscalizada pelo Tribunal de Contas, não havia a preocupação de se arquivar a documentação por determinado período? Pergunto isso porque os dados anteriores a 95 não foram encontrados." respondeu: " Pelo que sei, o controle existia, acho que total, embora não possa afirmar. Pelo que sei, estou deduzindo, isso teria sido encaminhado ao arquivo morto. Pode ser que a documentação esteja lá. Não é meu setor, estou apenas presumindo, mas houve transferência do prédio do arquivo morto. Os documentos foram transportados de caminhão, houve problema de chuva, e isso, repito, estou apenas presumindo, pode Ter havido perda de documento ou extravio, repito pode Ter havido. Também, ainda presumindo, pode Ter havido problemas na informática, os programas podem Ter sido apagados involuntariamente ou no término do exercício. Repito,

Valle

o

Marçal

Paulo

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 358, 99  
Fs. 5865  
a) 2





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022, 99
Fis. 52
a) m.

estou respondendo não o que aconteceu, mas o que pode ter acontecido." Perguntada se queria acrescentar mais alguma coisa, disse: "Eu acho relevante lembrar a comissão que quem ganhava acima de determinado valor tinha o desconto do vale-transporte na folha. Não sei se esse valor foi deduzido quando se anunciou o pretense disparate ou prejuízo."

**19.3 Depoimento de Normando Miraldi:** Indagado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior: "Com referência ao depoimento da senhora Marisa, que alegou que na administração passada o controle do vale-transporte ficava a critério dos departamentos Pessoal e de Finanças, tal fato ocorre nesta administração?", respondeu: "Bem, até março de 1999 o vale-transporte seguia a sua tramitação como na administração passada no aspecto formal, exceto no que se refere à participação da Secretaria da Administração que exigimos desde o início da atual administração, ou seja, até a administração tomar pé, três meses mais ou menos depois de seu início. Já não era mais a assinatura só do funcionário do RH; exigíamos também a assinatura do Diretor, hoje, Secretário. No entanto, quando iniciou-se toda essa questão sobre denúncias, passamos a ser muito mais exigentes e hoje a distribuição é feita por quatro Secretarias, com a devida e rigorosa conferência. Na verdade, a constatação começou quando meu setor exigiu um controle do estoque dos vales-transporte, isso no começo de 1998, janeiro ou fevereiro desse ano. Reitero que esse foi o gatilho de todo esse procedimento, pois foi solicitado ao controle interno que fizesse o levantamento." Perguntado pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior por que levou até dezembro para fazer a sindicância, respondeu: "Eu pedi o controle de estoque não porque desconfiava de irregularidade, mas porque é meu método de trabalho, o controle rigoroso é usual em todas as empresas. Aliás determinei também que isso fosse feito em outros setores, em relação a tudo, não só o vale-transporte. Como sempre trabalhei na iniciativa privada, achava que deveria ter um método mais apurado de controle no serviço público. Agora, a demora não é um aspecto meu porque nós não sabíamos de eventual irregularidade. Acho que a demora se deu porque eles - Edgar, Cleuza, etcétera - fizeram levantamento nesse tempo todo e daí se constatou um problema que eu não sabia. O meu pedido, repito, era uma questão de método de trabalho." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini: "Esta comissão constatou que cerca de 95% dos funcionários recebiam vales-transportes. Não havia esse controle do Departamento de Finanças a respeito de número elevado. E agora, existe?", respondeu: "Sim, depois do possível problema constatado, conforme já expliquei, há um rigor enorme na apreciação dos vales, inclusive na distribuição por quatro Secretarias a partir de março de 1999." Perguntado pelo vereador Serginho Conti: "No tempo que o senhor passou a trabalhar na Prefeitura, como funcionava requisição, controle e distribuição e pagamento de vale-transporte?" respondeu "Conforme já expliquei, no início era um funcionário de Recursos Humanos que fazia a requisição, que ia buscar, mas a distribuição não sei como era feita. Depois que eu mudei o método, conforme já expliquei, passei a exigir a assinatura do Diretor - depois Secretário - do setor Administrativo." Perguntado pelo vereador Serginho Conti: "Em relação a atraso de pagamento de vale-transporte em 1996, o senhor tem conhecimento qual a razão e pode informar se isso foi pago e qual o valor?", respondeu: "Não sei porque. Isso é coisa da administração passada, eu não estava na Prefeitura. Porém, posso informar que havia muita coisa atrasada, não só isso. Me lembro que em relação a esse vales a dívida era de setecentos e cinquenta ou setecentos e sessenta mil reais, salvo engano; tal valor já estava empenhado como restos a pagar e a atual administração parcelou o débito em 24 vezes, já tendo-o quitado." Perguntado pelo vereador João Afonso Sólis (Jango): "Insisto em perguntar: você percebeu em algum momento que a Prefeitura estava adquirindo muitos vales-transporte ou simplesmente mudou o método por questão de estilo de trabalho? Chegou a ser alertado sobre possível excesso?" , respondeu: "Não, não tinha desconfiança nenhuma. Aliás, já respondi isso, é uma questão de método. No começo da administração, o Edgard mandou fazer um novo cadastramento e já houve uma queda no número de vales adquiridos, mas achei isso normal, não me despertou desconfiança nenhuma. Achei

Valle  
J  
M  
Jango  
MS

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fis. 5866
a) 2



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

PROT. GERAL Nº	1022,99
Fls.	53
a)	m.

que o recadastramento, por si só, resolveria a questão." Perguntado pelo vereador Serginho Conti em que período foi feito esse recadastramento, respondeu: "Logo no começo da administração, não sei exatamente a data, mas janeiro, fevereiro. Também não sei dos detalhes do recadastramento, ele não chegou às minhas mãos porque era de outro setor." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira: "Em janeiro realmente houve uma queda no número de vales adquiridos, mas, depois de fevereiro, março ou abril de 1997, o número ultrapassou os 100.000 novamente. Como o senhor explica isso?" , respondeu: " Não sei os dados específicos do recadastramento, como foi feito e exatamente quando. Pode até ser que em janeiro deu menos porque havia funcionários em férias, mas isso é uma presunção, não tenho os dados para responder." Perguntado pelo vereador Serginho Conti: "Nesse período em que o senhor trabalha na Prefeitura, o senhor tem conhecimento de sobras de vales?" respondeu: "Sim, sobrava, tinha saldo em estoque - isso foi constatado principalmente depois que a gente alterou o método de distribuição e controle." Perguntado pelo vereador Serginho Conti: "Quem faz as distribuições? Quais são as Secretarias?", respondeu: "A de Serviços, Educação, Saúde e o Administrativo entrega as demais, que têm menos funcionários." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini: "Como havia dívida da administração anterior em relação a vales-transporte, houve algum questionamento da atual administração em relação a número de vales adquiridos na administração passada, ou algum levantamento?", respondeu: "Não, já eram dívidas empenhadas e consolidadas e portanto não houve nada. Não tenho conhecimento de nenhuma distribuição ilegal de vales nem nesta administração, nem na anterior." (Termo de compromisso: fls. 4540; depoimento: fls. 4541/4543).

**19.** Depoimento de Yoshiaki Shishido: Indagado pelo presidente Marcus Vinícius Valle Júnior: "De quando a quando o senhor trabalhou na Prefeitura?", respondeu: "de 03 de dezembro de 1990 a 30 de dezembro de 1992 como Chefe da Divisão de Recursos Humanos na administração Nicola Cortez. Posteriormente, convidado pelo prefeito Jesus Abi Chedid, voltei à Prefeitura, ficando de 02 de janeiro de 1993 a 19 de novembro de 1996. Não cheguei ao fim desta administração por problema interno, mas tal problema nada tem a ver com vale-transporte." Perguntado pelo vereador Serginho Conti sobre como funcionavam o controle, a aquisição e a distribuição de vale-transporte nas duas administrações em que trabalhou", respondeu: "Eu me lembro que, quando entrei na Prefeitura, continuou como já vinha funcionando, eu lembro que ainda na administração Nicola Cortez houve um recadastramento para entregar os vales a quem realmente necessitava e houve uma queda acentuada no número de vales distribuídos. Não tenho certeza da época desse recadastramento, pois já faz bastante tempo. Na administração Jesus o sistema era o mesmo, mas havia uma melhora por causa da informática, havia emissão através de computadores das listagens com os recibos." Perguntado quem tomava conta disso, respondeu: "O senhor Nilson Fernandes." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se tal funcionário prestava contas a ele, o depoente, que era o Chefe de RH, respondeu: "Prestar contas mesmo, não, até porque a gente tinha confiança nele." Perguntado pelo vereador Serginho Conti como funcionava a requisição, a distribuição e o controle desses vales-transporte , respondeu: "Quem tomava conta era o Nilson, mas ele elaborava as listagens e era feito um balanço de admitidos e demitidos pela nossa seção; eu particularmente não fazia. Sei que o João Alessandri fazia também esse balanço, esporadicamente, quando o Nilson não estava lá. Eu assinava as cartas de requisição em duas vias - como Chefe de Seção - que já vinham confeccionadas pelos funcionários. Muito esporadicamente, poderia haver complementação de pedido de vales, isso quando havia admissão de temporários por exemplo." Perguntado pelo vereador Serginho Conti sobre se a senhora Marisa Toledo Leme Suarez, que era a Chefe de Administração, se ela participava de conferências, balanços, etcétera, respondeu: "Que eu me lembre, não. Também não me lembro de ela ter participado de recadastramentos." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se no período em que trabalhou na Prefeitura havia sido feito algum recadastramento, na gestão

C. M. E. B. P.	
PROT. GERAL Nº	358,99
Fls.	5867
a)	





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 1022/99
Fs. 54
a) m

Jesus Abi Chedid, respondeu: "Posso afirmar que recadastramento geral não foi feito nenhum; pode ter sido feito algum isolado. Esclareço que recadastramento mesmo não foi feito, eram feitas correções pontuais e individuais, pelo senhor Nílson, conforme situações individuais." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se era ele, o depoente, quem assinava a requisição de valores junto à Tesouraria, respondeu: "Posso ter assinado, mas não me recordo. Porém, essas que me foram exibidas pela comissão - às folhas 3.209 a 3.217, de agosto de 1997, não são minhas as assinaturas até porque eu não estava na Prefeitura. Assinei algumas referentes ao período em que trabalhei. Na época em que estive lá, naturalmente assinei. Constatei agora, com os documentos que me foram exibidos pela comissão." Perguntado pelo vereador Serginho Conti sobre atraso de pagamento de vale-transporte em 1996, respondeu: "Não me recordo bem, parece que houve. Não cabia a mim, nem à nossa Divisão; por isso não me recordo muito bem." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se ia buscar os vales adquiridos na empresa, respondeu: "Não. Também nunca assinei tais recibos. Eu assinava apenas a requisição, mas nunca o recebimento dos vales. Isso ficava a cargo do senhor Nílson." Perguntado se assinava também requisição dos vales, além da requisição da tesouraria que já confirmou Ter assinado, respondeu: "Acho que sim. Era um papel cor de rosa a segunda via. Não tenho certeza." Perguntado pelo vereador Serginho Conti se ouviu algum comentário sobre irregularidades, distorções ou excesso de compras ou tinha alguma desconfiança, respondeu: "Não. Nunca desconfiei de nada e nem ouvi. Achava que estava tudo correto." Perguntado pelo vereador Serginho Conti como era feita a distribuição de vales aos funcionários e se eles assinavam o recibo, respondeu: "O Nílson separava por setores, em sacos plásticos, e entregava aos responsáveis, que coletavam as assinaturas. Sei que na Garagem ele fazia a distribuição pessoalmente." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se recorda o número máximo de funcionários que a Prefeitura chegou a ter, respondeu: "Não sei o número exato, mas passava de 2.000." Perguntado pelo vereador Paulo Miguel Zenorini se o setor que tinha obrigação de fiscalizar e controlar tinha algum critério para saber quem receberia os vales e a quantidade destinada a cada funcionário, respondeu: "Os funcionários se manifestavam em requerimento próprio e lá constavam os dados deles, local de morada, horários trabalhados, e baseado nesses dados é que se determinava se eles receberiam ou não os vales e se seriam 44 ou 88 por mês. Informo ainda que quem tinha regime de 8 horas-dia e almoçava em casa, recebia 4 vales por dia, ou seja, 88 por mês. Esse era o critério." Expondo que em abril de 1996 a Prefeitura tinha 1.962 funcionários e 69% deles pegavam vales, correspondentes a 93.532 vales, mas foram comprados 127.588, portanto com uma diferença de 34.056 vales a mais, o vereador Paulo Miguel Zenorini perguntou se nunca houve controle, conferência ou avaliação da Divisão de Recursos Humanos a esse respeito, ao que o depoente respondeu: "Estou estranhando esses dados, para mim chega a assustar. Agora, conferência não foi feita, nós tínhamos confiança no trabalho do Nílson." Lendo os dados apurados pela comissão que mostram grande desproporção entre os vales requisitados e a entrega constante da listagem, o vereador Paulo Miguel Zenorini perguntou se havia ordens superiores pedindo vales extras, ao que o depoente respondeu: "Não. O único pedido extra que se fazia era esporádico, em relação a funcionários temporários, me lembro em relação ao ribeirão do Anhumas." Perguntado, ainda, se havia pressão superior sobre eventuais vales cortados de alguns funcionários, pressão essa no sentido de fornecimento, respondeu: "Não, que eu saiba. Para mim nunca foi feita nenhuma pressão. Estou surpreso com os dados expostos pelo vereador Paulo Miguel. Nunca tive conhecimento ou reclamação de alguém que não tenha recebido vale-transporte até porque se não recebia no setor em que trabalhava ia posteriormente receber na Divisão e assinava a lista. Se houvesse sobra grande, os vales deveriam voltar à Seção; no entanto, posso afirmar, nunca houve devolução ou sobra em número tão elevado. Seria um volume muito grande, facilmente perceptível, os 30.000. Havia sobra, sim, mas era bem menos que isso; digo pelo volume do que ficava guardado, que sobrava." Perguntado pelo vereador Marçal Alves de Oliveira se no período em que trabalhou na Prefeitura alguma vez tinha

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 358/99
Fis. 5868
a) 2



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 1022/99
Fls. 55
a) m

sido devolvido vale-transporte da Prefeitura à empresa, respondeu: que não. Perguntado pelo mesmo vereador, Marçal, se alguma vez a Prefeitura havia pedido mais vale à empresa, respondeu que "normalmente, não. Só esporadicamente." Perguntado se queria falar mais alguma coisa, afirmou "estou abismado com os dados expostos pela comissão, pois jamais imaginou que isso acontecesse. Só ouviu falar depois que o assunto foi divulgado na imprensa. Quero esclarecer, por fim, que durante o período em que a CEI está apurado os fatos (janeiro de 1995 a junho de 1998) não trabalhei 50 dias por estar de férias, de 1º a 20 de dezembro de 1995, e de 12 de fevereiro a 12 de março de 1996; depois, 120 dias substituindo o Departamento de Administração, quando a senhora Marisa estava em licença-maternidade, ou seja, de 20 de maio a 20 de setembro de 1995, e mais 111 dias de afastamento antes da exoneração de novembro de 1996. Portanto, por 281 dias eu não estive presente na Divisão como Chefe de Recursos Humanos. Não me lembro quem me substituiu nesse período." (Termo de compromisso: fls. 4544; depoimento: fls. 4545/4548).

**20** O Plenário da Câmara Municipal autorizou a prorrogação do funcionamento da CEI até 25 de setembro de 1999, nos termos do Requerimento 619/99, aprovado por unanimidade em 10 de agosto de 1999. (fls. 4900/4901)

**21** Em 16 de agosto de 1999, a comissão recebeu o ofício 1116/99, do Delegado de Polícia da Assistência Policial, Sr. Valmir Aparecido Guinato, solicitando cópia integral das apurações da CEI (fls. 4902). O presidente da CEI, vereador Marcus Vinícius Valle Júnior, manteve contatos por telefone com aquele Delegado, para tratar do assunto.

**22** Para elaboração do relatório final, a CEI fez consulta à Diretoria do Departamento Jurídico da Câmara Municipal, para saber de responsabilidade funcional na questão de vales-transporte. (fl. 4903). A resposta consta às fls. 5697.

**23** O Promotor de Justiça Sr. Ludgero Francisco Sabella enviou à CEI, em 31 de agosto de 1999, o ofício 714/99, consultando-a sobre a conclusão de seus trabalhos (fls. 5705). A CEI respondeu através do ofício CEI 014/99 (fl. 5708).

**24** Para providências finais necessárias à elaboração do relatório conclusivo, a CEI solicitou ao Plenário da Câmara nova prorrogação do prazo de seu funcionamento, até 15 de outubro de 1999, nos termos do Requerimento 735/99, aprovado por unanimidade em 21 de setembro de 1999 (fls. 5709/5712). As providências necessárias foram adotadas, através da remessa de ofício da Presidência da Câmara ao Poder Executivo para remessa de informações e documentos fundamentais às conclusões (fls. 5711 e 5714/5715). Em resposta, o Poder Executivo concedeu informações relacionadas às listagens nominais de usuários que a CEI já havia recebido e encaminhou cópia da listagem de recebimento de vales-transporte pelos guardas mirins municipais (fls. 5716/5805).

**24.1** Foi fornecida ao relator da CEI, por solicitação que ele fez *in loco* à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, uma cópia da certidão de óbito do ex-servidor municipal Valentim dos Santos (fl. 5806). O documento dá base a dados das conclusões.

**24.2** Convocada pela presidência da CEI (fl. 5817) a sua última reunião, 14ª, foi realizada em 13 de outubro de 1999, para deliberação do relatório final. (Ata às fls. 5818).

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358/99
Fls. 5869
a)



C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fs. 56  
a) M



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

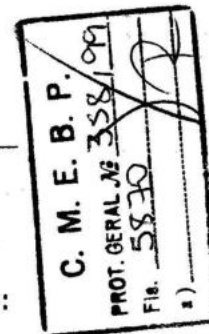
**PARTE II - PROCESSAMENTOS DE INFORMAÇÕES FEITOS PELA CEI COM BASE EM DOCUMENTOS DOS AUTOS**

**25** Fundamentada nos documentos recebidos, a CEI processou informações, montando os quadros expostos nesta parte do relatório:

**26 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS ETAPAS DO SISTEMA DE VALES-TRANSPORTES**

ETAPA DO SISTEMA	DESCRIÇÃO RESUMIDA DA ETAPA E NOTAS PRELIMINARES DA CEI
1 REQUERIMENTO DO SERVIDOR PARA OBTENÇÃO DO VALE-TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"><li>O servidor era solicitado a requerer o vale-transporte, mediante preenchimento e assinatura de um formulário informando a necessidade de uso de vale-transporte, com as especificações necessárias. Tal documento era a base para a formação do cadastro de usuários (listagem nominal de usuários).</li></ul>
2 CADASTRO DE USUÁRIOS DE VALES-TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"><li>Lançamento dos dados dos requerimentos da etapa anterior, gerando uma listagem com o nome de todos os usuários, o tipo e a quantidade de vale-transporte para cada um. Nessa listagem os servidores eram relacionados de acordo com a área de entrega dos vales-transporte (veja o quadro do item 33). Eram geradas desse lançamento as listagens nominais de usuários (cadastro), as quais eram utilizadas para assinatura (mensal) de recebimento dos vales-transportes pelo servidor.</li></ul>
3 REQUISIÇÃO DE QUANTIDADE E TIPO DE VALES	<ul style="list-style-type: none"><li>Pedido da Divisão de Recursos Humanos (DIRH) da Prefeitura Municipal à empresa fornecedora de vales-transporte, contendo a quantificação e a espécie de vales-transporte, encaminhada mensalmente.</li><li>- <b>NOTA DA CEI: Essa requisição deveria ser compatível com a totalização do cadastro (ou listagem nominal de usuários), mas as totalizações feitas pelas CEI nos quadros seguintes vão demonstrar que isso não ocorriam. (Veja o quadros do item 27 e os do item 28).</b></li></ul>
4 RETIRADA DE VALES	<ul style="list-style-type: none"><li>Os vales-transporte eram retirados na sede da empresa fornecedora. A sua retirada era registrada no verso da requisição a que se refere o item anterior.</li></ul>
5 ENTREGA DE VALES A ENCARREGADOS E POSTERIOR DEVOLUÇÃO DE LISTAGEM E SOBRA À DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"><li>A listagem cadastral dos usuários, conforme já foi afirmado, era dividida segundo a área de entrega do vale-transporte. O sistema de divisão de áreas variava bastante, conforme demonstra o quadro constante do item 33 deste relatório. O encarregado de cada área recebia da Divisão de Recursos Humanos os vales e a listagem da respectiva área, por mês, e era incumbido de fazer a entrega ao usuário e colher a assinatura de recebimento. Essa listagem devia ser devolvida, assinada, à Divisão de Recursos Humanos juntamente com as sobras de vales-transporte.</li><li>- <b>NOTAS DA CEI: A entrega dos vales aos encarregados era feita sem qualquer formalidade. Não havia documento para registrar essa entrega e a quantidade de vales que cada área estava recebendo em cada mês. As listagens para assinatura de recebimento dos vales pelos usuários apresentam irregularidades.</b></li></ul>
6 REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DOS VALES-TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"><li>Pedido feito pela Divisão de Recursos Humanos, requisitando ao Departamento de Finanças o pagamento dos vales-transporte adquiridos. Esta requisição tratava do valor a ser pago, não especificando quantidade e tipo de vales.</li></ul>
7 PAGAMENTO DOS VALES-TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"><li>Era feito estritamente com base na requisição acima, documentada com empenhos e ordens de pagamento, ou seja, conforme a rotina da administração municipal, sem formalidades ou controles específicos.</li></ul>
8 RECIBO DA EMPRESA	<ul style="list-style-type: none"><li>Comprovação de pagamento emitida pela empresa fornecedora.</li></ul>

NOTA DA CEI: OS VALES-TRANSPORTES DA GUARDA MIRIM ERAM TRATADOS SEPARADAMENTE. OS QUADROS ESPECÍFICOS CONSTAM DOS ITENS 30, 31 E 32.



*Handwritten signature: J. Vally*

*Handwritten signature: M. [unclear]*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

27 REQUISIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE DA PREFEITURA À EMPRESA FORNECEDORA  
(Dados relativos à requisição a que se refere a etapa 3 da síntese do item 26)

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fs. 57  
a)

27.1 - REQUISIÇÕES DO ANO DE 1996						ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA	FOLHA DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	QUANTIA DE VALES							
		URBANO	VARGEM	MORRO GRANDE	TOTAL				
Jan/96	22/12/95	93.730	5.248	1.518	100.496	NÃO CONSTA	(**)		
Fev/96	29/1/96	107.626	7.616	1.474	116.716	NILSON FERNANDES	(**)		
Mar/96	26/02/96	109.222	7.200	1.294	117.716	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.426	24801
Abr/96	21/03/96	117.712	7.880	1.996	127.588	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.428	394
Mai/96	26/04/99	121.772	8.364	2.056	132.192	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.430	792
Jun/96	29/05/96	121.954	7.672	2.100	131.726	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.432	1187
Jul/96	26/06/96	124.792	8.128	2.144	135.064	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.434	1601
Ago/96	29/07/96	123.912	7.364	2.232	133.508	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.436	1997
Set/96	27/08/96	121.688	7.408	2.172	131.268	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.438	2412
Out/96	25/09/96	119.544	7.276	2.260	129.080	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.440	2819
Nov/96	29/10/96	123.592	6.516	2.248	132.356	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.442/2444	3220
Dez/96	26/11/96	124.710	7.260	2.348	134.318	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.445	3605
<b>TOTAL</b>		<b>1.410.254</b>	<b>87.932</b>	<b>23.842</b>	<b>1.622.028</b>				

(\*) Em novembro houve requisição complementar de vales-transporte. (\*\*) Há uma rubrica na requisição, mas não é possível identificar de quem é e se é referente à retirada dos vales.

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fs. 5811  
a)

27.2 - REQUISIÇÕES DO ANO DE 1997									
REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO	VARGEM	MORRO GRANDE	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA	FOLHA DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
Jan/97	30/12/96	88.512	5.956	1.704	96.172	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES		
Fev/97	28/01/97	116.100	7.084	2.804	125.988	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.448	4381
Mar/97	25/02/97	110.600	7.084	2.804	120.488	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.449	4720
Abr/97	03/04/97	100.000	4.040	1.238	105.278	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.450	5050
Abr/97	complement	-	600	-	600	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.451	5109
Mai/97	05/05/97	68.892	4.846	1.210	74.948	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.452	5346
Jun/97	06/06/97	59.614	4.170	0	63.784	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.454	5793
Jul/97	04/07/97	76.174	4.578	1.034	81.786	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.456	6155
Ago/97	05/08/97	78.478	4.590	1.122	84.190	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.457	6569
Ago/97	08/08/97	7.440	-	-	7.440	NILSON FERNANDES	JOSÉ BENEDITO FARIA	2.458	7440
Set/97	02/09/97	78.478	3.666	678	82.822	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.459	6899
Out/97	02/10/97	78.884	3.970	-	82.854	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.460	7334
Nov/97	30/10/97	77.332	4.310	-	81.642	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.462	7723
Dez/97	28/11/97	72.472	3.472	-	75.944	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.464	8199
<b>TOTAL</b>		<b>1.012.976</b>	<b>58.366</b>	<b>12.594</b>	<b>1.083.936</b>				





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/95  
Fls. 5832

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 58  
a)

27.3 - REQUISIÇÕES DO ANO DE 1998									
REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO e RURAL	INTERMUNICIPAL	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA	FOLHA DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA	
Jan/98	23/12/97	57.242	3.000	60.242	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.466	8471	
Fev/98	20/02/98	81.000	4.500	85.500	NILSON FERNANDES	NILSON FERNANDES	2.469	8800	
Mar/98	11/03/98	70.000	4.000	74.000	CLEUZA/EDGARD/MIRALDI	EDGARD LA SALVIA	2.470	9453	
Abr/98	02/04/98	70.000	4.300	74.300	CLEUZA/EDGARD/MIRALDI	CLEUZA MARIA L. DE SOUZA	2.473	9788	
Mai/98	11/05/98	67.490	3.744	71.234	ALESSANDRI/CLEUZA/EDGARD	JOÃO HERBERT ALESSANDRI	2.475	10241	
Jun/98	25/05/98	70.158	4.051	74.209	ALESSANDRI/EDGARD	NÃO IDENTIFICÁVEL	2.476	10438	
Jul/98	29/06/98	65.882	3.695	69.577	ALESSANDRI/EDGARD	JOSÉ CARLOS DE LIMA	2.478	10927	
Ago/98	28/07/98	54.372	3.439	57.811	ALESSANDRI/EDGARD	JOSÉ CARLOS DE LIMA		11253	
Set/98	27/08/98	66.872	3.761	70.633	ALESSANDRI/EDGARD	PAULO S DE OLIV PRETO		11686	
Out/98	30/09/98	67.823	3.576	71.399	ALESSANDRI/EDGARD	JOSÉ CARLOS DE LIMA	2.484	12025	
Nov/98	30/10/98	69.054	3.586	72.640	ALESSANDRI	JOSÉ CARLOS DE LIMA	2.486	12440	
Dez/98	27/11/98	70.533	3.658	74.191	ALESSANDRI/EDGARD	JOSÉ CARLOS DE LIMA	2.488	12820	
TOTAL		810.426	45.310	855.736					

*[Handwritten signatures and initials on the right side of the table]*

27.3.1 NOTAS DA CEI: Até fevereiro de 1998, as requisições eram assinadas somente pelo servidor Nilson Fernandes. Com a saída do servidor Nilson Fernandes, que coincide com o período de levantamentos sobre vales-transportes pela ex-servidora Cleuza Maria Leme de Souza, as requisições passam a ser assinadas não só por um servidor da Divisão de Recursos Humanos, mas também pelo Diretor do Departamento Administrativo. A CEI observa que, coincidentemente, conforme será constatado no quadro do item , a partir de março de 1998 a diferença entre vales comprados e vales entregues diminui absurdamente. Em 1999, conforme se vê no próximo quadro, a Prefeitura altera totalmente o sistema de requisição de vales-transporte, atribuindo-as às Secretarias Municipais, ou seja, cada secretaria passa a requisitar os vales-transportes de sua necessidade, descentralizando o serviço da Divisão de Recursos Humanos.

*[Large handwritten signature at the bottom right]*

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 1022/99

Fls. 59

a)

C. M. E. B. P.

PROT. GERAL Nº 358/99

Fls. 583



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

27.4 - REQUISIÇÕES DO ANO DE 1999								
REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO e RURAL	INTERMUNICIPAL	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA	FOLHA DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
Jan/99	06/01/99	63.742	3.380	67.122	EDGAR LA SALVIA	JOSÉ CARLOS DE LIMA		13478
Fev/99	26/01/99	1.000		1.000	AGNI ARIEL LIBERA	FERNANDO V. DA CRUZ	2.493	13711
Fev/99	03/02/99	66.364	3.366	69.730	EDGAR LA SALVIA	LUCIANA D.VASCONCELOS	2.492	13854
<b>SUBTOTAL FEV 99</b>		<b>67.364</b>	<b>3.366</b>	<b>70.730</b>				
Mar/99	01/03/99	12.848	528	13.376	REGINA/HUGUETTE	REGINA A. M. ACEDO	2.496	14205
Mar/99	01/03/99	1.892	110	2.002	REGINA/HUGUETTE	REGINA A. M. ACEDO	2.497	
Mar/99	01/03/99	17.314	462	17.776	REGINA/HUGUETTE	REGINA A. M. ACEDO	2.498	14203
Mar/99	02/03/99	17.200	1.760	18.960	DALVA M. VERONESI	DALVA M. VERONESI	2.499	14201
<b>SUBTOTAL MAR 99</b>		<b>49.254</b>	<b>2.860</b>	<b>52.114</b>				
Abr/99	30/03/99	1.000	120	1.120	YVETE A. MUCCI	REGINA A. M. ACEDO	2.501	14205
Abr/99	30/03/99		40	40	YVETE A. MUCCI	REGINA A. M. ACEDO	2.502	14205
Abr/99	30/03/99	10.760	400	11.160	REGINA/HUGUETTE	REGINA A. M. ACEDO	2.503	14606
Abr/99	30/03/99	8.880	920	9.800	REGINA/HUGUETTE	REGINA/HUGUETTE	2.504	14605
Abr/99	01/04/99	15.760	1.480	17.240	AGNI ARIEL LIBERA	RAMIRO	2.505	14604
<b>SUBTOTAL ABR 99</b>		<b>35.400</b>	<b>2.960</b>	<b>39.360</b>				
Mai/99	28/04/99	13.640	480	14.120	REGINA/HUGUETTE	HUGUETTE/REGINA	2.507	14873
Mai/99	28/04/99	10.000	1.000	11.000	REGINA/HUGUETTE	HUGUETTE/REGINA	2.508	14879
Mai/99	29/04/99	1.560	120	1.680	REGINA/YVETE	HUGUETTE/REGINA	2.509	14875
Mai/99	30/04/99	7.600	240	7.840	MARCUS A. S. LEME	MANOEL D. BORGES	2.510	14871
Mai/99	03/05/99	13.954	936	14.890	AGNI ARIEL LIBERA	DALVA M. VERONESI	2.511	14876 (*)
<b>SUBTOTAL MAI 99</b>		<b>46.754</b>	<b>2.776</b>	<b>49.530</b>				
<b>TOTAL ATÉ MAIO DE 1999</b>				<b>278.856</b>				

(\*) Os dados da requisição e do recibo divergem porque na requisição o total de vales-transporte foi arredondado para compatibilização com o a quantidade constante de cada embalagem - é o que a CEI deduz.





**COMPARATIVO DE QUANTIDADE DE VALE-TRANSPORTE CONSTANTE DE RECIBOS DA EMPRESA FORNECEDORA COM A QUANTIDADE REQUISITADA PELA PREFEITURA E A TOTALIZAÇÃO DA LISTA DE ENTREGA DE VALES AOS SERVIDORES DA PREFEITURA.**

(Totalização das listagens a que se refere a etapa 5 da síntese do item 26, comparadas com a requisição a que se refere a etapa 3 e com os recibos da empresa referidos na etapa 8 da síntese)

**28.1 - DO ANO DE 1995**

MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE VALES DA REQUISIÇÃO	NÚMERO DO RECIBO	RECIBO DA EMPRESA		VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	TOTAL DE VALES DA LISTA DE ENTREGA	DIFERENÇA ENTRE RECIBO e ENTREGA	TOTAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA	TOTAL DE USUÁRIOS DE VALE SEGUNDO A LISTA DE ENTREGA
			RECIBO DA EMPRESA	VALOR - R\$						
Jan/95	19.575	26.518,56	78.808	1.560	19.922	29.814,88	86.359		1.621	
Fev/95		20.219	30.447,98	1.705	20.978	34.111,54	99.254		1.738	
Mar/95		20.645	33.898,50	1.789	21.411	35.209,26	102.584		1.789	
Abr/95		21.740	52.625,34	1.809	21.740	52.625,34	114.138	LISTA INCOMPLETA	1.809	PREJUDICADO
(*)Jul/95	114.138				22.127	54.042,24	114.150	LISTA INCOMPLETA	1.806	LISTA INCOMPLETA
Ago/95	114.150				22.529	54.117,54	114.288	PREJUDICADA	1.841	PREJUDICADO
Set/95	114.288				22.906	55.111,98	116.404	PREJUDICADA	1.817	PREJUDICADO
Out/95	116.404				23.301	55.055,82	117.124	PREJUDICADA	1.809	PREJUDICADO
Nov/95	117.124				23.685	56.494,62	119.644	PREJUDICADA	1.785	PREJUDICADO
Dez/95	119.644				517.448,26	1.251.469				
<b>TOTAL DO ANO</b>										

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Valores da requisição: fis. 3593 a 3599
- Dados do recibo da empresa: fis. 2636, 2637, 2639, 2641, 2643, 2645, 2647, 2649, 2651, 2653, 2655 e 2657.
- Total de servidores da Prefeitura: fis. 4482

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358.A9  
 Fls. 5834

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 1022.94  
 Fls. 60  
 a) M

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top left: "W" (initials)  
 - Middle left: "L" (initials)  
 - Bottom left: "L" (signature)  
 - Bottom left: "L" (signature)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – VALE-TRANSPORTE

28.2 – DO ANO DE 1996

MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE VALES DA REQUISIÇÃO	RECIBO DA EMPRESA			TOTAL DE VALES DA LISTA DE ENTREGA	DIFERENÇA ENTRE RECIBO e ENTREGA	TOTAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA	TOTAL DE USUÁRIOS DE VALE SEGUNDO A LISTA DE ENTREGA	
		NÚMERO DO RECIBO	VALOR – R\$	TOTAL DE VALES				Geral	Normal
Jan/96	100.496	24053	47.182,74	100.496	53.293	47.203	1.809	933	722
Fev/96	116.716	24428	55.256,58	116.716	79.473	37.243	1.889	1201	1120
Mar/96	117.716	24.801	55.542,30	117.716	88.041	29.675	1.942	1295	1233
Abr/96	127.588	394	60.314,40	127.588	93.532	34.056	1.962	1352	1318
Mai/96	132.192	792	62.554,92	132.192	95.384	36.808	1.499	1427	1325
Jun/96	131.726	1.187	62.123,46	131.726	99.110	32.616	1.512	1423	1368
Jul/96	135.064	1.601	82.501,44	135.064	94.326	40.738	1.511	1428	1357
Ago/96	133.508	1.997	81.430,32	133.508	97.112	36.396	1.524	1386	1326
Set/96	131.268	2.412	80.835,04	131.268	96.206	35.062	1.992	1369	1322
Out/96	129.080	2.819	79.485,28	129.080	99.470	29.610	2.067	1404	1361
(*)Nov/96	132.356	3.220	81.238,08	132.356	85.118	47.238	2.027	1220	1168
Dez/96	134.318	3.605	82.623,60	134.318	97.944	36.374	1.977	1451	1334
<b>TOTAL DO ANO</b>	<b>1.522.028</b>	-	<b>831.088,16</b>	<b>1.522.028</b>	<b>1.079.009</b>	<b>443.019</b>	-	-	-

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Vales da requisição: 3599, 3600, 2426, 2428, 2430, 2432, 2434, 2436, 2438, 2440, 2442, 2444, 2445.
- Dados do recibo da empresa: . 2659, 2662, 2663, 2666, 2668, 2670, 2672, 2673, 2676, 2678, 2679 e 2682.
- Total de vales e total de usuários da lista de entrega : 4561, 4564, 4567, 4570, 4573, 4576, 4579, 4585, 4591, 4598, 4604 e 4611.
- Total de servidores da Prefeitura: 4482

(\*) Em novembro, conforme fls. 2442 e 2444, houve duas requisições à empresa, sendo a segunda de caráter complementar. O total da tabela refere-se ao total das duas requisições.

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5825

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 61  
a)



U. IVI. L. U. I. I.  
 PROT. GERAL Nº 1022/99  
 Fls. 62  
 a) m

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358/99  
 Fls. 5836



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – VALE-TRANSPORTE

*[Handwritten signature]*

28.3 – DO ANO DE 1997

MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE VALES DA REQUISIÇÃO	RECIBO DA EMPRESA			TOTAL DE VALES DA LISTA DE ENTREGA	DIFERENÇA ENTRE RECIBO e ENTREGA	TOTAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA	TOTAL DE USUÁRIOS DE VALE SEGUNDO A LISTA DE ENTREGA	
		NÚMERO DO RECIBO	VALOR – R\$	TOTAL DE VALES				Geral	Normal
Jan/97	96.172	3.986	68.392,48	96.172	54.714	41.458	1.946	1333	1279
Fev/97	125.988	4.381	89.466,72	125.988	86.472	39.516	1.943	1252	1212
Mar/97	120.488	4.720	85.616,72	120.488	83.624	36.864	1.859	1279	1232
Abr/97	105.278	5.050	74.421,80	105.278	-	-	-	-	-
Abr/97	600	5.109	528,00	600	-	-	-	-	-
<b>Total abril</b>	105.878	-	-	105.878	61.184	44.694	1.851	889	872
Mai/97	74.948	5.346	53.335,88	74.948	66.444	8.504	1.778	1020	966
Jun/97	63.784	5.793	45.399,40	63.784	61.548	2.236	1.768	899	864
Jul/97	81.786	6.155	58.074,24	81.786	57.827	23.959	1.766	994	981
Ago/97	84.190	6.569	59.759,20	84.190	-	-	0	-	-
Ago/97	7.440	6.623	5.208,00	7.440	-	-	0	-	-
<b>Total agosto</b>	91.630	-	-	91.630	67.838	23.792	1.763	1006	999
Set/97	82.822	6.899	66.990,80	82.822	65.418	17.404	1.728	979	919
Out/97	82.854	7.334	67.077,20	82.854	59.131	23.723	1.719	978	929
Nov/97	81.642	7.723	66.175,60	81.642	63.794	17.848	1.774	952	908
Dez/97	75.944	8.199	61.449,60	75.944	51.259	24.685	1.709	872	833
<b>TOTAL DO ANO</b>	<b>1.083.936</b>	-	<b>801.895,64</b>	<b>1.083.936</b>	<b>779.253</b>	<b>304.683</b>	-	-	-

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Vales da requisição: 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2454, 2456, 2457, 2459, 24602462 e 2464.
- Dados do recibo da empresa: . 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2690, 2692, 2693, 2694, 2696, 2698, 2701 e 2703.
- Total de vales e total de usuários da lista de entrega : 4624, 4630, 4637, 4643, 4649, 4655, 4661, 4668, 4674, 4680, 4685 e 4690.
- Total de servidores da Prefeitura: 4482

Nos meses de abril e agosto de 1997 houve pedido complementar de vale-transporte. Na totalização da lista de entrega consta , às fls.4613 a 4618 dos autos, relação que exclui funcionários de férias da educação da listagem do mês de janeiro de 1997.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358  
 Fls. 5833



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 1022/99  
 Fls. 63  
 a)

28.4 - DO ANO DE 1998										
MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE VALES DA REQUISIÇÃO	RECIBO DA EMPRESA			TOTAL DE VALES DA LISTA DE ENTREGA	DIFERENÇA ENTRE RECIBO e ENTREGA	TOTAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA	TOTAL DE USUÁRIOS DE VALE SEGUNDO A LISTA DE ENTREGA		
		NÚMERO DO RECIBO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES				Geral	Normal	
Jan/98	60.242	8.471	48.793,60	60.242	29.786	30.456	1.284	472	412	
Fev/98	85.500	8.800	69.300,00	85.500	63.808	21.692	1.732	968	945	
Mar/98	74.000	9.453	60.000,00	74.000	70.558	3.442	1.643	1037	990	
Abr/98	74.300	9.788	60.300,00	74.300	70.893	3.407	1.689	1064	1017	
Mai/98	71.234	10.241	57.736,00	71.234	70.870	364	1.677	1051	1014	
Jun/98	74.209	10.438	60.177,40	74.209	70.130	4.079	1.678	1064	1001	
Jul/98	69.577	10.927	56.400,60	69.577	67.942	1.635	1.683	1056	946	
Ago/98	57.811	11.253	46.936,60	57.811	69.714	(11.903)	1.732	1048	1000	
Set/98	70.633	11.686	57.258,60	70.633	71.248	(615)	1.726	1086	1049	
Out/98	71.399	12.025	57.834,40	71.399	71.089	310	1.722	1082	1053	
Nov/98	72.640	12.440	58.829,20	72.640	72.532	108	1.723	1091	1068	
Dez/98	74.191	12.820	60.084,40	74.191	64.410	9.781	1.705	1065	1014	
<b>TOTAL</b>	<b>855.736</b>	-	<b>693.650,80</b>	<b>855.736</b>	<b>792.980</b>	<b>62.756</b>	-	-	-	

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Vales da requisição: 2466, 2469, 2470, 2473, 2475, 2476, 2478, 2480, 2482, 2484, 2486 e 2488.
- Dados do recibo da empresa: 2704, 2706, 2708, 2711, 2713, 2715, 2717, 2719, 2721, 2722, 2725 e 2726.
- Total de vales e total de usuários da lista de entrega : 4696, 4701, 4707, 4713, 4716, 4719, 4722, 4725, 4728, 4731, 4734 e 4737.
- Total de servidores da Prefeitura: 4482

*[Handwritten signatures and initials]*

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358/99  
 Fls. 58/58



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 1022/99  
 Fls. 64  
 a)

MÊS DE REFERÊNCIA	TOTAL DE VALES DA REQUISIÇÃO	RECIBO DA EMPRESA			TOTAL DE VALES DA LISTA DE ENTREGA	DIFERENÇA ENTRE RECIBO e ENTREGA	TOTAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA	TOTAL DE USUÁRIOS DE VALE SEGUNDO A LISTA DE ENTREGA	
		NÚMERO DO RECIBO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES				Geral	Normal
Jan/99	67.122	13.748	54.373,60	67.122	72.282	(5.160)	Não consta	1097	1041
Fev/99	69.730	13.854	56.457,20	69.730					
(*) Fev/99	1.000	13.711	800,00	1.000					
<b>Total fev/99</b>	<b>70.730</b>		<b>57.257,20</b>	<b>70.730</b>	<b>60.348</b>	<b>10.382</b>	<b>Não consta</b>	<b>1040</b>	<b>997</b>
Mar/99	13.376	14.205	10.806,40	13.376					
Mar/99	2.002	14.202	1.623,60	2.002					
Mar/99	17.776	14.203	14.313,20	17.776					
Mar/99	18.960	14.201	15.520,00	18.960					
<b>Total mar/99</b>	<b>52.114</b>		<b>42.263,20</b>	<b>52.114</b>	<b>59.243</b>	<b>(7.129)</b>	<b>Não consta</b>	<b>1026</b>	<b>875</b>
Abr/99	1.120								
Abr/99	40 (complem.)								
<b>Subtotal</b>	<b>1.160</b>	<b>14.603</b>	<b>960,00</b>	<b>1.160</b>					
Abr/99	17.240	14.604	14.088,00	17.240					
Abr/99	9.800	14.605	8.024,00	9.800					
Abr/99	11.160	14.606	9.008,00	11.160					
<b>Total abr/99</b>	<b>39.360</b>		<b>32.080,00</b>	<b>39.360</b>					
Mai/99	14.120	14.873	11.392,00	14.120					
Mai/99	11.000	14.874	9.000,00	11.000					
Mai/99	1.680	14.875	1.368,00	1.680					
Mai/99	7.840	14.871	6.320,00	7.840					
Mai/99	14.920	14.876	12.128,00	14.920					
<b>Total mai/99</b>	<b>49.560</b>		<b>40.208,00</b>	<b>49.560</b>					

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Vales da requisição : 2490, 2492, 2493, 2496, 2497, 2498, 2499, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2507, 2.508, 2.509, 2510, 2511.
- Dados do recibo da empresa: 2729, 2732, 2735, 2736, 2737, 2738, 2739, 2740, 2741, 2743, 2744, 2745, 2746 e 2747.
- Total de vales e total de usuários da lista de entrega : 4741, 4744 e 4747. (As planilhas de listas de entrega recebidas pela CEI vão até março de 1999)
- Total de servidores da Prefeitura: 1999 não constou da tabela remetida pela Prefeitura. (fl. 2482)

(\*) O número de vales da requisição, fls. 2493 dos autos, foi extraído de requisição interna de materiais e não de requisição de vales à empresa.

*Handwritten signatures and initials:*  
 J. F. S. (top)  
 M. (middle)  
 M. (bottom)



C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº. 10221/99  
 Fls. 65  
 a)

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº. 358/99  
 Fls. 5879



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

*[Handwritten signature]*

**29 LISTAGEM DE EMPENHOS E ORDENS DE PAGAMENTO**  
 (Correspondente aos documentos da etapa 8 da síntese do item 26)

29.1 DO ANO DE 1995										
REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FOLHA DOS AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR - R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR - R\$	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/95	17	2/1/95	26.518,56	131	9/2/95	26.518,56	19.575	26.518,56	78.808	2979/2983
Fev/95	506	31/1/95	29.814,88	422	15/2/95	29.814,88	19.922	29.814,88	86.359	2984/2988
Mar/95	1301	24/1/95	30.447,98	993	1/3/95	30.447,98	20.219	30.447,98	90.148	3001/3005
Abr/95	2184	31/3/95	33.898,50	1780	18/4/95	33.898,50	20.645	33.898,50	98.568	3012/3016
Mai/95	2985	28/4/95	34.111,54	2522	10/5/95	34.111,54	20.978	34.111,54	99.254	3017/3021
Jun/95	4035	1/6/95	35.209,26	3908	23/6/95	17.604,63	21.411	35.209,26	102.584	3022/3024
				3438	13/7/95	17.604,63				3048/3052
				TOTAL JUN		35.209,26				
Jul/95	4724	4/7/95	52.625,34	4151	13/7/95	52.625,34	21.740	52.625,34	114.138	3043/3047
Ago/95	5382	31/7/95	54.042,24	4811	15/8/95	54.042,24	22.127	54.042,24	114.150	3065/3069
Set/95	6472	5/9/95	54.117,54	5819	9/11/95	54.117,54	22.529	54.117,54	114.288	3082/3086
Out/95	6911	29/9/95	55.111,98	6359	9/11/95	55.111,98	22.906	55.111,98	116.404	3087/3091
Nov/95	7940	10/11/95	55.055,82	7271	26/12/95	55.055,82	23.301	55.055,82	117.124	3098/3102
Dez/95	8653	7/12/95	56.494,62	7990	14/2/96	56.494,62	23.685	56.494,62	119.644	3109/3112
<b>TOTAL</b>			<b>517.448,26</b>			<b>517.448,26</b>		<b>517.448,26</b>	<b>1.251.469</b>	

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358/1  
 5880



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 1082/99  
 Fs. 06  
 a)

29.2 DO ANO DE 1996

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FOLHA DOS AUTOS	
	NÚMERO	DATA	VALOR - R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR - R\$	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES		
Jan/96	15	2/1/96	47.182,74	116	08/3/96	47.182,74	24.053	47.182,74	100.496	3113/3117	
Fev/96	556	31/1/96	55.256,58	702	5/2/96	55.256,58	24.428	55.256,58	116.716	3118/3122	
Mar/96	1338	29/2/96	55.542,30	1414	7/4/96	27.771,15	24.801	55.542,30	117.716	3123/3126	
				2612	16/1/97	24.335,29				3137/3139	
				165	18/3/97	3.435,86				3144/3146	
				TOTAL MAR						55.542,30	
				2375	21/10/96	8.388,19					3127/3130
Abr/96	2393	1/4/96	60.314,40	7059	20/2/97	21.462,05	394	60.314,40	127.588	3140/3143	
				457	18/3/97	30.464,16				3152/3155	
				TOTAL ABR						60.314,40	
				3216	18/4/97	27.823,33					3170/3173
Mai/96	3218	9/5/96	62.554,92	1270	22/4/97	34.731,59	792	62.554,92	132.192	3174/3178	
				TOTAL MAI						62.554,92	
				3869	22/4/97	11.768,41					3179/3182
Jun/96	3631	31/5/96	62.123,46	1309	20/5/97	48.000,00	1187	62.123,46	131.726	3190/3193	
				2331	08/7/98	2.355,05				3367,3368,3396	
				TOTAL						62.123,46	
				4754	09/10/98	19.155,28					4888/4899
Jul/96	4765	08/7/96	82.501,44	2624	14/7/97	47.854,20	1601	82.501,44	135.064	3203/3204	
				3187	20/8/97	28.000,00				3209/3210	
				3646	23/9/97	5.576,12				3216/3222	
				TOTAL						81.430,32	
				3646	23/9/97	22.423,88					3233/3238
Ago/96	5624	19/8/96	81.430,32	4237	20/10/97	28.000,00	1997	81.430,32	133.508	3247/3250	
				4763	29/11/97	28.000,00				3259/3262	
				2331	08/7/98	2.411,16				3367,3368,3398 e 3399	
				TOTAL						80.835,04	
				5306	22/12/97	28.000,00					3271/3274
Set/96	6282	10/9/96	80.835,04	5538	30/1/98	28.000,00	2412	80.835,04	131.268	3285/3288	
				217	20/2/98	23.485,28				3289/3294	
				TOTAL						79.485,28	
				217	20/2/98	23.485,28					
Nov/96	NÃO HÁ DOCUMENTOS			NÃO HÁ DOCUMENTOS			3220	81.238,08	132.356		
Dez/96	8245	20/12/96	82.623,60	217	20/2/98	4.514,72	3605	82.623,60	134.318	3289/3294	
				218	20/2/98	28.000,00				3303/3306	
				1305	22/4/98	28.000,00				3321/3328	
				1902	26/2/98	22.108,80				3336/3358	
				2331	08/7/98	0,08				3367 e 3368	
				TOTAL						82.623,60	

NOTAS DA CEI: Não vieram todas as ordens de pagamento do mês de julho e não veio nenhuma de dezembro.

*[Handwritten signatures and notes on the right margin]*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P. 99  
PROT. GERAL Nº 3581/99

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fs. 67  
a) M.

29.3 DO ANO DE 1997

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FLS. AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR - R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR - R\$	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/97	116	17/1/97	68.392,48	251	06/3/97	68.392,48	3.986	68.392,48	96.172	3147/3151
Fev/97	831	28/2/97	89.466,72	882	26/3/97	89.466,72	4.381	89.466,72	125.988	3156/3162
Mar/97	979	7/3/97	85.616,72	1261	18/4/97	85.616,72	4.720	85.616,72	120.488	3163/3169
Abr/97	1736	28/4/97	74.068,90	1486	12/5/97	74.068,90	5.050	74.421,80	105.278	3183/3188
			+880,90			+880,90	5.109	+528,00	600	
			74.949,80			74.949,80	TOTAL	74.949,80	105.878	
Mai/97	2434	30/5/97	52.405,12	1956	5/6/97	52.405,12	5.346	53.335,88	74.948	3194/3198
			930,76			+930,76				
			53.335,88			53.335,88				
Jun/97	2708	25/6/97	45.399,40	2338	30/6/97	45.399,40				3199/3202
Jul/97	3632	30/7/97	57.769,99	3018	06/8/97	57.769,99	6.155	58.074,24	81.786	3211/3215
			+304,25			+304,25				
			58.074,24			58.074,24				
Ago/97	4168	29/8/97	59.401,00	3433	04/9/97	59.401,00	6.569	59.759,20	84.190	3223/3227
			+358,20			+358,20				
	4336	9/9/97	5.208,00	3.652	16/9/97	5.208,00	6.623	5.208,00	7.440	3228/3232
Set/97	4377	12/9/97	239.800,00	4014	08/10/97	66.693,04	6899	66.990,80	82.822	3239/3246
+297,76										
66.990,80										
Out/97	4377	12/9/97	239.800,00	4734	12/11/97	66.774,07	7334	67.077,20	82.854	3251/3258
+303,13										
67.077,20										
Nov/97	4377	12/9/97	239.800,00	5118	12/12/97	65.828,83	7.723	66.175,60	81.642	3263/3270
+346,77										
66.175,60										
Dez/97	6405 (compl. emp. 4377)	31/12/97	20.598,77	5668	21/1/98	61.102,83	8.199	61.449,60	75.944	3275/3284
					+346,77					
					61.449,60					
<b>TOTAL</b>			<b>800.601,21</b>			<b>801.895,64</b>				

NOTA DA CEI: A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EMPENHADO E O VALOR PAGO (SENDO ESTE O MAIOR), DE R\$ 1.294,43, CORRESPONDE AO VALOR DESCONTADO DE SERVIDORES, DO PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1997.

*[Handwritten signatures and notes on the right side of the page]*



PROT. GERAL N.º 1099/99  
 FR. 68  
 a)

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL N.º 358/99  
 Fl. 5882  
 R



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

29.4 DO ANO DE 1998

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEN DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FOLHAS DOS AUTOS		
	NÚMERO	DATA	VALOR	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES			
Jan/98	669	19/2/98	404.520,00	613	22/4/98	48.449,67	8471	48.793,60	60.242	3313/3320		
						+343,93						
						<b>48.793,60</b>						
Fev/98				756	16/3/98			68.399,33	8.800	69.300,00	85.500	3295/3302
								+ 900,67				
								<b>69.300,00</b>				
Mar/98				1214	14/4/98			60.000,00	9.453	60.000,00	74.000	3307//3312
Abr/98				1822	15/5/98			58.754,88	9.788	60.300,00	74.300	3329/3335
								+1.545,12				
								<b>60.300,00</b>				
Mai/98	2385	22/6/98			56.101,23	10.241	57.736,00	71.234	3359/3366			
					1.634,77							
					<b>57.736,00</b>							
Jun/98	2987	28/7/98			58.444,82	10.438	60.177,40	74.209	3407/3413			
					1.732,58							
					<b>60.177,40</b>							
Jul/98	669	19/2/98	Saldo	3415	24/8/98	56.400,60	10.927	56.400,60	69.577	3414/3422		
	3256	22/7/98	2.030,53									
Ago/98	3763	16/10/98			45.362,41	11.253	46.936,60	57.811	3423/3429			
					+1.574,19							
					<b>46.936,60</b>							
Set/98	4555	22/12/98			55.769,67	11.686	57.258,60	70.633	3430/3435			
					+1.488,93							
					<b>57.258,60</b>							
Out/98	5127	27/1/99	390.000,00		56.395,71	12.025	57.834,40	71.399	3436/3442			
					+1.438,69							
					<b>57.834,40</b>							
Nov/98	5678	08/3/99			57.340,62	12.440	58.829,20	72.640	3443/3448			
					+1.488,58							
					<b>58.829,20</b>							
Dez/98	6477	12/3/99			58.642,97	12.820	60.084,40	74.191	3449/3455			
					+1.441,43							
					<b>60.084,40</b>							
<b>TOTAL</b>			<b>796.550,53</b>			<b>693.650,80</b>		<b>693.650,80</b>	<b>855.736</b>			

NOTA DA CEI: A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EMPENHADO E O VALOR PAGO, REFERENTES AOS EMPENHOS 669 E 3256, A DIFERENÇA DE R\$6.157,07 CORRESPONDE AO VALOR DESCONTADO DE SERVIDORES, DO PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1998.  
 - EM RELAÇÃO AO EMPENHO 351 (A PARTIR DE AGOSTO), FORAM UTILIZADOS ATÉ DEZEMBRO DE 1998 R\$280.943,20, RESTANDO R\$ 109.056,80. SALDO DESSE EMPENHO FOI UTILIZADO EM 1999.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358/99  
 Fls. 588.3



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

29.5 DO ANO DE 1999

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FLS. AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/99	3541	07/8/98	390.000,00	410	31/3/99	52.997,16	13.748	54.373,60	67.122	3518/3523
						+1.376,44				
						<b>54.373,60</b>				

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 1022/99  
 Fls. 69  
 a)

*Handwritten signatures and initials:*  
 - A large signature on the right side.  
 - Initials "PM" and "Vally" on the left side.  
 - A signature "M" at the bottom right.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358  
 Fls. 5884



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

30 GUARDA MIRIM: REQUISIÇÕES DE VALES-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 10221/99  
 Fls. 70  
 a)

30.1 - DO ANO DE 1996								FOLHAS DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO	VARGEM	MORRO GRANDE	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA		
Mar/96	27/02/96	5.450	50	-	5.500	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.427	24802
Abr/96	27/03/96	5.700	-	-	5.700	AMAURI SODRÉ DA SILVA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.429	392
Mai/96	29/04/96	5.800	-	-	5.800	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.431	791
Jun/96	30/05/96	5.700	-	-	5.700	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.433	1186
Jul/96	28/06/96	5.000	-	-	5.000	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.435	1600
Ago/96	29/07/96	5.900	-	-	5.900	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.437	1998
Set/96	28/08/96	6.500	-	-	6.500	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.439	2411
Out/96	30/09/96	6.100	-	-	6.100	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.441	6100
Nov/96	29/10/96	5.900	-	-	5.900	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.443	3221
Dez/96	29/11/96	5.800	-	-	5.800	CLÁUDIO ED. GONZAGA	MÁRCIO B. RODRIGUES	2.446	3604

NOTA DA CEI: não totalizada por falta de requisições de janeiro e fevereiro de 1996.

30.2 - DO ANO DE 1997								FOLHAS DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO	VARGEM	MORRO GRANDE	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA		
Jun/97	27/05/97	4.250	-	-	4.250	MARCUS A. DA S. LEME	ROBSON J L LIMA	2.453	5536
Jul/97	30/06/97	4.100	-	-	4.100	MARCUS A. DA S. LEME	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.455	6116
Out/97	17/10/97	3.960	-	-	3.960	JOSÉ PAULO M. STEPHAN	NÃO CONSTA	2.461	7521
Nov/97	03/11/99	3.960	-	-	3.960	JOSÉ PAULO M. STEPHAN	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.463	7607
Dez/97	03/12/99	3.960	-	-	3.960	JOSÉ PAULO M. STEPHAN	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.465	8091

NOTA DA CEI: Em 1997 houve interrupção do fornecimento de vales-transporte à Guarda Mirim nos primeiros meses.

*Vale*

*Marcus*





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/98  
FM. 5885

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 71  
a) m.

**30.3 - DO ANO DE 1998**

REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO e RURAL	INTERMUNICIPAL	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA	FOLHA DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
Jan/98	19/01/98	4.450	-	4.450	ROBERVAL CASAGRANDE	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.467	8698
Fev/98	04/02/98	4.450	-	4.450	JOSÉ PAULO M. STEPHAN	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.468	8898
Mar/98	17/03/98	3.900	-	3.900	JOSÉ PAULO M. STEPHAN	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.471	9494
Abr/98	01/04/98	3.900	-	3.900	JOSÉ PAULO M. STEPHAN	ROBSON JOSÉ L DA SILVA	2.472	9558
Mai/98	04/05/98	3.900	-	3.900	ROBERVAL CASAGRANDE	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.474	10009
Jun/98	01/06/98	3.900	-	3.900	ROBERVAL CASAGRANDE	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.477	10437
Jul/98	01/07/98	3.900	-	3.900	ROBERVAL CASAGRANDE	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.479	10840
Ago/98	03/08/98	3.900	-	3.900	ROBERVAL CASAGRANDE	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.480	11251
Set/98	01/09/98	2.500	-	2.500	ROBERVAL CASAGRANDE	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.482	11645
Out/98	01/10/98	2.500	-	2.500	YVONE B. BIASETTO	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.485	12026
Nov/98	03/11/98	3.100	-	3.100	YVONE B. BIASETTO	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.487	12439
Dez/98	09/12/98	3.150	-	3.150	YVONE B. BIASETTO	CLÁUDIO ED. GONZAGA	2.489	13008
<b>TOTAL</b>		<b>43.550</b>	-	<b>43.550</b>				

*J. Valle*

**30.4 - DO ANO DE 1999**

REFERÊNCIA	DATA DA REQUISIÇÃO	URBANO e RURAL	INTERMUNICIPAL	TOTAL	ASSINATURA DA REQUISIÇÃO	ASSINATURA DE RETIRADA NA EMPRESA	FOLHA DOS AUTOS	RECIBO DA EMPRESA
Jan/99	08/01/99	2.000	-	2.000	JORGE PEREIRA DE LIMA	JORGE P. DE LIMA	2.491	13363
Fev/99	05/02/99	2.000	-	2.000	YVONE B. BIASETTO	YVONE B. BIASETTO	2.495	13710
Mar/99	11/03/99	2.068	-	2.068	YVONE/MARCUS LEME	YVONE/MARCUS LEME	2.500	14164
Abr/99	20/04/99	2.100	-	2.100	MARCUS LEME	MARCUS LEME	2.506	14622
Mai/99	12/05/99	1.950	-	1.950	CLÁUDIO/YVONE	CLÁUDIO/YVONE	2.512	14970
<b>TOTAL ATÉ MAIO</b>		<b>10.118</b>		<b>10.118</b>				

*M. Tranj*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 588/6

31 GUARDA-MIRIM: COMPARATIVO DE DADOS DE REQUISIÇÕES, LISTA DE ENTREGA E RECIBOS DA EMPRESA  
(Nota da CEI: os dados referentes à Guarda Mirim não estão considerados nas conclusões da parte III deste relatório)

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 72  
a) M

31.1 DO ANO DE 1995							
REFERÊNCIA	RECIBOS DA EMPRESA			LISTA DE ENTREGA	VALES DA REQUISIÇÃO (*)	DIFERENÇA LISTA X RECIBO	GUARDINHAS INSCRITOS
	NÚMERO DO RECIBO	TOTAL DE VALES	VALOR - R\$				
Jan/95	19.574	5.800	1.902,50	5.514	5.800	286	64
Fev/95	19.933	5.000	1.631,00	4.806	5.000	194	65
Mar/95	20.292	4.800	1.567,00	5.204	4.800	(404)	70
Abr/95	20.670	5.600	1.823,00	5.548	5.600	52	68
Mai/95	21.308	5.500	1.791,00	5.481	5.500	19	68
Jun/95	21.412	5.300	1.711,50	5.241	5.300	59	63
Jul/95	21.782	5.300	2.401,50	5.364	5.300	(64)	68
Ago/95	22.152	5.100	2.328,00	5.291	5.100	(191)	69
Set/95	22.530	5.500	2.508,00	4.848	5.500	652	63
Out/95	22.907	5.300	2.418,00	4.549	5.300	751	58
Nov/95	23.302	4.400	1.996,50	4.682	4.400	(282)	64
Dez/95	23.686	5.300	2.401,50	5.276	5.300	24	63
<b>TOTAL DO ANO</b>		<b>62.900</b>	<b>24.479,50</b>	<b>61.804</b>	<b>62.900</b>	<b>1.096</b>	

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos: Recibos da empresa: 2.635 a 2.658. - Número de guardinhas usuários do benefício: 4.481. - (\*) TOTAL DE VALES DA REQUISIÇÃO: DO ANO DE 1995 NÃO CONSTAM DOS AUTOS REQUISIÇÕES DIRIGIDAS PELA GUARDA MIRIM À EMPRESA. FORAM UTILIZADOS DADOS DO FORMULÁRIO PEDIDO DE MATERIAL, que fazem parte dos documentos de empenhos.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022, 99  
Fls. 73  
a)

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358, 99  
Fls. 588  
a)

31.2 DO ANO DE 1996							
REFERÊNCIA	RECIBOS DA EMPRESA			LISTA DE ENTREGA	VALES DA REQUISIÇÃO	DIFERENÇA LISTA X RECIBO	GUARDINHAS INSCRITOS
	NÚMERO DO RECIBO	TOTAL DE VALES	VALOR - R\$				
Jan/96	24.054	5.450	2.452,50	5.008	5.450	442	62
Fev/96	24.427	5.500	2.491,50	5.266	5.500	234	66
Mar/96	24.802	5.500	2.491,50	4.944	5.500	556	65
Abr/96	392	5.700	2.565,00	5.522	5.700	178	69
Mai/96	791	5.800	2.610,00	NÃO VEIO	5.800	-	70
Jun/96	1.186	5.700	2.565,00	6.069	5.700	(369)	67
Jul/96	1.600	5.000	3.000,00	5.416	5.000	(416)	68
Ago/96	1.998	5.900	3.540,00	NÃO VEIO	5.900	-	78
Set/96	2.411	6.500	3.900,00	5.205	6.500	1.295	70
Out/96	2.818	6.100	3.660,00	4.890	6.100	1.210	63
Nov/96	3.221	5.900	3.540,00	6.618	5.900	(718)	77
Dez/96	3.604	5.800	3.480,00	5.640	5.800	160	73
<b>TOTAL DO ANO</b>		<b>68.850</b>	<b>36.295,50</b>	FALTAM DADOS	<b>68.850</b>	FALTAM DADOS	

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos: Vales constantes da requisição: 2427, 2429, 2431, 2433, 2435, 2437, 2439, 2441, 2443 e 2446. Para janeiro e fevereiro de 1996 foram extraídos os dados do formulário *Pedido de Material* (fls. 4376 e 4382), por não constarem dos autos as requisições dirigidas à empresa. Recibos da empresa: 2660, 2661, 2664, 2665, 2667, 2669, 2671, 2674, 2675, 2677, 2680 e 2681. Número de guardinhas usuários do benefício: 4.481.

*[Handwritten signatures and initials]*





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 1000, 1.99  
Fls. 71  
a)

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 358, 1.99  
Fls. 588  
a)

30.3 DO ANO DE 1997							
REFERÊNCIA	RECIBOS DA EMPRESA			LISTA DE ENTREGA	VALES DA REQUISIÇÃO	DIFERENÇA LISTA X RECIBO	GUARDINHAS INSCRITOS
	NÚMERO DO RECIBO	TOTAL DE VALES	VALOR - R\$				
Jan/97	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ		NÃO CONSTA	PREJUDICADA	NÃO CONSTA
Fev/97	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ		NÃO CONSTA	PREJUDICADA	NÃO CONSTA
Mar/97	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ		NÃO CONSTA	PREJUDICADA	NÃO CONSTA
Abr/97	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ		NÃO CONSTA	PREJUDICADA	NÃO CONSTA
Mai/97	5.536	4.250	2.975,00	4.028	NÃO CONSTA	PREJUDICADA	50
Jun/97	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	3.768	4.250	PREJUDICADA	50
Jul/97	6.116	4.100	2.870,00	3.916	4.100	184	48
Ago/97	6.713	4.100	2.870,00	3.864	NÃO CONSTA	236	50
Set/97	7.135	3.900	3.120,00	1.940	NÃO CONSTA	1.960	49
Out/97	7.521	3.960	3.168,00	NÃO CONSTA	3.960	-	53
Nov/97	7.607	3.960	3.168,00	3.871	3.960	89	49
Dez/97	8.091	3.960	3.168,00	3.916	3.960	44	47
<b>TOTAL DO ANO</b>		FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Vales constantes da requisição: 2453, 2455, 2461, 2463 e 2465
- Recibos da empresa: 2689, 2691, 2695, 2697, 2699, 2700 e 2702.
- Empenhos:
- Número de guardinhas usuários do benefício: 4.481

*[Handwritten signatures and initials]*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 10224/99  
Fls. 76  
a)

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 3581/99  
Fls. 5889  
a)

31.5 DO ANO DE 1999					
REFERÊNCIA	RECIBOS DA EMPRESA			REQUISIÇÃO	NUMERO DE GUARDINHAS USUÁRIOS DO VALE-TRANSPORTE
	NÚMERO DO RECIBO	TOTAL DE VALES	VALOR – R\$		
Jan/99	13.363	2.000	1.600,00	2.000	NÃO CONSTA
Fev/99	13.710	2.000	1.600,00	2.000	NÃO CONSTA
Mar/99	14.614	2.068	1.654,40	2.068	NÃO CONSTA
Abr/99	14.622	2.100	1.680,00	2.100	NÃO CONSTA
Mai/99	14.970	1.950	1.560,00	1.950	NÃO CONSTA
TOTAL ATÉ MAIO		10.118	8.094,40	10.118	

Dados extraídos das seguintes folhas dos autos:

- Vales constantes da requisição: 2491, 2495, 2.500, 2506 e 2512.
- Recibos da empresa: 2728, 2730, 2733, 2742 e 2748.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358.199  
 Fls. 5890



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 10221.99  
 Fls. 77  
 a)

32 GUARDA MIRIM - LISTAGENS DE EMPENHOS E ORDENS DE PAGAMENTO

32.1 DO ANO DE 1995										
REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FOLHAS DOS AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR - R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR - R\$	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/95 (GM)	547	31/1/95	1.902,50	438	17/2/95	1.902,50	19.574	1.902,50	5.800	2995/3000
Fev/95 (GM)	1267	22/2/95	1.631,00	959	10/3/95	1.631,00	19.933	1.631,00	5.000	4356/4361
Mar/95 (GM)	2137	27/3/95	1.567,00	1684	4/4/95	1.567,00	20.292	1.567,00	4.800	3006/3011
Abr/95 (GM)	3309	5/5/95	1.823,00	2710	24/5/95	1.823,00	20.670	1.823,00	5.600	4362/4367
Mai/95 (GM)	4318	19/6/95	1.791,00	3827	13/7/95	1.791,00	21.038	1.791,00	5.500	3025/3042
Jun/95 (GM)	5025	14/7/95	1.711,50	4438	4/8/95	1.711,50	21.142	1.711,50	5.300	3053/3058
Jul/95 (GM)	5594	1/8/95	2.401,50	4892	9/8/95	2.401,50	21.782	2.401,50	5.300	3059/3064
Ago/95 (GM)	6192	28/8/95	2.328,00	5568	20/9/95	2.328,00	22.152	2.328,00	5.100	3070/3075
Set/95 (GM)	6872	27/9/95	2.508,00	6234	11/10/95	2.508,00	22.530	2.508,00	5.500	3076/3081
Out/95 (GM)	7765	1/11/95	2.418,00	7132	12/12/95	2.418,00	22.907	2.418,00	5.300	3092/3097
Nov/95 (GM)	8522	1/12/95	1.996,50	7864	17/1/96	1.996,50	23.302	1.996,50	4.400	3103/3108
Dez/95 (GM)	203	16/1/96	2.401,50	251	29/2/95	2.401,50	23.686	2.401,50	5.300	4368/4372 e 2657
<b>TOTAL</b>			<b>24.479,50</b>			<b>24.479,50</b>		<b>24.479,50</b>	<b>64.895</b>	

*Valey*

*J*

*Manoel*





C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº. 1022, 99  
 Fls. 79  
 a) m.

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº. 358, 99  
 Fls. 5892  
 a)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – VALE-TRANSPORTE

32.3 DO ANO DE 1997

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FOLHAS DOS AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR – R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR – R\$	NÚMERO	VALOR – R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/97 (GM)										
Fev/97 (GM)										
Mar/97 (GM)										
Abr/97 (GM)										
Mai/97 (GM)	2191	21/5/97	2.975,00	1992	10/6/97	2.975,00	5.536	2.975,00	4.250	4391/4396
Jun/97 (GM)	2944	30/6/97	2.870,00	2521	16/7/97	2.870,00				4397/4401
Jul/97 (GM)	NÃO HÁ DOCUMENTOS			NÃO HÁ DOCUMENTOS			6.116	2.870,00	4.100	2691
Ago/97 (GM)	3834	18/8/97	2.870,00	3291	25/8/97	2.870,00	6.713	2.870,00	4.100	4402/4407
Set/97 (GM)	4535	24/2/97	3.120,00	3904	Não consta	3.120,00	7.135	3.120,00	3.900	4408/4414 e 2697
Out/97 (GM)	5002	14/10/97	9.504,00	5471	15/1/98	3.168,00	7.521	3.168,00	3.960	4415/4420 e 2699
Nov/97 (GM)							7.607	3.168,00	3.960	2700
Dez/97 (GM)							8.091	3.168,00	3.960	2.702
<b>TOTAL</b>	FALTAM DADOS PARA TOTALIZAR									

NOTAS DA CEI: Faltam ordens de pagamento do último trimestre e faltam empenho e ordem de pagamento de julho de 1997. Houve interrupção do fornecimento nos primeiros meses de 1997.

*Valley*

*2*

*[Handwritten signatures]*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 80  
a)

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5893  
a)

32.4 DO ANO DE 1998

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FOLHAS DOS AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR - R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR - R\$	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/98 (GM)	111	16/1/98	7.120,00	321	20/2/98	3.560,00	8.698	3.560,00	4.450	4421/4426
Fev/98 (GM)				612	16/3/98	3.560,00	8.898	3.560,00		
Mar/98 (GM)	1075	11/3/98	18.720,00	FALTAM DOCUMENTOS			9.494	3.120,00	3.900	2709
Abr/98 (GM)							9.558	3.120,00	3.900	2710
Mai/98 (GM)							10.009	3.120,00	3.900	2712
Jun/98 (GM)							10.437	3.120,00	3.900	2714
Jul/98 (GM)							10.840	3.120,00	3.900	2716
Ago/98 (GM)							3832	15/10/98	3.120,00	11.251
Set/98 (GM)	3572	7/8/98	2.000,00	4593	22/10/98	2.000,00	11.645	2.000,00	2.500	4441/4446
Out/98 (GM)	4117	11/9/98	2.000,00	4712	12/11/98	2.000,00	12.026	2.000,00	2.500	4447/4452
Nov/98 (GM)	4879	06/11/98	2.520,00	5779	23/12/98	2.480,00	12.439	2.480,00	3.100	4454/4458
Dez/98 (GM)	5334	03/12/98	2.520,00	6418	12/2/99	2.520,00	13.008	2.520,00	3.150	4459/4464

NOTAS DA CEI: Faltam ordens de pagamento relativas ao semestre de abril a agosto. No mês de novembro o empenho é de R\$40,00 a mais do que o valor pago.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

PROT. GERAL Nº. 10224/99  
Fls. 81  
a) m

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº. 358/99  
Fls. 5894

32.5 LISTAGEM DE EMPENHOS E ORDENS DE PAGAMENTO DE VALES-TRANSPORTES - REFERÊNCIA: ANO DE 1999 (GM)

REFERÊNCIA	EMPENHO			ORDEM DE PAGAMENTO			RECIBO DA EMPRESA			FLS. AUTOS
	NÚMERO	DATA	VALOR - R\$	NÚMERO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR - R\$	NÚMERO	VALOR - R\$	TOTAL DE VALES	
Jan/99 (GM)	55	06/1/99	1.600,00	325	04/3/99	1.600,00	13.363	1.600,00	2.000	4465/4470
Fev/99(GM)	527	02/2/99	1.600,00	887	Não consta	1.600,00	13.710	1.600,00	2.000	4471/4476

*[Handwritten signatures and initials]*





PROT. GERAL Nº. 1022, 99
Fls. 83
a) m -

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº 358, 99
Fls 5896
a) P

### PARTE III - CONCLUSÃO

**34** Inicialmente, a CEI enfatiza que depois dos levantamentos feitos pela ex-servidora da Prefeitura Cleuza Maria Leme de Souza e da abertura do inquérito requerida pelo vereador Marcus Vinícius Valle Júnior na Câmara Municipal constata-se que, além do término do problema de diferenças inexplicáveis entre os vales-transportes comprados pelo Município e os entregue aos usuários, o Executivo adotou critério para a concessão desse benefício ao funcionalismo municipal. Para amostragem da economia que isso gerou ao Município, comparando a diferença entre o número de vales-transportes adquiridos e pagos pela Prefeitura em maio de 1996 e o de maio de 1999 foi de 82.632 vales a menos neste último. Pelo valor atual do vale-transporte urbano, de R\$0,80, isso representa uma economia mensal de R\$66.105,60.

**35** A CEI conclue, para o período investigado (de 1º de janeiro de 1995 a 30 de junho de 1998), que:

**35.1 HOUVE DESVIO DE VALES-TRANSPORTE ADQUIRIDOS E PAGOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1996 A FEVEREIRO DE 1998 E HÁ INDÍCIOS DE QUE ISSO TAMBÉM OCORREU NO ANO DE 1995.**

**35.2 OCORRIAM IRREGULARIDADES TAMBÉM NO QUE SE REFERE À ENTREGA DE VALES-TRANSPORTE. (A DIFERENÇA RESULTANTE DESSAS IRREGULARIDADES NÃO ESTÁ CONSIDERADA NO MONTANTE DO DESVIO).**

**35.3 O SERVIÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO E À DISTRIBUIÇÃO DE VALES-TRANSPORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL FUNCIONAVA NA MAIS COMPLETA DESORGANIZAÇÃO, SEM OS CONTROLES NECESSÁRIOS.**

**36** Os fundamentos desta CEI para tais conclusões são:

**36.1 DO DESVIO DE VALES-TRANSPORTE:**

**36.1.1** Totalizando a listagem nominal de usuários (ou cadastro) fornecida pela Prefeitura Municipal, na qual consta, além do nome do servidor, a quantidade e o tipo de vale-transporte que cada um utilizava, a CEI constatou que o número de vales-transporte entregue era absurdamente inferior ao requisitado e pago, conforme segue:

*Valley*  
*[Signature]*





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022, 99  
Fs. 84  
a) m

ANO	QUANTIDADE DE VALES REQUISITADOS E PAGOS PELA PREFEITURA	QUANTIDADE DE VALES TOTALIZADA NA LISTA DE ENTREGA AOS USUÁRIOS (CADASTRO)	DIFERENÇA EM QUANTIDADE DE VALES
1996	1.522.028	1.079.009	443.019
1997	1.083.936	779.253	304.683
1998 (*)	145.742	93.594	52.148
<b>TOTAL</b>	<b>2.751.706</b>	<b>1.951.856</b>	<b>799.850</b>

(\*): Para o ano de 1998 foram considerados apenas os meses de janeiro e fevereiro, já que a partir de março a diferença, aparentemente, está dentro dos parâmetros considerados como normais segundo se conclui de depoimento tomado pela CEI.


**36.1.2.** Há sérios indícios de que em 1995 também se requisitava e comprava quantidade de vales-transporte superior às necessidades. Embora estejam extraviadas as listagens de entrega de vales-transporte aos usuários de 1995, é possível estimar que: com base nos dados das listagens de 1996, dividindo-se a média mensal de vales entregues aos usuários pela média mensal do total de servidores da Prefeitura verifica-se o resultado de **49** vales-transporte entregue por servidor no mês; a multiplicação desse resultado pela média mensal do total de servidores da Prefeitura em 1995 indica que **1.026.060** vales-transporte teriam sido suficientes para suprir as necessidades do ano. Foram adquiridos e pagos **1.251.469** e, portanto, a diferença estimada resulta em **225.409** vales a mais do que os necessários. Isso eleva de 799.850 para **1.025.259** a diferença entre a quantidade de vales-transporte adquiridos e os vales entregues aos usuários.

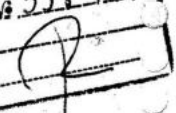
**36.1.3** Não há documento ou depoimento que esclareça ou comprove o destino dessa diferença de vales-transporte. Não há registro de devolução de sobras de vales-transporte, conforme atesta a própria Prefeitura na resposta constante de seu ofício CM 477/99: *não existe qualquer documento envolvendo eventuais sobras de vales-transporte*. Também não se registram nesse período deduções da quantidade requisitada de vales-transporte de um para outro mês. Uma única atenuante poderia minimizar a extensão dessa diferença: a hipótese de as listagens fornecidas à CEI pela Prefeitura, com referência aos anos de 1996 e 1997, não estarem completas: para se assegurar nesse sentido, a CEI solicitou ao Executivo que informasse se as listagens fornecidas podiam ser consideradas como cadastro de usuários dos vales-transporte no período (a resposta foi afirmativa) e se podiam ser consideradas completas (a resposta foi de que esses foram os documentos encontrados). Sobre as respostas concedidas pelo Poder Executivo a que se refere no item 36.1.3, a **CEI observa que:** com referência ao ano de 1996, que trata de outra administração e diante dos fatos, é até compreensível que o atual Chefe do Poder Executivo não se manifeste sobre as listagens serem ou não integrais. Entretanto, é incompreensível que o faça em relação a 1997, da atual gestão.

**36.1.4** Estranha e coincidentemente, a partir de março de 1998, após os levantamentos feitos no início daquele ano pela Sra. Cleuza Maria Leme de Souza, enquanto Chefe da Divisão de Recursos Humanos, a diferença entre vales totalizados na listagem de entrega aos usuários e vales adquiridos cai assustadoramente. Basta verificar os quadros do item 28 de processamentos feitos pela CEI. A comparação das médias mensais de vales-transporte adquiridos pela Prefeitura nos anos investigados resulta em:


81



C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358, 99  
Fls. 5897  
a) 



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1029/99  
Fls. 85  
a) \_\_\_\_\_

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5898  
a) \_\_\_\_\_ P

ANO	MÉDIA MENSAL DE VALES ADQUIRIDOS	MÉDIA MENSAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA	PROPORÇÃO VALE/SERVIDOR
1995	104.289	1745	60
1996	126.836	1809	70
1997	90.328	1800	50
1998	71.311	1666	43

Em maio de 1999 o total de vales-transporte adquiridos pela Prefeitura foi de **49.650!**

**NOTA DA CEI:** as médias de vales adquiridos foram calculadas com base em dados de recibos da fornecedora e a média mensal de funcionários com base em dados fornecidos pela Prefeitura.

**36.1.5** Como ocorria esse desvio? Os documentos e os depoimentos não permitem identificar a autoria direta do desvio. Volumes de vales-transporte da ordem de 20.000, 30.000 ou 40.000 (apurados como diferença) são facilmente perceptíveis. O Sr. Nílson Fernandes não conferia a quantidade de vales-transporte que retirava na empresa, embora declarasse que essa quantidade era compatível com a quantidade requisitada ao assinar a retirada de vales conforme requisitado, e embora, conforme concluiu esta CEI, a quantidade requisitada fosse absurdamente maior do que a apontada na listagem cadastral. Os vales-transporte retirados na empresa eram separados na Divisão de Recursos Humanos de acordo com cada área cadastrada. Ora, neste momento qualquer pessoa poderia perceber que as sobras eram enormes, isso se considerarmos que todos os vales requisitados chegavam àquela Divisão.

**36.1.6** Depoentes que trabalharam nessa área durante o período investigado deixaram claro que as sobras eram normalmente de 3.000 a 4.000 vales por mês (resultante da devolução de sobras das inúmeras áreas por motivo de férias ou afastamento de servidores e outros). Vejamos parte do testemunho de João Herbert Alessandri: *Perguntado pelo vereador José Sérgio Conti Júnior se alguma vez em que trabalhou no setor percebeu algo suspeito, estranho ou irregular, respondeu "uma vez percebi uma 'sobra' muito grande de vales-transporte, por volta de 6.000. Achei estranho, pois as sobras (férias, licença, etc.) ficavam entre 3.000, 4.000 normalmente..."* Seis mil vales eram considerados "uma sobra muito grande". Mesmo quanto às sobras tidas como normais, os depoentes Cleuza Maria Leme de Souza e João Herbert Alessandri deixaram claro que não havia qualquer controle sobre elas.

**36.1.7** Quanto ao aspecto financeiro da diferença apurada, considerando como média o valor do vale-transporte urbano, que era de R\$0,32 de janeiro a junho de 1995, de R\$0,45 no período de 03 de julho de 1995 a 29 de junho de 1996, de R\$0,70 no período de 30 de junho a 14 de dezembro de 1996 e de R\$0,80 a partir de setembro de 1997, temos o prejuízo financeiro do município com o desvio de vales-transporte calculado no total de R\$584.443,26. Atualizado pelo valor vigente do vale-transporte urbano (R\$0,80), o total da diferença resulta em R\$820.207,20, conforme segue:

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 358/99  
 Fls. 5899  
 a)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
 COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
 PROT. GERAL Nº 1022/99  
 Fls. 86  
 a) *m*

PERÍODO	DIFERENÇA : VALES-TRANSPORTE REQUISITADOS E PAGOS COM VALES-TRANSPORTE RECEBIDOS PELOS USUÁRIOS	VALOR DO VALE-TRANSPORTE URBANO NO PERÍODO - R\$	VALOR TOTAL DA DIFERENÇA (DESVIO) - R\$
Janeiro a dezembro de 1995 (estimada)	225.409	0,39(*)	87.909,51
Janeiro a Junho de 1996	217.601	0,45	97.920,45
Julho a dezembro de 1996	225.418	0,60	135.250,80
Janeiro a agosto de 1997	221.023	0,70	154.716,10
Setembro de 1997 a fevereiro de 1998	135.808	0,80	108.646,40
<b>TOTAL</b>	<b>1.025.259</b>		<b>584.443,26</b>

A atualização do valor da diferença, ou seja, a multiplicação do total de vales do desvio pelo valor atual do vale-transporte urbano (R\$0,80) resulta em **R\$820.207,20**

(\*) PARA 1995 FOI CONSIDERADO O VALOR MÉDIO DO ANO.

**36.2 A LISTAGEM NOMINAL DE USUÁRIOS - OU CADASTRO - EM QUE CONSTAM NÚMERO E TIPO DE VALES-TRANSPORTE E ASSINATURA DE SEU RECEBIMENTO, APRESENTA INÚMERAS IRREGULARIDADES, a saber:**

**36.2.1** Em abril de 1996, com um total geral de 1.962 servidores, a Prefeitura Municipal tinha 1.352 inscritos no cadastro de vales-transporte; em maio, ou seja, no mês seguinte, o número de funcionários da Prefeitura cai para 1.499 (463 a menos do que no mês anterior), mas o número de cadastrados para vales-transporte sobe para 1.427. Isso indica que não havia o menor controle sobre a listagem cadastral, não se tomando os cuidados devidos com sua atualização.

**36.2.2** Há inúmeras listagens em que, visivelmente, uma mesma pessoa assina o recebimento de vales-transporte para diversos usuários. A alegação de alguns depoentes foi a de que em alguns setores o encarregado recebia os vales e se incumbia de entregá-los aos destinatários finais.

**36.2.3** O servidor Valentim dos Santos - matrícula 5972 - faleceu em 21 de setembro de 1996 (fl. 4333). Seu nome só deixou de constar da listagem a partir de janeiro de 1997 e - o que é gravíssimo - em dezembro de 1996 aparece uma rubrica na retirada de vales em seu nome (fl. 1079), o que evidencia uma apropriação dos vales e, mais uma vez, a extrema desorganização do cadastro.

**36.2.4** Comparando por amostragem de alguns meses a lista de férias de servidores com a lista de recebimento de vales-transporte, a CEI constatou que:

*(Handwritten signatures and marks)*



C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5900  
• )



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 87  
a) -m

- a) a servidora de matrícula 4458 consta em férias de 01 a 30 de outubro de 1996 (fl. 5453), mas há assinatura de recebimento de vales-transporte em setembro de 1996 (fl. 900), em outubro de 1996 (assinatura de outra pessoa, fl. 979) e novembro de 1996 (fl. 1045);
- b) consta na fl. 5456 que o servidor de matrícula 5665 esteve de férias de 01 a 20 de outubro de 1996, mas há assinatura de recebimento de vales-transporte em setembro de 1996 (fl. 887), em outubro de 1996 (fl. 966) e em novembro de 1996 (fl. 1041);
- c) o servidor de matrícula 612 esteve de férias de 01 a 30 de outubro de 1996 (fl. 5459), mas consta assinatura de recebimento de vales-transporte em setembro de 1996 (fl. 897), outubro de 1996 (fl. 976) e novembro de 1996 (fl. 1042), sendo que, neste último, consta anotada a palavra *férias*, mas existe uma rubrica depois dela;
- d) o servidor de matrícula 4561, com férias no período de 01 a 30 de outubro de 1996 (fl. 5465), assinou recebimento de vales-transporte em setembro de 1996 (fl. 911), outubro de 1996 (fl. 990) e novembro de 1996 (fl. 1056).
- e) a servidora de matrícula 4269 esteve de férias no período de 02 a 31 de janeiro de 1997 (fl. 5583), constando assinatura de outra pessoa no recebimento de vales-transporte de janeiro e de fevereiro de 1997 (fls. 1219 e 1303) e a própria assinatura na competência de dezembro de 1996 (fl. 1148);
- f) a servidora de matrícula 5583 está relacionada no pessoal de férias em janeiro de 1997 (do dia 02 ao dia 31), mas assinou o recebimento de vales-transporte de janeiro de 1997 (fl. 1173) e outra pessoa assinou por ela o recebimento de vales-transporte referentes a dezembro de 1996 e fevereiro de 1997 (fls. 1097 e 1254).

**36.2.5** Impossibilitada de verificar cada caso em razão do prazo de entrega do relatório e da data em que recebeu as informações, a CEI fez por amostragem os comparativos de férias e afastamentos com as listagens de recebimento de vales-transporte. Não tendo condições de especificar todos os casos que, em função da amostragem, supõe existir, a CEI mencionou somente o número da matrícula de servidores em que se constatou a situação do item anterior, exceto para o caso do servidor falecido.

**36.2.6** Fundamental ressaltar que os casos de recebimento de vales-transporte por servidores em férias ou afastados não estão computados na já referida diferença entre os vales-transporte adquiridos e os efetivamente entregues, pois nas listas de totalização foram considerados como entregues diante da assinatura existente. Isso significa que o prejuízo do Município com as irregularidades no serviço de concessão de vales-transporte foi maior do que o apontado como diferença desviada.

**36.3 DA DESORGANIZAÇÃO E FALTA DE CONTROLE DO SISTEMA DE CONCESSÃO DE VALES-TRANSPORTE DA PREFEITURA NO PERÍODO INVESTIGADO:**

*Valley*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 59/01



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 88  
a) m

**36.3.1** Um mesmo servidor era incumbido de requisitar os vales-transporte para todas as áreas (com exceção apenas da Guarda Mirim), de retirá-los na empresa e de entregá-los a encarregados de área. Até fevereiro de 1998 esse servidor foi o Sr. Nilson Fernandes que, segundo depoimento de João Herbert Alessandri, deixava requisições assinadas mesmo antes de sair de férias e que, segundo depoimento próprio, chegou a assinar em casa documentos relativos aos vales-transporte. Em grande parte do período, a CEI verificou que, aparentemente, até mesmo a requisição da Divisão de Recursos Humanos à Tesouraria (Departamento de Finanças), contendo o valor a ser pago em cada mês, que era assinada pelo Chefe da Divisão, passou a ser assinada também pelo servidor Nilson Fernandes.

**36.3.2** Não havia procedimentos rotineiros para conferir, controlar ou avaliar quantias de vales-transporte necessárias; não se conferia listagens recebidas dos setores, não se conferia quantidade recebida da empresa com quantidade requisitada; uma vez recebidos na Divisão de Recursos Humanos, os vales-transporte eram separados de acordo com as áreas em que deveriam ser entregues aos usuários; o montante de cada área era entregue a um encarregado (conforme a divisão de áreas constante do cadastro) juntamente com a respectiva listagem de usuários. A listagem devia ser assinada pelo usuário e devolvida à Divisão de Recursos Humanos.

**36.3.3** Documentos básicos para as apurações não são encontrados: - requerimentos dos servidores, anteriores a 1996, declarando necessidade de uso, quantidade e tipo de vale a ser utilizado (tais requerimentos são fundamentais para a legitimidade do cadastro); - listagem nominal de usuários (cadastro) com assinatura de recebimento do vale-transporte anterior a 1996. Há apenas listas incompletas do ano de 1995.

**36.3.4** A listagem nominal de usuários era feita via computador. Entretanto, a listagem de cada setor era, em alguns casos, totalizada manuscritamente, em outros sequer consta nota de totalização. E a requisição de quantidade e de tipo de vales - que devia ser nada mais do que a totalização da listagem cadastral - era feita em máquina datilográfica, aparentemente em sistema diverso daquele que se utilizava para a elaboração da listagem.

**37 DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS** - Considerando a documentação e os depoimentos constantes dos autos, bem como as conclusões expostas, a CEI entende que:

**37.1** *Pela requisição de vales-transporte em quantidades maiores do que as necessárias no período de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998: deve responder o ex-servidor Nilson Fernandes, na condição de responsável direto, pois era quem elaborava e assinava as requisições dirigidas pela Prefeitura Municipal à empresa fornecedora, conforme fls. 2426, 2428, 2430, 2432, 2434, 2436, 2438, 2440, 2442, 2444, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2454, 2456, 2457, 2459, 2460, 2462, 2464, 2466 e 2469.*

*Valley*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5902  
\*)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 89  
a) m

**37.1.1** Em relação ao quesito e ao período acima devem responder solidariamente o Chefe da Divisão de Recursos Humanos, na condição de superior imediato, e o Diretor do Departamento Administrativo, na condição de superior hierárquico, a saber:

**a) Do período de janeiro de 1995 a dezembro de 1996:** Chefe da Divisão de Recursos Humanos: Yoshiaki Shishido e seus substitutos nesse período; Diretora do Departamento Administrativo: Marisa de Toledo Leme Suarez e seus substitutos nesse período. Quanto a tal período, a CEI constatou que não constava das requisições de quantidade de vales-transporte sequer um visto do superior imediato e/ou do superior hierárquico, nem, tampouco, qualquer documento que demonstrasse a mínima preocupação com o que se requisitava e a sua compatibilidade com o número de vales-transporte necessários;

**b) Do período de janeiro de 1997 a fevereiro de 1998:** como Chefes da Divisão de Recursos Humanos: Edgard Gonzaga La Salvia, até agosto de 1997 cumulativamente com o cargo de Diretor do Departamento de Administração, e Cleuza Maria Leme de Souza, de setembro de 1997 a fevereiro de 1998. A CEI ressalva e enfatiza que **à Sra. Cleuza Maria Leme de Souza deve ser reconhecida exclusão de responsabilidade, pois, no curto espaço de tempo em que atuou na Chefia da Divisão de Recursos Humanos, tomou a iniciativa de se negar a assinar requisições previamente estipuladas e a realizar levantamentos e controles que culminaram com sindicância interna do Poder Executivo a respeito do assunto. Ao seu superior imediato, Sr. Edgard Gonzaga La Salvia, as referidas providências da Divisão de Recursos Humanos, que obtiveram seu apoio, devem ser consideradas como atenuantes de responsabilidade.**

**37.1.2** Quanto à referência feita pela CEI na alínea a do item anterior, da falta de participação dos superiores no sistema de concessão do benefício, vejamos parte do depoimento da Sra. Marisa de Toledo Leme Suarez à CEI, quando perguntada sobre funcionamento de tal serviço em sua gestão como Diretora Administrativa: *"Era feita pelo Setor de Recursos Humanos. Mensalmente, cada funcionário recebia 44 ou 88 vales; os funcionários faziam os requerimentos de acordo com as suas necessidades; isso era enviado ao Recursos Humanos, que fazia uma soma e a requisição. Presumo que fosse isso porque quem cuidava era o Recursos Humanos mais o Departamento de Finanças, não eu, eu nunca fiz essa soma, nunca assinei nada e não tive qualquer participação nisso. Na verdade, eu achava que tudo funcionava direitinho."* - (O GRIFO É DA COMISSÃO). Vejamos, agora, o que estabelece o Decreto 6.699/89, que regulamenta a concessão de vales-transporte pelo Município: *"Artigo 9º - Compete ao Serviço de Pessoal estabelecer os cálculos e indicar os beneficiários do vale-transporte, mantidos atualizados os dados sobre salários, tarifas e despesas com transportes, mensalmente."* Artigo 11: *"Juntamente com a folha de pagamento, o Serviço de Pessoal deverá formalizar a prestação de contas da distribuição do vale-transporte, ao Departamento de Finanças."*

*Valle*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5903  
a)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1020, 99  
Fls. 90  
a) m.

**37.2** Pelas absurdas ocorrências detectadas nas listagens nominais de usuários de vales-transporte, tais como rubrica de recebimento referente a pessoa falecida, retirada de vales-transporte em período de férias, são responsáveis os servidores citados nos itens anteriores, bem como, solidariamente, os encarregados da entrega de vales transportes em cada área, no período objeto da investigação, os quais devem ser identificados pelo Poder Executivo, após levantamento do próprio Executivo de todos os casos em que isso ocorreu.

**37.3** Quanto ao aspecto financeiro, a documentação relativa a empenhos e ordens de pagamento baseava-se na requisição feita pela Divisão de Recursos Humanos. Embora não estejam completos nos autos da CEI, os documentos financeiros recebidos pela CEI que estão completos mostram-se compatíveis com o valor que era requisitado pela Divisão de Recursos Humanos e com o que se pagava à fornecedora dos vales-transporte. Entretanto, os responsáveis pela documentação financeira não exigiam o cumprimento da prestação de contas que, segundo o decreto municipal, deveria dar embasamento a tal documentação. Vejamos o depoimento da Sra. Marta Maria de Deus a esse respeito: *Perguntada pelo vereador Paulo Miguel Zenorini: "Segundo o decreto de regulamentação do vale-transporte, número 6.699, a distribuição é de responsabilidade do setor de Pessoal, mas a fiscalização, a prestação de contas para quem se distribuiu é do setor de Finanças. Quem era o funcionário responsável pelo setor de Finanças que fazia isso?", respondeu: "Não havia. Não era feita a prestação de contas. O Tribunal de Contas, no entanto, fazia a fiscalização de 1995 para cá; portanto, se houve alguma falha, era atenuada por esse fato."*

**37.3.1** Segundo a CEI apurou pela documentação dos autos, assinaram a documentação financeira do Poder Executivo no período investigado:

a) pela Divisão de Contabilidade: Edna Aparecida Oliveira de Toledo (documentos relativos aos períodos de janeiro a outubro de 1995 e de janeiro a abril de 1996, sendo que, com referência aos meses de março e abril de 1996, assinou as ordens de pagamento 1414/96 e 2375/96); José Maria da Silva (em novembro e dezembro de 1995, em março de 1995 - para a ordem de pagamento 165/97 -, de abril a junho de 1996, bem como de janeiro a maio de 1997 e abril de 1998); José Luís Lopes (competência de agosto, setembro, outubro e dezembro de 1996 e de junho de 1997 a março de 1998, bem como de maio e junho de 1998). Nessa divisão as ordens de pagamento eram assinadas também por um técnico contábil, na condição de conferente e, neste caso, segundo se deduz pelas assinaturas, não havia um técnico fixo para a função;

b) pela Diretoria do Departamento de Finanças: Marta Maria de Deus (assinatura de documentos financeiros referentes ao período de janeiro de 1995 a março de 1996, sendo que em março de 1996 a assinatura refere-se apenas à ordem de pagamento 1414/96; Normando Miraldi (março de 1996 para as ordens de pagamento 2612/96 e 165/97 e período de abril de 1996 a junho de 1998)

c) na condição de ordenadores da despesa: Jesus Adib Abi Chedid, Prefeito Municipal (assinatura de documentos financeiros referentes ao período de janeiro de 1995 a março de 1996, sendo que em março de 1996 a assinatura refere-se apenas à ordem de pagamento 1414/96), Elmir Kalil Abi Chedid, para a ordem de pagamento 2375/96, da competência de abril de 1996; José Lavelli de Lima (assinatura de documentos financeiros referentes ao período de março de 1996 e abril de 1996 - parte -, do ano de 1997 e de janeiro a junho de 1998, excetuado o mês de setembro, quando assinou Jorge Sasahara).

*Valley*  
*trouf*  
*87*  
*AM*

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 358/99  
Fls. 5904  
a) \_\_\_\_\_



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

C. M. E. B. P.  
PROT. GERAL Nº 1022/99  
Fls. 91  
a) \_\_\_\_\_

**37.3.2** Com referência à documentação financeira a CEI observa que, certamente devido aos atrasos do pagamento dos vales-transporte ocorridos sobretudo em 1996, ordens de pagamento e empenhos de despesas com vales-transporte contraídas pela Administração Jesus Adib Abi Chedid foram assinados na gestão José Lavelli de Lima e por membros desta última.

**38** Finalmentē, a CEI não pode deixar de enfatizar que:

**38.1** Na Administração Jesus Adib Abi Chedid, na qual - segundo os dados apurados por esta CEI - ocorreu o maior volume de diferença entre vales-transporte comprados e entregues, nenhuma providência houve no sentido de controle dessa concessão. Se tal controle tivesse existido certamente o governo municipal teria detectado a diferença e, de posse de documentos hoje não encontrados, teria condições de apurações mais precisas. Além da falta de controle, tal administração cometeu atrasos enormes no pagamento da despesa, contribuindo para agravar ainda mais o problema de descontrole.

**38.2** Na Administração José Lavelli de Lima decorreram 18 (dezoito) meses até que fosse instaurado o processo para apurações a respeito do assunto, já que pelos dados constantes da folha inicial do processo nº 6.679/98 da Prefeitura local, a sindicância foi aberta em 24 de julho de 1998. Da constatação feita pela ex-servidora Cleuza Maria Leme de Souza, no início de 1998, até a abertura desse processo, decorreram 5 (cinco meses). Além disso, tal administração acabou pagando sem qualquer questionamento, levantamento ou preocupação com custos, as despesas de vales-transportes da administração anterior. Em relação ao atraso para as apurações, a alegação da Prefeitura foi de que aguardava informações da empresa; esta CEI, em sua investigação, obteve documentos da empresa em cerca de dois meses.

## **39 DOS ENCAMINHAMENTOS**

**39.1** Para as providências cabíveis, a CEI REQUER os seguintes encaminhamentos:

**39.1** ao Prefeito Municipal José Lavelli de Lima: cópia do presente relatório final e das fotografias constantes das folhas 5807 a 5816;

**39.2** ao Promotor de Justiça Ludgero Francisco Sabella: cópia de toda a documentação escrita autuada pela CEI, incluindo as fotografias citadas no item anterior;

**39.3** ao Delegado de Polícia Valmir Aparecido Guinatto: cópia do presente relatório final e das fotografias constantes das folhas 5807 a 5816.

Valle

88

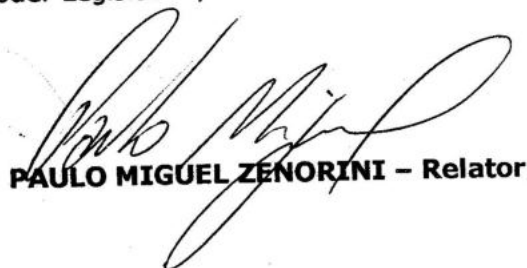


CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA  
COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO - VALE-TRANSPORTE

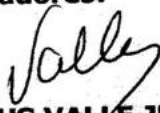
C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 1022, 99
Fls. 92
a) _____ m.


**40** A gravação dos depoimentos prestados à CEI está arquivada na Câmara Municipal, sob guarda do Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar.

Casa do Poder Legislativo, 13 de outubro de 1999.


  
**PAULO MIGUEL ZENORINI - Relator**

Em reunião da CEI no dia 13 de outubro de 1999, votaram a favor do presente relatório os vereadores:

  
**MARCUS VINÍCIUS VALLE JÚNIOR - Presidente da CEI**

  
**JOÃO AFONSO SOLIS (JANGO) - Membro**

  
**MARÇAL ALVES DE OLIVEIRA - Membro**

  
**SERGÍNIO CONTI - Membro da CEI**

C. M. E. B. P.
PROT. GERAL Nº. 358/99
Fls. 5905
a) _____





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

### CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS** para os devidos fins que, ao revisar na data abaixo os autos da Comissão de Inquérito criada pelo Requerimento 237/99, constatamos haver cometido os seguintes lapsos na numeração de folhas: deixamos de utilizar os números 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628 e 1629 e utilizamos duas vezes os números 1763, 2312 e 3781. O referido é verdade e damos fé.

Casa do Poder Legislativo, 14 de outubro de 1999.

*Regina Maria Zanini Damázio*  
**REGINA MARIA ZANINI DAMÁZIO**  
Diretora do Departamento Legislativo

*Ciente  
junte-se aos  
autos  
14/10/1999  
Vall*

